

RGCE

RELATÓRIO DE
GESTÃO DO
COMANDO DO
EXÉRCITO



EXERCÍCIO
2025

RGCE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO

2025



EXÉRCITO BRASILEIRO
Braço Forte - Mão Amiga

Relatório de Gestão do Comando do Exército
Exercício de 2025
Produzido pelo Estado-Maior do Exército e pelo
Centro de Comunicação Social do Exército

Imagens pertencentes ao acervo do CCOMSEx.
Este documento pode conter fotos anteriores a 2025 que foram utilizadas por serem representativas
das atividades institucionais.

Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/relatório-de-gestao>

Brasília, DF
Março de 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO	4
MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES.....	6
ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE	6
EXÉRCITO EM NÚMEROS.....	7

CAPÍTULO 2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	23
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO.....	24
2.2 PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO.....	30
2.3 OPERAÇÕES TERRESTRES.....	50
2.4 GESTÃO DE RISCOS, INTEGRIDADE E CONTROLES INTERNOS	62

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	109
4.1 PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE DEFESA NACIONAL.....	110
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	112
4.3 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	116
4.4 GESTÃO DE CUSTOS	118
4.5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	119

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	11
1.1 IDENTIDADE ESTRATÉGICA.....	12
1.2 AMBIENTE EXTERNO	14
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
1.4 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO	16
1.5 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB).....	21

CAPÍTULO 3

RESULTADOS DA GESTÃO	69
3.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE	70
3.2 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E MOBILIZAÇÃO	72
3.3 COMANDO, CONTROLE E INFORMAÇÃO	74
3.4 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	78
3.5 ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	80
3.6 GESTÃO DE PESSOAL	88
3.7 EDUCAÇÃO E CULTURA.....	97
3.8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	104

ELEMENTOS FINAIS

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	124
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	126
LISTA DE TABELAS.....	128
LISTA DE QUADROS	128
LISTA DE FIGURAS	129
LISTA DE GRÁFICOS.....	129
REFERÊNCIAS.....	130

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO



Não existe nação plenamente soberana sem Forças Armadas aptas a salvaguardar seu povo e seu território. É assim que o Exército Brasileiro, em seus mais de três séculos e meio de serviços dedicados à Pátria, sedimentou bases firmes apoiadas no patriotismo, senso de dever, lealdade e coragem.

Cumpridor de suas missões constitucionais e defensor dos interesses do País, o Exército atua também como vetor de desenvolvimento e de bem-estar social. Em constante processo de aperfeiçoamento e modernização, a Força tem aderido às mais modernas práticas de gestão e de governança pública, a fim de garantir as entregas necessárias à sociedade brasileira, mantendo elevado grau de operacionalidade e prontidão.

Nesse sentido, remete-se ao lema “Braço Forte, Mão Amiga” como a identidade de um exército que deve estar apto a manter sua capacidade de dissuasão, mas sem descuidar-se da vocação de estar presente nos mais afastados rincões do País, atuando solidariamente em benefício da população.

Sob a égide do dever de defender e proteger, no ano de 2025, o Exército participou de múltiplas ações: nas Operações Ágata, a atuação se deu no sentido de coibir, principalmente, o narcotráfico, o contrabando e o descaminho, o tráfico de armas e munições, bem como os crimes contra o meio ambiente; na Operação Atlas, a Força aprimorou sua capacidade de resposta em cenários reais de combate, com especial atenção ao teatro de operações amazônico; na Operação Carro-Pipa, continuou a fornecer água potável à população vulnerável do semiárido nordestino; no contexto da Operação Catrimani II, o Exército atuou de forma preventiva e repressiva contra garimpos ilegais, crimes ambientais e delitos transfronteiriços ocorridos na Terra Indígena (TI) Yanomami, tendo desempenhado, ainda, ações de desintrusão em outras TI, por meio das operações Kayapó, Munduruku e Araribóia.

Mesmo diante de um ambiente de restrições orçamentárias, a Força Terrestre empenhou-se na execução responsável dos recursos colocados à sua disposição, orientando-se pelos princípios da eficiência, economicidade e probidade. Tudo isso assegurou a correta aplicação do erário e a máxima entrega de resultados à sociedade.

O presente Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União e adota a abordagem de relato integrado, proporcionando uma visão sistêmica e objetiva da atuação da Instituição. O documento evidencia o alinhamento do Planejamento Estratégico do Exército com os instrumentos superiores de planejamento governamental, sobretudo os planos setoriais do Ministério da Defesa e o Plano Plurianual (2024–2027), demonstrando a coerência entre os objetivos institucionais e as diretrizes de Estado.

O Relatório de Gestão do Comando do Exército 2025 encontra-se organizado em quatro capítulos. No item “Exército em números”, são apresentadas informações resumidas sobre programas estratégicos, efetivo de pessoal, ensino, mídias sociais, orçamento, organizações militares e operações executadas.

O Capítulo 1 contempla a identidade estratégica do Exército, com a descrição dos fatores do ambiente externo que impactam sua atuação,

bem como a estrutura organizacional, a governança institucional e a cadeia de valor, que demonstra as entregas à sociedade.

O Capítulo 2 aborda o Planejamento Estratégico do Exército, elemento que conduz o processo de transformação institucional. Estão ali descritos os programas estratégicos em andamento, as principais operações realizadas, as práticas de gestão de riscos e os mecanismos de controle interno utilizados para assegurar conformidade e melhoria contínua.

O Capítulo 3 apresenta os resultados da gestão interna, com foco nas áreas que sustentam a capacidade operacional da Força. As informações estão organizadas por área temática: preparo; logística e mobilização; informação, comando e controle; ciência, tecnologia e inovação; engenharia e construção; gestão de pessoas; educação, cultura e capacitação física; sustentabilidade ambiental; relacionamento com a sociedade; além dos principais desafios, riscos e oportunidades.

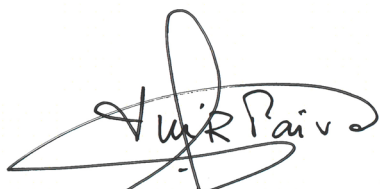
Por fim, o Capítulo 4 detalha as informações orçamentárias, financeiras, contábeis e de custos que subsidiaram as ações institucionais, permitindo avaliar a aplicação dos recursos sob a ótica da responsabilidade fiscal e da eficiência administrativa.

Este Relatório de Gestão expressa com fidelidade o pensamento institucional da Força Terrestre e reafirma o seu compromisso com o Brasil. Assim, reitero a integridade, a fidedignidade, a precisão e a completude das informações aqui apresentadas.

O Brasil, como parte do sistema internacional, encontra-se inserido em um ambiente geopolítico caracterizado por uma crescente turbulência e marcado por crises econômicas, políticas, ambientais e de segurança. Grandes potências disputam influência em múltiplos tabuleiros — dos conflitos armados na Ucrânia e no Oriente Médio às tensões no Indo-Pacífico — enquanto blocos regionais se fragmentam e alianças se reconfiguram.

Nesse contexto, ao investir em modernização tecnológica, inteligência, dissuasão e presença efetiva em áreas sensíveis — especialmente nas fronteiras terrestres e cibernéticas — o Exército assegura que o Brasil mantenha sua integridade territorial, autonomia decisória e capacidade de responder rapidamente a crises internas ou externas.

Permanecemos empenhados, pautados pelo profissionalismo e pelo espírito de cumprimento de missão, na construção de uma Força Terrestre à altura da nossa Nação.



General de Exército **TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA**
Comandante do Exército



Foto: S Ten Sionir/CCOMSex

MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES

A materialidade relaciona as informações com os recursos financeiros e orçamentários envolvidos e os seus impactos nas decisões administrativas da organização. Nesse contexto, o Relatório de Gestão do Comando do Exército do ano de 2025 (RGCE 2025) foi elaborado com base nessa perspectiva, seguindo a estrutura e a organização de conteúdos definidas pela Instrução Normativa nº 84/2020 e a Decisão Normativa nº 198/2022 do Tribunal de Contas da União (TCU).

O RGCE 2025 está em consonância com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e o Plano Estratégico do Exército 2024-2027, refletindo a Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA-EB), que proporciona uma visão integrada e sistêmica da entrega de valor do Exército Brasileiro para a sociedade.

O processo de elaboração do RGCE 2025 está ilustrado no diagrama a seguir:

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE



É importante destacar que o RGCE 2025 diz respeito ao Comando do Exército e aos seus órgãos subordinados, sendo que as suas entidades vinculadas - Fundação Habitacional do Exército (FHE), Indústria de Material Bélico (IMBEL) e a Fundação Osório - são responsáveis por confeccionar os seus próprios relatórios de gestão e prestação de contas, conforme as recomendações do TCU.

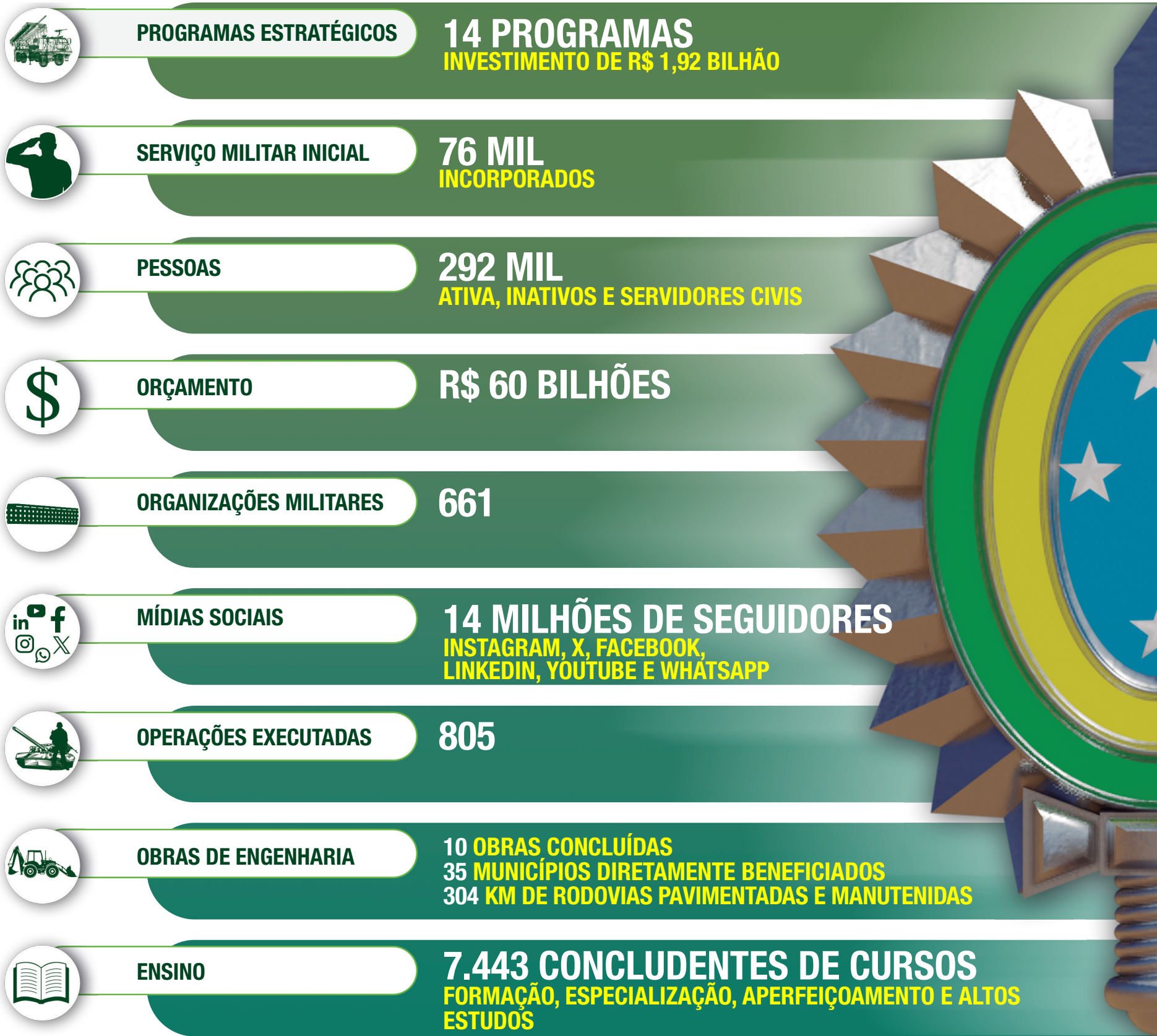
Os relatórios das entidades vinculadas ao Exército podem ser acessados nos *links* a seguir:

- Fundação Habitacional do Exército (FHE): <https://www.poupex.com.br/institucional/transparencia-e-prestacao-de-contas/>
- IMBEL: <https://www.imbel.gov.br/index.php/transparencia>
- Fundação Osório: <http://www.fosorio.g12.br/index.php?fosorio=tpconta>

EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal (CF) confere às Forças Armadas (FA) o *status* de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado.

Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do Exército Brasileiro (EB) perante o País de usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão, estabelecida pela Constituição Federal. Nesta seção, serão apresentados, resumidamente, alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do EB no ano de 2025.



O slogan “Braço Forte, Mão Amiga” reflete a essência do Exército Brasileiro: sua dupla missão de defender a nação e de servir à sociedade.

Da Batalha dos Guararapes, quando da expulsão do dominador estrangeiro, lançava-se a semente do Braço Forte, representada por uma Força Terrestre constituída por diferentes tipos de raças e unida por aspirações, desejos e interesses comuns, que forjaram o berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro.

Desde então, o legado de Guararapes manteve-se em todas as participações do Exército ao longo da história do País, garantindo a independência, a paz, a liberdade, a soberania, a coesão nacional e a preservação dos ideais democráticos e participando do esforço para a manutenção da paz mundial, sob a égide de organismos internacionais.

O Braço Forte traduz essa essência finalística da Força Terrestre em perfeita sintonia com os anseios de seu povo, cuja missão se manteve inalterada nas inúmeras constituições nacionais, caracterizando-a como instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, abrangendo a atuação do Exército na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem.

As operações militares apresentadas neste relatório atestam a efetividade da Força Terrestre no cumprimento de suas missões constitucionais, com o emprego judicioso dos seus meios, mediante regras de engajamento, exaustivamente praticadas pela tropa em ação.



BRAÇO FORTE





MÃO AMIGA

A Mão Amiga se faz presente em todos os rincões do País, principalmente por sua capilaridade e sua influência marcante na vida de inúmeras localidades, gerando oportunidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento social.

Além disso, o Exército contribui com obras de infraestrutura, formação de mão de obra qualificada, estímulo à cultura e ao desporto, atendimento às comunidades carentes ou em situações de calamidade pública, promoção do respeito à natureza e aos povos indígenas, esforço para a redução das carências sociais, atendimento médico e odontológico nas localidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, entre outras.

Assim, a mão amiga simboliza uma marca do Exército Brasileiro representada pela sinergia dos valores inalienáveis de solidariedade, cooperação e comprometimento com a sociedade brasileira, somados com os atributos anímicos da Instituição, que angariam a confiança de seu povo construída ao longo de sua história.

VALORES MILITARES



AMOR À PROFISSÃO

Vibrar com as coisas do Exército
Sentir entusiasmo e motivação profissional
Dedicar-se integralmente ao serviço
Demonstrar espírito de sacrifício

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1 IDENTIDADE ESTRATÉGICA

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O Exército Brasileiro (EB), alicerçado na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, é uma instituição nacional permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Instituição de grande capilaridade, o EB está presente em todo o território nacional por meio de suas Organizações Militares (OM). A sua administração central está sediada no Quartel-General do Exército (QGEx), situado na Avenida do Exército, Setor Militar Urbano, CEP 70.630-901, Brasília (DF).

O EB, como Unidade Prestadora de Contas (UPC), é composto pelo Comando do Exército e pelo Fundo do Exército. A Instituição também integra a UPC do Ministério da Defesa (MD).

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, prepara a Força Terrestre (F Ter), mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marco Legal, no qual se fundamenta a existência, o preparo e o emprego do Exército, é instituído pela Constituição Federal, pelas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010, e, ainda pelas seguintes normas:

- Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental do EB;
- Política Nacional de Defesa (PND);
- Estratégia Nacional de Defesa (END);
- Política Militar de Defesa (PMiD);
- Estratégia Militar de Defesa (EMiD);
- Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD);
- Conceito Operacional do Exército Brasileiro (COEB);
- Concepção de Transformação do Exército; e
- Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do EB, conforme sua missão institucional estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, fica evidenciada na ilustração da página seguinte:





GARANTIA DA LEI E DA ORDEM



**PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE
AJUDA HUMANITÁRIA**

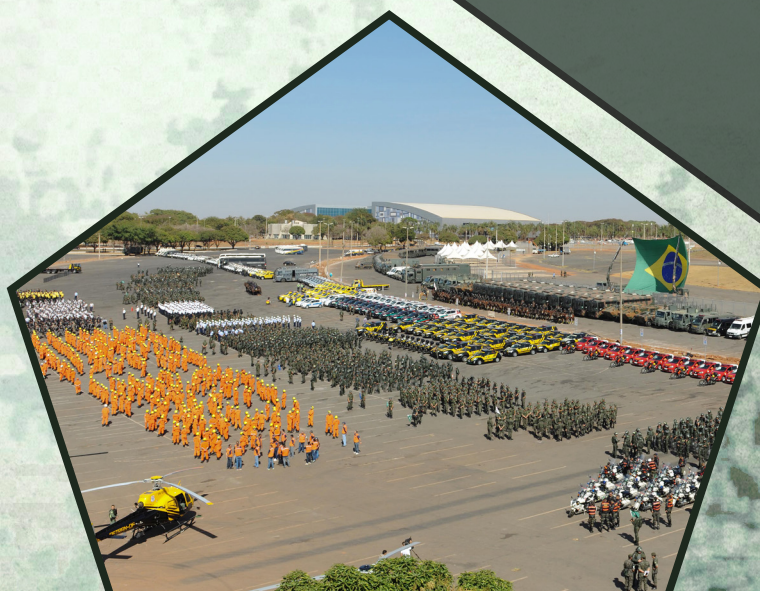


**CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO NACIONAL
E A POLÍTICA EXTERNA**

DEFESA DA PÁTRIA



**GARANTIA DOS
PODERES CONSTITUCIONAIS**



**COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS
PÚBLICOS**

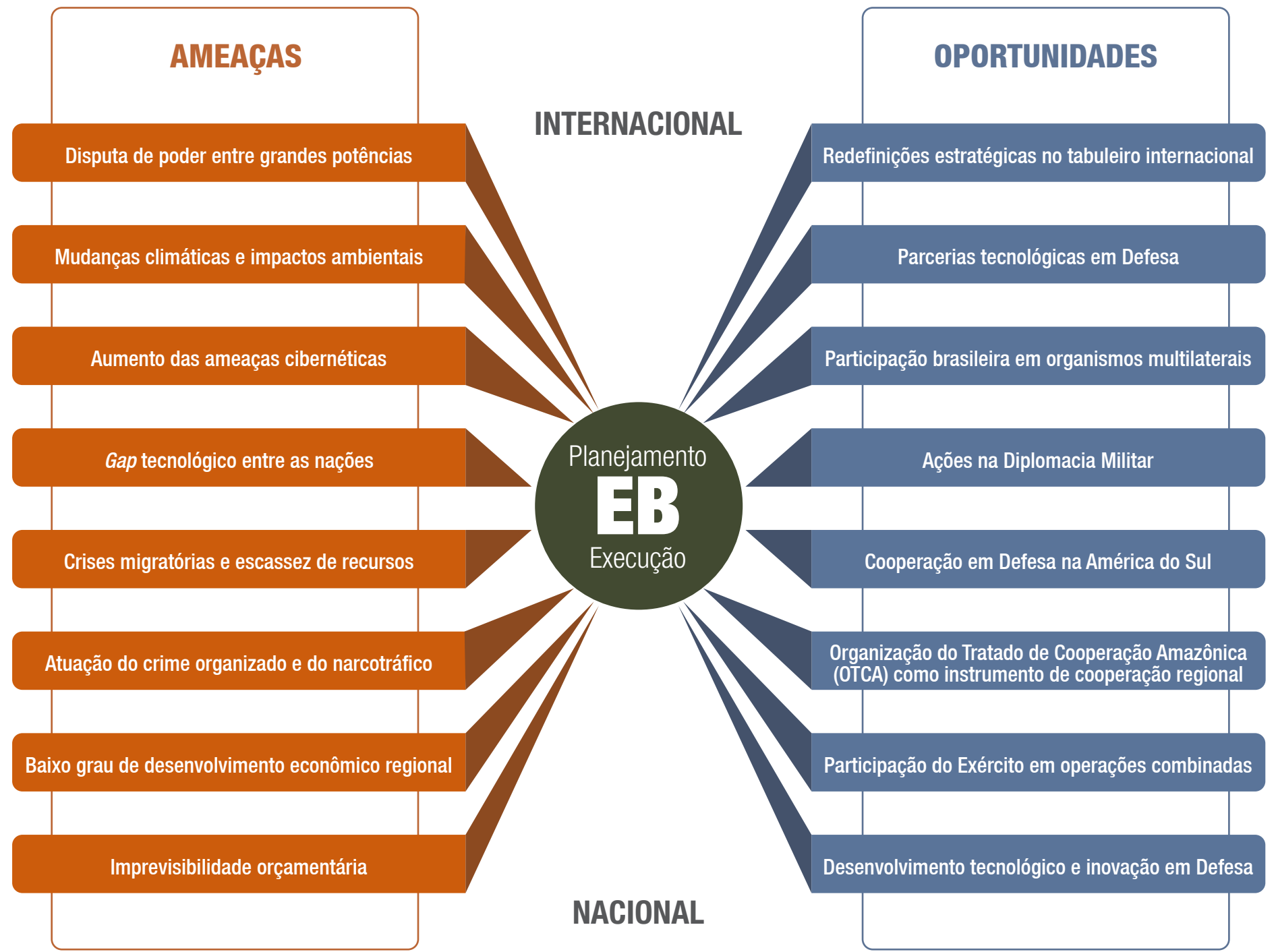
1.2 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre a gestão do Exército Brasileiro (EB) na medida em que impacta o emprego da Força Terrestre no cumprimento de suas missões precípuas, no atendimento às demandas subsidiárias e de desenvolvimento nacional.

Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades. Mais especificamente, o ambiente externo ao Exército envolve toda e qualquer influência oriunda do contexto nacional e internacional (tendências/fenômenos não controláveis pela Instituição) que constitua ou venha a constituir-se elemento favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do EB no cumprimento de sua missão.

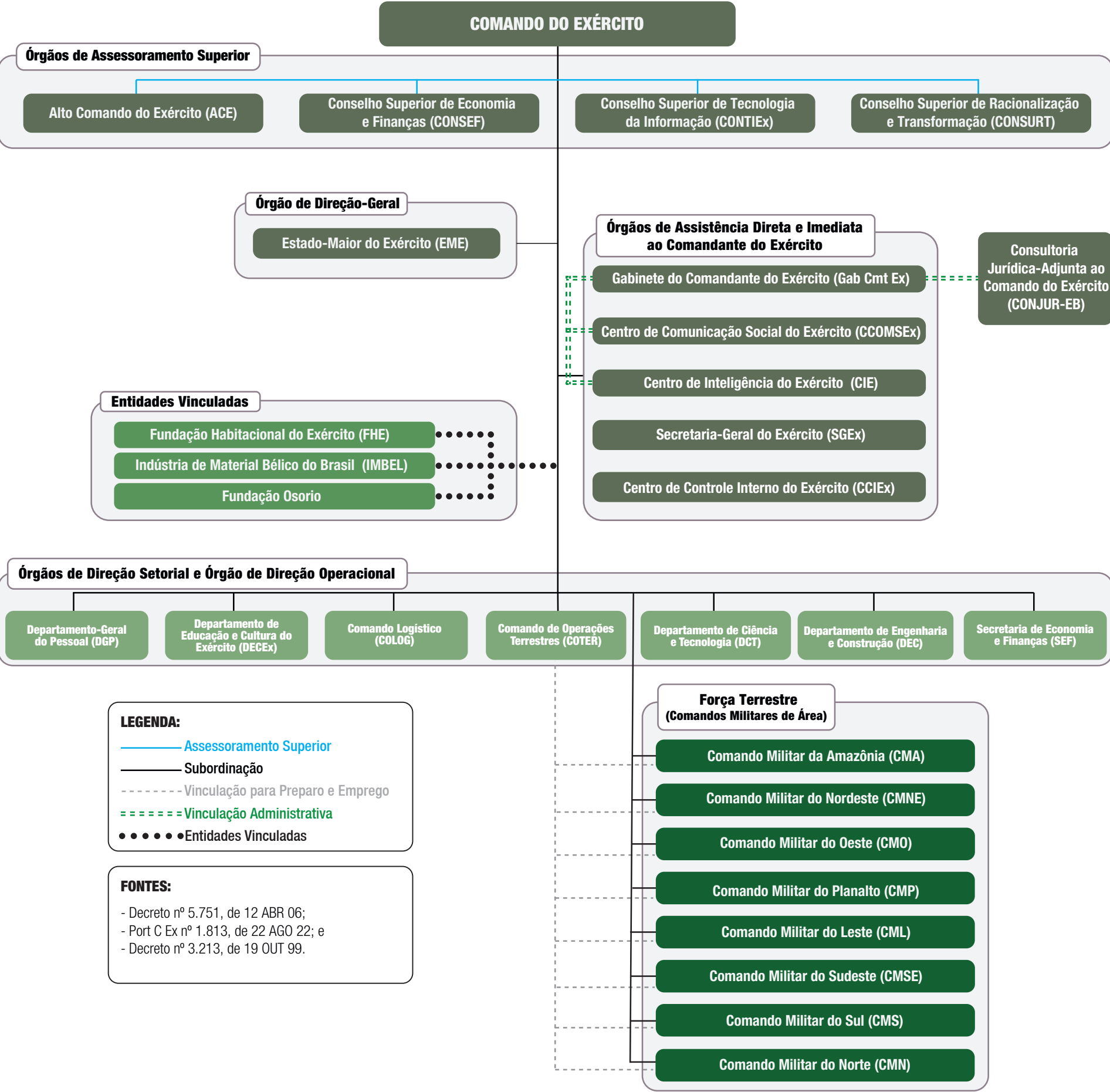
As ameaças correspondem ao conjunto de situações que constituem “riscos” ao desempenho do EB. Essas devem ser constantemente monitoradas a fim de mitigar os riscos. Por sua vez, as oportunidades correspondem ao conjunto de situações que contribuem para o bom desempenho do EB, podendo ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como “chances”.

A figura a seguir apresenta uma síntese das principais ameaças e oportunidades, tanto as oriundas do cenário nacional quanto as do internacional, que impactaram o planejamento do EB em 2025. Esta imagem foi elaborada a partir da prospecção de cenário, que serviu de subsídio para o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) 2024-2027 e à elaboração do Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações no Multidomínio.



Fonte: Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), 2025.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



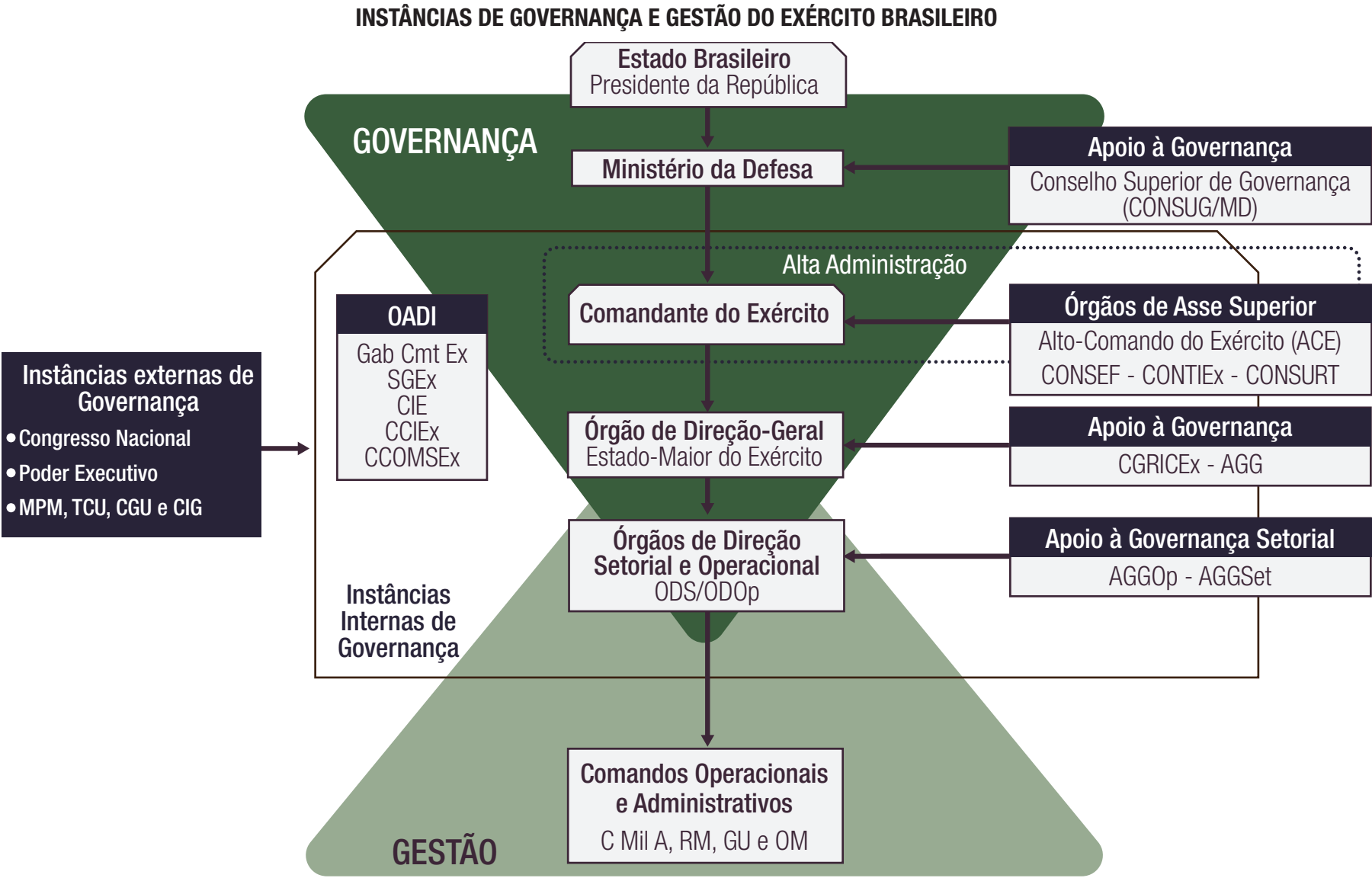
1.4 INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

1.4.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

O Sistema de Governança e Gestão do Exército (SG²Ex) integra os mecanismos de governança e gestão com o objetivo de fortalecer o processo decisório e a entrega de valor à sociedade brasileira, abrangendo o arcabouço regulatório, o modelo e as instâncias de governança e gestão.

O SG²Ex relaciona-se com: o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) e seus desdobramentos nos demais níveis; a medição do desempenho; a governança e a gestão do Portfólio Estratégico do Exército; a governança da CVA-EB; a governança orçamentária do Exército; a governança e a gestão de projetos, processos, riscos, integridade e controles internos.

As instâncias de governança são necessárias para o exercício das funções de governança, que apoiam o funcionamento do SG²Ex, contribuindo, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da gestão da Instituição. As instâncias de governança e gestão do Exército estão representadas na figura abaixo:



Legenda:

AGG - Assessoria de Governança e Gestão (EME)
AGGOp - Assessoria de Governança e Gestão Operacional (COTER)
AGGSet - Assessoria de Governança e Gestão Setorial (ODS)
CIG - Comitê Interministerial de Governança
CGRICEX - Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles do Exército
C Mil A - Comando Militar de Área
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT - Conselho Superior de Racionalização e Transformação

CONTIEx - Conselho Superior de Tecnologia da Informação
GU - Grande Unidade
OADI - Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército
ODOp - Órgão de Direção Operacional
ODS - Órgão de Direção Setorial
OM - Organização Militar
RM - Região Militar

Fonte: Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007), 2ª edição, 2025

I - INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

As instâncias internas de governança são responsáveis por direcionar, monitorar e avaliar as políticas e estratégias institucionais, assegurando que estejam alinhadas com o interesse público, sendo compostas por:

a. Alta Administração: realiza a governança no nível estratégico, observando as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementando e mantendo os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes da Política de Governança do Exército.



367ª Reunião do Alto-Comando do Exército (RACE) 2025 - Foto: S Ten Sionir/CCOMSEx

b. Órgãos de Assessoramento Superior:

- Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do Processo de Transformação do EB; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização, no âmbito da Força Terrestre (F Ter).
- Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na gestão da política econômico-financeira.
- Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na gestão da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército.

c. Órgão de Direção-Geral (ODG): é o órgão responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico, pelo gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército (Ptr EE) e pela emissão de diretrizes estratégicas que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento

da destinação constitucional do Exército Brasileiro.

d. Órgão de Direção Operacional (ODOp), Órgãos de Direção Setorial (ODS) e Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI): sob orientação e coordenação do Órgão de Direção-Geral (ODG), promovem a governança e a gestão em áreas setoriais específicas.

II - INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

As Instâncias Internas de Apoio à Governança são responsáveis por assessorar o ODG, o ODOp, os ODS e os OADI na coordenação, no monitoramento e na avaliação dos processos de governança e gestão no âmbito do EB. Essas instâncias incluem:

- Assessoria de Governança e Gestão do EME (AGG/EME);
- Assessorias de Governança e Gestão Operacional e Setorial (AGGOp e AGGSet); e
- Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles do Exército (CGRICEx).

LIDERANÇA

Integração entre o líder e os liderados
Influência perante a tropa
Exemplo que arrasta

III - INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As instâncias externas de governança são responsáveis pela regulação, fiscalização e controle externo, que visam promover a boa governança, dentre as quais se destacam:

- Congresso Nacional;
- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar (MPM);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria-Geral da União (CGU); e
- Comitê Interministerial de Governança (CIG).

IV - INSTÂNCIA DE APOIO À GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Conselho Superior de Governança do MD (CONSUG-MD) é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, que integra a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, tendo por finalidade definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

1.4.2 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

O Modelo de Governança e Gestão do Exército apresenta a concepção do SG²Ex, considerando a interação dos mecanismos de governança, liderança, estratégia e controle, os quais atuam na avaliação, no monitoramento e no direcionamento da gestão. O Modelo de Governança e Gestão do Exército é fundamentado também nos valores, nas tradições e na ética militar do Exército.

Liderança - refere-se ao direcionamento da Alta Administração do Exército, que orienta a estratégia Institucional, com ênfase na modernização e melhoria contínua da Força Terrestre (F Ter);

Estratégia - com base no arcabouço normativo e nas diretrizes do Comandante do Exército, o Estado-Maior do Exército (EME) utiliza a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEEx) para elaborar documentos importantes, tais como:

- Política Militar Terrestre (PMT);
- Concepção Estratégica do Exército (CEEx);
- Estratégia Militar Terrestre (EMT); e
- Plano Estratégico do Exército (PEEx).

Esses documentos orientam o planejamento estratégico setorial materializado pelos Planos de Governança e Gestão em nível setorial, e os Planos de Gestão nos demais níveis, além de suas interações com a Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro (CVA-EB), macroprocessos e processos, portfólio, programas, projetos e orçamento do Exército.

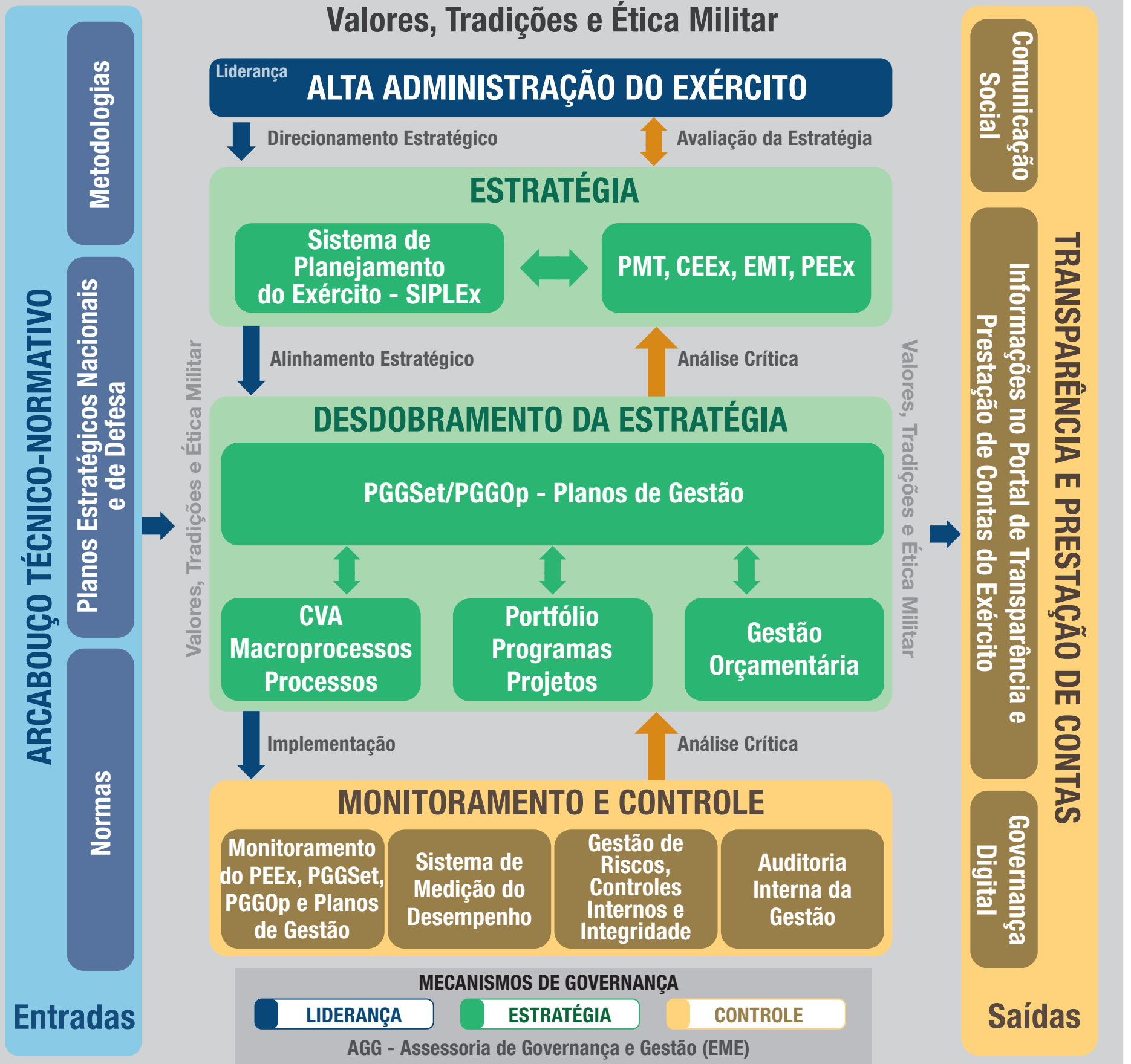
Controle - envolve o monitoramento e a avaliação da implementação do PEEx, dos Planos de Governança e Gestão e dos Planos de Gestão, incluindo:

- medição do desempenho;
- gestão de riscos, integridade e controles internos;
- gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos;
- auditoria interna governamental; e
- ações de transparência e prestação de contas.

Esses mecanismos de controle permitem a análise crítica da estratégia adotada e a sua comunicação com os resultados obtidos.

MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

Valores, Tradições e Ética Militar



Fonte: Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007), 2ª edição, 2025.

1.4.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

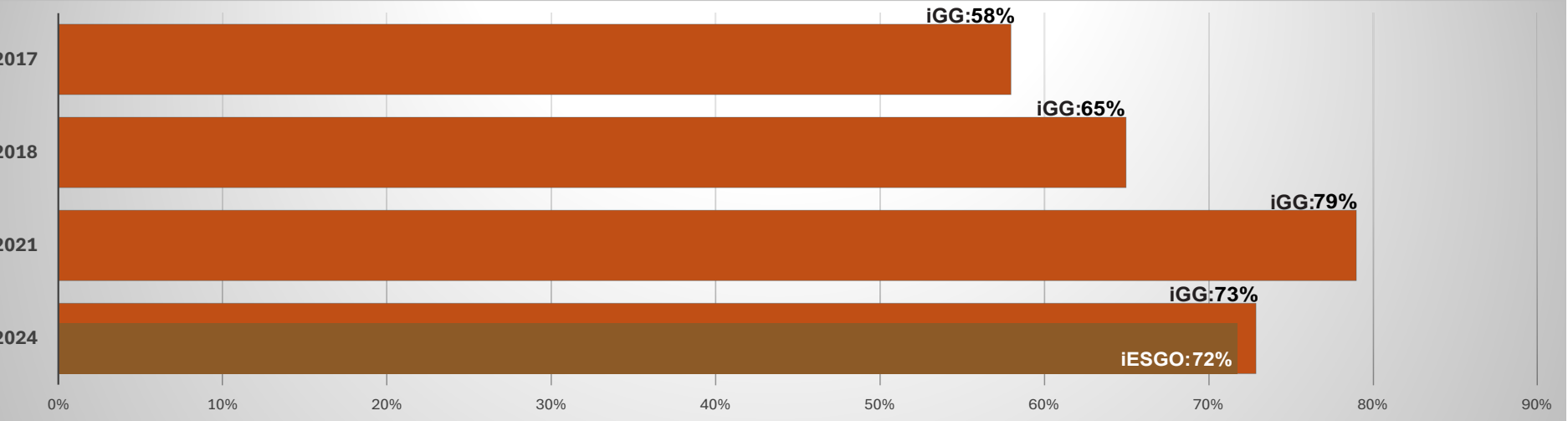
O Exército Brasileiro participa dos levantamentos e das autoavaliações de maturidade institucional em governança e gestão da Administração Pública, conduzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Esses levantamentos resultam no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública, cujo principal indicador é o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG).

O gráfico a seguir demonstra o histórico desse índice ao longo dos anos, refletindo a aprimorada governança e gestão na Força Terrestre.

RESULTADOS DO COMANDO DO EXÉRCITO

Em sua mais recente avaliação, realizada em 2024, o TCU reformulou o questionário de governança (iGG). O novo modelo foi alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e incorporou as dimensões do índice ESG (*Environmental, Social and Governance*), dando origem ao novo índice iESGo. Nesse formato, o Exército Brasileiro alcançou o nível “aprimorado”, com 72% no índice geral iESGo e, especificamente, 72,9% na avaliação dos processos de governança e gestão (iGG).



Disponível em: https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/IESGo2024-511-CEX.pdf



1.5 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB)

A Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA-EB) é uma representação gráfica dos macroprocessos organizacionais, oferecendo uma visão sistêmica das operações do Exército Brasileiro e de suas ações de apoio ao Estado, que demonstra como a Força cumpre a sua missão institucional.

A CVA-EB, aprovada pela Portaria – C Ex nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023, baseia-se na Política Militar Terrestre (PMT) e na Estratégia Militar Terrestre (EMT), servindo de base para a elaboração do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

Os macroprocessos da CVA-EB estão estruturados em três categorias principais:

- Macroprocessos Finalísticos: diretamente ligados à missão institucional do Exército, responsáveis pela entrega de valor à sociedade;
- Macroprocessos de Gestão: conduzem a gestão estratégica da organização, otimizando a execução dos Macroprocessos de Suporte e Finalísticos; e

- Macroprocessos de Suporte: fornecem a sustentação, os recursos e os insumos necessários ao funcionamento de todos os macroprocessos da CVA-EB.

Os macroprocessos da CVA-EB são transversais e multidisciplinares, envolvendo diretamente os Órgãos de Direção Setorial (ODS), os Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI) e o Órgão de Direção Operacional (ODOp), os quais atuam de maneira integrada e sinergicamente para o alcance dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE).

A integração sistêmica desses macroprocessos direcionados para a conquista dos OEE contribui para a boa governança e gestão estratégicas na busca de resultados como maior eficiência, eficácia e efetividade, otimizando a aplicação dos recursos orçamentários do Exército Brasileiro.



Fonte: Portaria – C Ex Nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023.

VALORES MILITARES



FÉ NA MISSÃO

Defender a Pátria

Garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem

Cooperar com o desenvolvimento nacional

Participar de operações internacionais

CAPÍTULO 2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

2.1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria, consubstanciada no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), que busca o alinhamento com os planos nacional e setorial de defesa e com o Plano Plurianual (PPA).

O Plano Estratégico do Exército (PEEx), que faz parte da fase cinco (Planos) do SIPLEx, alinha-se ao PPA e orienta-se pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

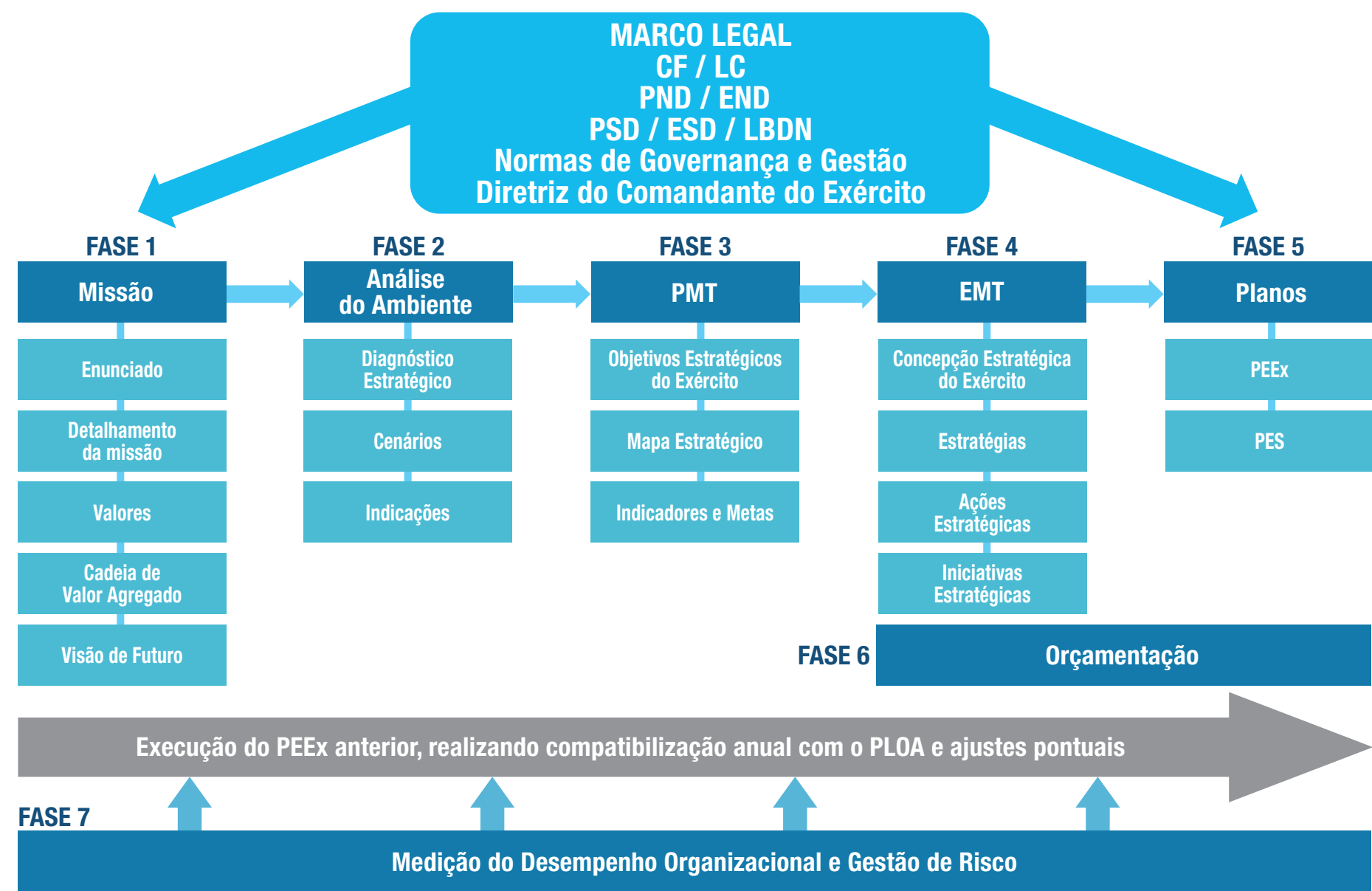
O PEEx, em resumo, é o documento que materializa o planejamento da Instituição. Nele, os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) são desdobrados em estratégias, e ações. São estabelecidos as metas e os responsáveis pelos objetivos estratégicos, cujo encadeamento visa ao aperfeiçoamento institucional e ao desenvolvimento de capacidades militares.

Os OEE, alinhados com a CF/88, as LC 97/99, 117/04 e 136/10, a PND e a Estratégia Nacional de Defesa (END), estão vinculados às competências institucionais, à Política Setorial de Defesa (PSD) e, também, aos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD).

A medição estratégica tem como objetivo realizar o acompanhamento das metas e dos indicadores estratégicos do Exército que foram estabelecidos pela Portaria – EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024.

2.1.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

A metodologia do SIPLEx percorre 07 (sete) fases, nominadas e esquematizadas conforme a figura abaixo:



Fonte: Metodologia do SIPLEx; EB20-N-03.002 (Ed. 2021)

Paralelamente à confecção do PEEEx, é elaborada a proposta orçamentária com base nas necessidades gerais do Exército. Após aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Estado-Maior do Exército (EME) celebra com os órgãos setoriais os Planos de Descentralização de Recursos (PDR), cuja finalidade é a pactuação de metas físico-financeiras para que sejam cumpridos os objetivos previstos no PPA.

MAPA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, prepara a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.



2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

O PEEEx traduz o emprego coordenado dos recursos orçamentários mais relevantes de investimentos previstos para o ciclo do PPA considerado, ano a ano, de forma a atingir os objetivos estratégicos. Esse planejamento está voltado para o cumprimento permanente das competências institucionais, conforme detalhado no quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO
Defender a Pátria	1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11
Garantir os Poderes Constitucionais	1-2
Garantir a Lei e a Ordem	1-2
Contribuir para o desenvolvimento nacional e a política externa	1-2-3-4-5-6-7-8-10-11
Participar em operações de ajuda humanitária	2-4-5
Cooperar com Órgãos Públicos	2-3-4-5-8

Fonte: EME, 2025.

2.1.4 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EB COM OS OBJETIVOS SETORIAIS DE DEFESA

O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre os planejamentos estratégicos do MD e do EB, com destaque para os programas estratégicos prioritários.

ALINHAMENTO DOS OEE AOS OSD

PERSPECTIVAS	OEE (2024-2027)	OSD (2024-2035)	PROGRAMAS ESTRATÉGICOS E SETORIAIS DO EXÉRCITO
SOCIEDADE	1 - APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO 2 - APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA 3 - APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	1 - APRIMORAR O PREPARO DAS FORÇAS ARMADAS PARA O CUMPRIMENTO DE SUA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL 2 - CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A COESÃO E UNIDADE NACIONAIS 3 - INCREMENTAR O APOIO À POLÍTICA EXTERNA	
PROCESSOS CRÍTICOS	4 - APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE 5 - APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE 6 - APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO 7 - OBTER PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	4 - DESENVOLVER OS SETORES ESTRATÉGICOS DE DEFESA 5 - CONTRIBUIR PARA O FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	8 - APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	6 - PRESERVAR A EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS 7 - AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL 8 - ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO DE INTERESSE DA DEFESA	
INSTITUCIONAL	9 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA 10 - FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO 11 - APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO	9 - COMPATIBILIZAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ÀS NECESSIDADES DO SETOR DE DEFESA 10 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA 11 - FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL 12 - APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO	

Fonte: EME, 2025.

2.1.5 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A medição estratégica do Exército tem por finalidade avaliar se a estratégia definida está sendo bem-sucedida e fornecendo às partes interessadas os principais resultados esperados pelo EB. Esse sistema é composto por um conjunto de indicadores e metas construídos com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC).

A coordenação da medição estratégica é realizada pela Assessoria de Governança e Gestão (AGG), com a colaboração das subchefias do EME e a participação dos ODOp/ODS/OADI.

Em 2024, iniciou-se um novo ciclo do Plano Plurianual (PPA 2024-2027), o qual ensejou a atualização do planejamento estratégico do Exército, resultando na revisão do mapa estratégico do EB e, conseqüentemente, na definição de novos objetivos estratégicos na PMT.

Além disso, a PMT estabeleceu que, para o ciclo de 2024-2027, o acompanhamento dos resultados dos OEE será feito por intermédio da medição estratégica, em que cada OEE possui um Indicador de Resultado (IR), com metas anuais definidas pela Portaria EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024.

Os IR são obtidos por meio de reuniões com os órgãos de direção setoriais, nas quais são identificadas as fórmulas de medição e as respectivas metas. Também são realizadas simulações para validar a metodologia. Anualmente, são feitas verificações parciais e os IR são revisados e avaliados.

Nesse contexto, as metas e os indicadores definidos para 2025 são apresentados na tabela abaixo:

INDICADORES E METAS DEFINIDOS PARA OS OEE EM 2025

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO	INDICADORES DE RESULTADO (IR)	METAS 2025	RESPONSÁVEIS PELOS INDICADORES	COORDENADOR DO EME
OEE 1 – Aprimorar a capacidade de dissuasão	IR 1 - Índice de Aprimoramento de Capacidades	30%	3ª Sch e 4ª Sch do EME e Escritório de Projetos do Exército (EPEX)	AGG
OEE 2 – Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa	IR 2 - Índice de contribuição com o desenvolvimento nacional, paz social e a política externa	64%	1ª Sch, 3ª Sch, 4ª Sch, 5ª Sch, 7ª Sch e EPEX do EME; Comando de Operações Terrestres (COTER); Comando Logístico (COLOG); Departamento-Geral do Pessoal (DGP) e Departamento de Engenharia e Construção (DEC)	5ª Sch EME
OEE 3 – Aprimorar a atuação no espaço cibernético, com liberdade de ação	IR 3 - Índice de aprimoramento da atuação no espaço cibernético, com liberdade de ação	16%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª Sch EME
OEE 4 – Aperfeiçoar o Sistema Operacional Militar Terrestre	IR 4 - Índice de Preparo e Emprego Militar Terrestre	64%	Comando de Operações Terrestres (COTER)	3ª Sch EME
OEE 5 – Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre	IR 5 - Índice de Aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre	64%	Comando Logístico (COLOG)	4ª Sch EME
OEE 6 – Aperfeiçoar os Sistemas de Informação e de Comando e Controle do Exército	IR 6 - Índice de aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de comando e controle do EB	61%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª Sch EME
OEE 7 – Obter Prontidão Tecnológica	IR 7 - Índice de prontidão tecnológica	69%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª Sch EME
OEE 8 – Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física	IR 8 - Índice de aperfeiçoamento do sistema de educação, cultura e capacitação física	48%	Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX)	1ª Sch EME
OEE 9 – Fortalecer a Dimensão Humana	IR 9 - Índice de Fortalecimento da Dimensão Humana	64%	Departamento-Geral do Pessoal (DGP)	1ª Sch EME
OEE 10 – Fortalecer a imagem e a reputação do Exército	IR 10 - Índice de credibilidade do EB	71%	Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX)	5ª Sch EME
OEE 11 - Aperfeiçoar o Sistema de Economia e Finanças do Exército	IR 11 – Índice de desempenho da gestão orçamentária, financeira, contábil e de pagamento de pessoal	90%	Secretaria de Economia e Finanças (SEF)	6ª Sch EME

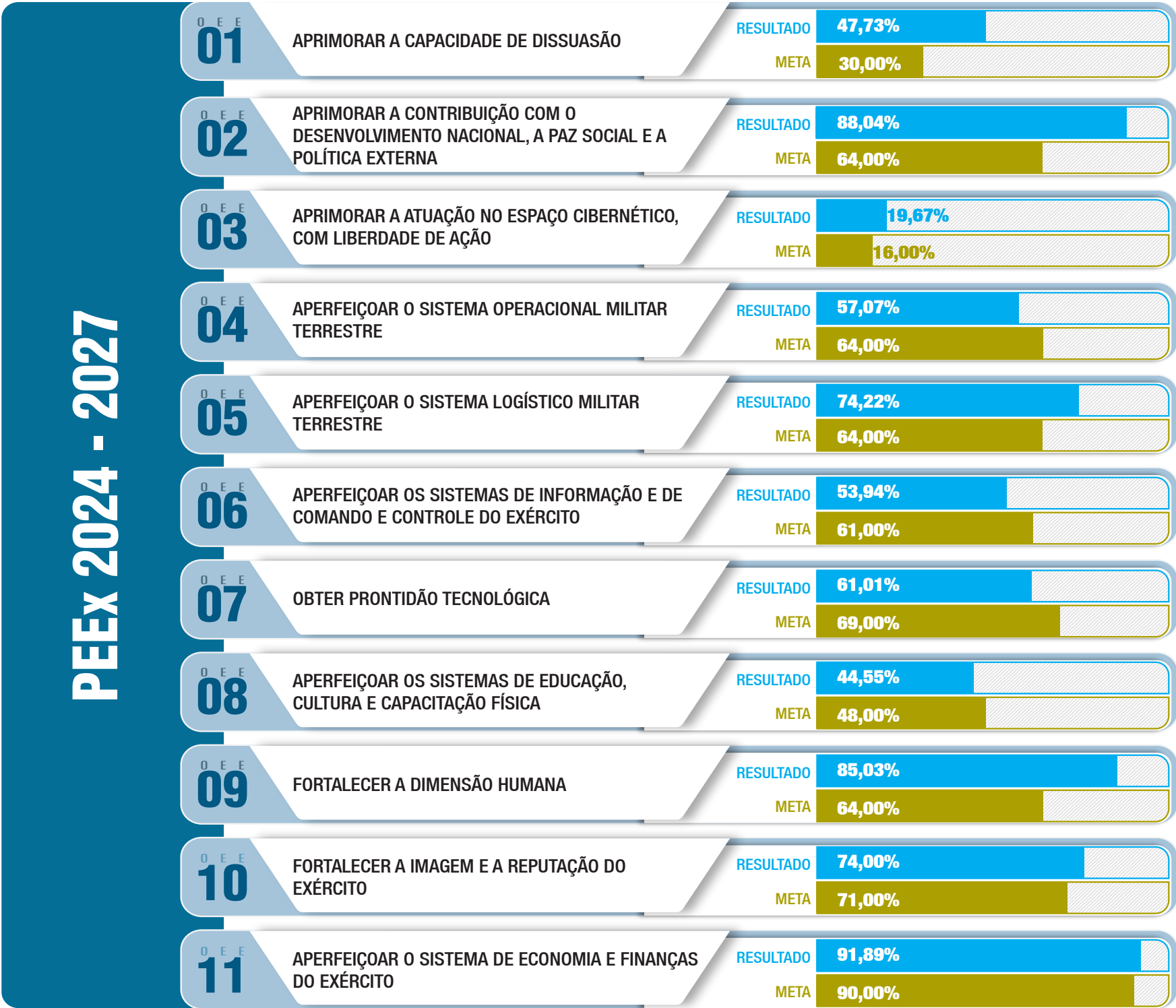
Fonte: Portaria– EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024.

Obs: os indicadores definidos para o exercício e respectivas metas podem ser visualizados juntamente com suas Fichas de Qualificação de Indicadores (FQI) no portal da transparência do EB por meio do link: <https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/objetivos-metas-indicadores-e-resultados>.

RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para o novo ciclo de medição, o painel abaixo apresenta os resultados e as metas dos OEE:

RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO



Fonte: EME, 2025.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme estabelecido na PMT, a maioria dos indicadores superou os parâmetros de desempenho desejáveis para o ano de 2025, demonstrando a eficácia do que foi planejado no PEEx para entrega de valor à sociedade. Os resultados dos desempenhos dos indicadores, ligeiramente abaixo das metas, são justificados pelos sucessivos cortes orçamentários.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO



2.2 PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

2.2.1 O PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) consiste em um conjunto de programas e projetos vinculados aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do Exército (PEEx). Suas entregas estão em consonância com o PEEx e representam, em sua essência, a concretização das prioridades estratégicas da Força Terrestre. Essas iniciativas são gerenciadas, coordenadas e integradas pelo Estado-Maior do Exército (EME), direcionando a transformação da Instituição em prol de seus objetivos de longo prazo.

Os Programas Estratégicos do Exército (Prg EE) correspondem a empreendimentos de grande escala e duração prolongada, envolvendo a entrega de produtos ou serviços complexos. Já os projetos que os compõem são ações mais específicas, com metas claras e escopos delimitados. A gestão eficiente desses elementos, por meio de processos de governança e gerenciamento bem estruturados, é essencial para o êxito do Ptf EE na realização da estratégia.



Fonte: EME, 2025.

2.2.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Para garantir a gestão efetiva e a tomada de decisões, a Governança do Ptf EE estabelece processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes envolvidas.

O EME, por meio do Escritório de Projetos do Exército (EPEX), atua como órgão de coordenação executiva do Ptf EE, abrangendo as iniciativas estratégicas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades operacionais e o aprimoramento dos macrossistemas da Força.

A autoridade máxima do Ptf EE é o Comandante do Exército, assessorado pelo Gerente do Ptf EE. Sua responsabilidade inclui a alocação estratégica de recursos humanos, materiais e orçamentários entre os programas e projetos.

No topo da estrutura consultiva do Exército, o Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT) tem a função de assessorar o Comandante, com foco na gestão do Planejamento Estratégico do EB, incluindo o Ptf EE e todos os seus programas e projetos.

O Chefe do EME é responsável pelo gerenciamento do Ptf EE, coordenando as atividades do PEEEx para o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais.

O Comitê Gestor do Processo de Transformação (CGPT) presta assessoramento ao CONSURT, concentrando-se nas decisões relacionadas ao portfólio, programas e projetos estratégicos.

O Chefe do EPEX exerce a função de coordenador-executivo do Ptf EE, atuando em estreita ligação com o Chefe do EME e fornecendo todos os subsídios necessários sobre o Portfólio.

Por fim, o Órgão de Direção Operacional (ODOp), os Órgãos de Direção Setorial (ODS), os Órgãos de Assistência Direta e Imediata (OADI) e os Comandos Militares de Área (C Mil A) possuem escritórios de projetos ou estruturas equivalentes para assegurar a governança, gestão e execução das ações vinculadas ao Ptf EE ou a seus portfólios setoriais, conforme suas respectivas áreas de competência.



Fonte: EME, 2025.

2.2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PORTFÓLIO PARA OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

Os Prg EE incluem, entre outras iniciativas, projetos voltados à aquisição pelo Exército Brasileiro de meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e alinhados ao trinômio controle, mobilidade e presença, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa (END). Esses Prg EE contribuem para um ou mais Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), conforme demonstrado no quadro abaixo:

RELAÇÃO ENTRE PORTFÓLIO E OEE

OEE	OEE 1	OEE 2	OEE 3	OEE 4	OEE 5	OEE 6	OEE 8	OEE 10
Prg EE	APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO	APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA	APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO
SENTINELA DA PÁTRIA	X	X		X	X	X	X	X
AMAZÔNIA PROTEGIDA	X			X	X	X	X	X
SISFRON	X	X		X		X		
FORÇAS BLINDADAS	X			X	X			
ASTROS	X					X		
OCOP	X					X		
DEFESA ANTIAÉREA	X							
AVIAÇÃO	X							
DEFESA CIBERNÉTICA			X					
CIBERNÉTICA DEFESA NACIONAL			X					
SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE				X				
SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE					X			
LUCERNA						X		
EDUCAÇÃO E CULTURA							X	

Fonte: EME, 2025.

2.2.4 RESULTADOS DOS PRG EE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRG EE

PRG EE	RECEBIDO (R\$)*	UTILIZADO (R\$)*
FORÇAS BLINDADAS	412.300.000,00	412.426.066,00
SISFRON	203.064.570,00	203.170.157,71
AVIAÇÃO	971.539.133,00	969.195.606,26
ASTROS	54.704.772,00	54.755.748,49
OCOP	63.812.177,00	63.812.153,46
DEFESA ANTIAÉREA (13DB)	10.161.214,00	10.161.214,00
DEFESA ANTIAÉREA (21D1)	4.770.809,00	4.770.809,00
CIBERNÉTICA DEFESA NACIONAL	52.613.708,89	52.614.307,48
DEFESA CIBERNÉTICA	8.840.461,00	8.840.450,00
SENTINELA DA PÁTRIA	36.992.628,00	36.992.628,00
AMAZÔNIA PROTEGIDA	20.281.965,00	20.281.965,00
LUCERNA	4.420.417,00	4.420.417,00
SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	726.609,56	726.609,12
SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	5.952.008,00	5.952.006,49
EDUCAÇÃO E CULTURA	53.866.739,66	53.866.716,16
TOTAL	1.904.047.212,11	1.901.986.854,17

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial.

(*) – As variações nos valores empenhados das Ações de Governo em relação à disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de Movimentação e Empenho (LME) ocorreram devido a flutuações cambiais (positivas ou negativas) nos materiais e serviços adquiridos no exterior. Essas contratações são realizadas pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, mediante operações de câmbio efetuadas com o Banco Central (BC).



Fotomontagem: 2º Ten Bastos/CCOMSEX - Viatura Blindada de Combate Centauro II BR.
Foto: Cap Edvaldo/CCOMSEX

2.2.4.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO FORÇAS BLINDADAS - PRG EE F BLD

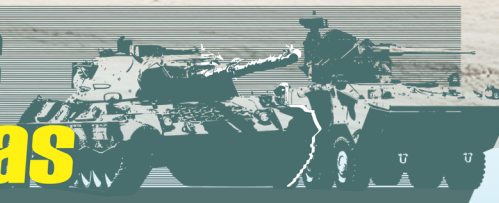
O Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas tem a finalidade de contribuir para a transformação das Brigadas Blindadas e Mecanizadas do Exército Brasileiro, com a obtenção coordenada de meios blindados de combate sobre rodas e sobre lagartas, impulsionando prioritariamente a Base Industrial de Defesa Brasileira pela aquisição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar.

No escopo desse Programa, encontra-se a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR) composta por viaturas blindadas leves 4X4, viaturas blindadas médias 6X6 e 8X8, viatura obuseiro autopropulsada sobre rodas 155 mm e a modernização da viatura CASCAVEL. Além disso, a revitalização do Blindado sobre Lagartas LEOPARD 1A5 BR e a aquisição de novas viaturas blindadas de combate sobre lagartas, integradas aos Sistemas de Armas, de Proteção e de Comando e Controle.

O Programa é composto, ainda, pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, bem como por ações complementares, infraestrutura e preparo, adequando as organizações militares para o recebimento dos novos materiais de emprego militar e contribuindo para a formação de operadores e mecânicos.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 412.300.000,00, sendo executados (empenhados) R\$ 412.426.066,00.

Forças Blindadas



PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE FORÇAS BLINDADAS

- Entrega de Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média sobre Rodas (VBTP-MSR Guarani 6x6).
- Entrega de Viaturas Blindadas de Combate de Cavalaria Média sobre Rodas (VBC Cav-MSR 8x8).
- Entrega de Viaturas Cascavel Modernizadas.

Fotomontagem: 3º Sgt Reis/CCOMSEx – Área de monitoramento e controle da faixa de fronteira terrestre pelo SISFRON

2.2.4.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - PRG EE SISFRON

O Programa Estratégico do Exército SISFRON objetiva proporcionar ao Exército Brasileiro os meios necessários de monitoramento da fronteira terrestre do Brasil. Os meios entregues pelos projetos que integram o Programa às OM diretamente envolvidas conferem a elas as capacidades de sensoriamento e ao apoio à decisão, a fim de permitir a atuação de forma efetiva nas áreas de fronteira sob a responsabilidade dos Comandos Militares de Área do Norte, da Amazônia, do Oeste e do Sul. Coopera, dessa forma, para o incremento de medidas de segurança na faixa de fronteira abrangida pelo Programa, o combate a ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório proporcionado pela ação de presença dos meios da Força, potencializada pelas entregas realizadas pelo SISFRON às Organizações Militares abrangidas.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de Movimentação e Empenho (LME) do Programa foi de R\$ 203.064.570,00, sendo executados (empenhados) R\$ 203.170.157,71.



- Entrega das instalações do Centro de Operações da 1ª Bda Inf SI (Boa Vista-RR).
- Implantação parcial dos Projetos de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD), nos estados de Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Entrega de Binóculos Termais Remotamente Controlados às OM abrangidas pelo Projeto SAD 2.
- Entrega de Viaturas Especializadas de Comunicações para OM dos SAD 2, 3 e 7.
- Entrega de Equipamentos de Comunicações e Sensoriamento.
- Implantação de Sites Fixos do Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT).
- Entrega de um Dique Flutuante para o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA/CMA) (Manaus-AM).
- Continuação das obras de infraestrutura em Organizações Militares nos municípios de Manaus-AM, Palmas-PR, Campo Grande-MS, Corumbá-MS, Curitiba-PR, Francisco Beltrão-PR e Porto Alegre-RS.
- Implantação do Termo de Execução Descentralizada nº 24-EME-013-00 visando à aquisição de Fuzis de Assalto IA-2 5,56 mm IMBEL, junto à Indústria de Material Bélico (IMBEL).



2.2.4.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO - PRG EE AV EX

Este Programa tem como objetivo geral manter a Aviação do Exército como um vetor de modernidade e eficiência operacional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do Programa engloba projetos que buscam o aperfeiçoamento do Sistema de Aviação do Exército, por meio de ações como a modernização da frota existente com a implementação e aperfeiçoamento dos sistemas embarcados (armamento, optrônicos, automação, etc); aperfeiçoamento do adestramento pelo emprego de sistemas de simulação modernos e eficientes; implantação de fração operacional de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas; aquisição de aeronaves de manobra, de ataque e de transporte logístico, a fim de contribuir para o cumprimento de missões de combate, apoio ao combate e apoio logístico.

Em sua estrutura, o Programa também possui as ações complementares de infraestrutura, modernização e comando e controle (C2). Essas ações visam ampliar as capacidades da Aviação do Exército, adequando suas Organizações Militares, buscando estender a vida útil da frota de helicópteros e aprimorando a capacidade de C2.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 971.539.133,00, sendo executados (empenhados) R\$ 969.195.606,26.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

- Recebimento de aeronave UH-60M Black Hawk.
- Continuação das obras de infraestrutura em instalações da Aviação do Exército (Pavilhão do Pelotão de Transporte Aéreo, Suprimento e Serviços Especiais de Aviação e Centro de Instrução de Aviação do Exército).



Foto: Acervo do CCOMSEX

2.2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS - PRG EE ASTROS

O Programa Estratégico do Exército Astros tem por objetivo dotar a Força Terrestre com Sistema de Artilharia de Campanha com efetiva e moderna capacidade de lançar granadas de artilharia, foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro, além de implantar a estrutura física do Forte Santa Bárbara, em Formosa (GO). O escopo do Programa abrange, ainda, a aquisição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar para o sistema de apoio de fogo tático/operacional, com a aquisição, revitalização e modernização de obuseiros, ferramentas, acessórios, simuladores, munições remotamente pilotadas e obras de infraestrutura, tais como: construção, ampliação, adequação, adaptação, recuperação e reforma de instalações.

É integrado, ainda, por trabalhos de pesquisa e desenvolvimento que envolvem a concepção, o desenvolvimento e o fornecimento de um míssil tático de cruzeiro e de foguetes guiados; um Sistema Integrado de Simulação, desenvolvido com a Universidade Federal de Santa Maria; e o Sistema Transportável de Rastreo de Engenheiros em Voo (STREV).

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 54.704.772,00, sendo executados (empenhados) R\$ 54.755.748,49.



PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE ASTROS

- Entrega do Estande de Tiro do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes.
- Entrega da Estação de Tratamento de Água do Forte Santa Bárbara, no município de Formosa-GO.
- Continuação das obras de infraestrutura da Base Administrativa e Campo de Instrução de Formosa e da vila militar sustentável do Forte Santa Bárbara.
- Entrega das etapas finais do 2º Termo de Execução Descentralizada (TED) com o meio acadêmico da UFSM, para o Sistema Integrado de Simulação ASTROS.
- Entrega de Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado (VBC OAP) M109 A5 revitalizadas.
- Instalação do Sistema Digitalizado de Artilharia de Campanha (SISDAC) em Viaturas Blindadas (VBC OAP M109 A5+ BR, M 113 BR e M577) do 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (5º GAC AP), na cidade de Curitiba-PR.



Foto: STen Sionir/CCOMSEx



2.2.4.5 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DE OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA - PRG EE OCOP

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar para manter a permanente capacidade operacional, por meio da substituição de materiais e sistemas defasados tecnologicamente ou no final de seu ciclo de vida, da melhoria dos equipamentos individuais e coletivos do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do Programa contempla a obtenção, a pesquisa, o desenvolvimento e a modernização dos sistemas e materiais de emprego militar, buscando, no que couber, a interoperabilidade logística com as demais Forças.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 63.812.177,00, sendo executados (empenhados) R\$ 63.812.153,46.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE OCOP

- Aquisição e manutenção de motocicletas policiais.
- Aquisição, manutenção e revitalização de viaturas operacionais.
- Aquisição de fuzis.
- Aquisição de rádios.
- Aquisição de componentes para o Sistema Improved Ribbon Bridge (IRB).
- Aquisição de equipamento purificador de água.
- Aquisição de equipamentos e acessórios de mergulho.
- Aquisição de munições.
- Aquisição de motores de popa.
- Aquisição de embarcações pneumáticas e embarcações blindadas.
- Fabricação e revitalização de morteiros.
- Blindagem de Equipamentos de Engenharia.
- Revitalização de obuseiros.
- Manutenção de aeronaves remotamente pilotadas.



Foto: Acervo do CCOMSEX



DEFESA ANTIAÉREA

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE DEFESA ANTIAÉREA

2.2.4.6 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA - PRG EE DAAE

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com o objetivo de recuperar capacidades já existentes, bem como obter novas capacidades de defesa antiaérea de baixa, média e grande altura, modernizando as organizações militares de Artilharia Antiaérea da Força Terrestre.

O Programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de produtos de defesa ainda não acessíveis no país, com a assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 14.932.023,00, sendo executados (empenhados) R\$ 14.932.023,00.

- Entrega do radar SABER M60 2.0 atualizado.
- Entrega de equipamentos Field Fox (analisadores de espectro) destinados aos Radares SABER M60.
- Entrega da subestação de energia da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).
- Entrega de equipamentos de Comando e Controle para a Companhia de Comunicações de Defesa Antiaérea (Cia Com DAAe).



Fotomontagem: SC Luiz Fernando/CCOMSEx.
Foto: STen Sionir/CCOMSEx.



DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL

2.2.4.7 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL - PDCDN

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu três setores estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o espacial e o cibernético. Nesse diapasão, o Ministério da Defesa atribuiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor cibernético ao Exército Brasileiro (EB), sob a coordenação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), sediado em Brasília (DF) e subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

O PDCDN tem como objetivo dotar o Ministério da Defesa (MD) e as Forças Armadas (FA) da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 66.215.834,00, sendo executados (empenhados) R\$ 66.215.642,00. No valor informado, estão incluídos os recursos de destaques à Marinha do Brasil (MB) e à Força Aérea Brasileira (FAB), conforme demonstrado no Capítulo 4 deste relatório.



2.2.4.8 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA - PRG EE DCIBER

O Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (Prg EE DCIBER) vem sendo um dos principais vetores de transformação e modernização do Exército Brasileiro, sobretudo por meio da indução do desenvolvimento de doutrina, capacitação de recursos humanos e incorporação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de ferramentas cibernéticas nacionais.

Com impactos nos níveis estratégico, operacional e tático, desdobra-se em quatro frentes principais: a estruturação do Sistema de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; a proteção cibernética da rede e dos sistemas corporativos, implementando níveis adicionais de proteção e de resiliência cibernética; a proteção cibernética nas operações militares; e a obtenção da independência tecnológica por intermédio da pesquisa e do desenvolvimento de produtos e serviços.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 8.840.461,00, sendo executados (empenhados) R\$ 8.840.450,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PDCDN

- Aquisição, manutenção e atualização de soluções tecnológicas para o ComDCiber e para o Setor Cibernético de Defesa.
- Capacitação especializada de recursos humanos de interesse do Setor Cibernético de Defesa.
- Manutenção dos contratos continuados de infraestrutura para carimbo de tempo, segurança de e-mail corporativo e sistema de emissão simplificada de certificados digitais.
- Ativação do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber).
- Aquisição de *Storages* e licenças de antivírus para aumentar a segurança cibernética e a proteção dos dados corporativos e operacionais do Exército.
- Aquisição de *desktops* para atender os laboratórios de informática do CIGE e EsCom.
- Aquisição de *tokens* para a infraestrutura de Certificação Digital de Defesa.
- Aquisição de equipamentos e licenças para a implantação da proteção de acesso regional e CORE da Rede Corporativa do Exército Brasileiro (EBNet).
- Anteprojeto e Projeto Básico de adequação das instalações anteriores da EsCom para a ENaDCiber.
- Apoio à realização do Exercício Guardião Cibernético 7.0.
- Estruturação dos Sistemas de Gestão do Conhecimento e Gestão de Talentos do Setor Cibernético de Defesa – Fase 2.
- Entrega da concepção educacional da ENaDCiber – Fase 2.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE DCIBER

- Ferramentas Operacionais para Proteção e Exploração Cibernética.
- Desenvolvimento de simuladores.
- Implantação de laboratórios de adestramento cibernético nas OM.
- Implantação de laboratórios cibernéticos nas escolas militares.
- Implantação de novas camadas de proteção cibernética na rede corporativa do Exército Brasileiro.
- Implantação de Data Center Redundante.
- Instalação e operação do Supercomputador do IME.



Foto: Acervo do CCOMSEx

**2.2.4.9 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA
- PRG EE SENT PÁTRIA**

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir para a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares por intermédio da implantação, da transformação ou do reposicionamento, por transferência de sede, de unidades.

O Programa Sentinela da Pátria, alinhado à Concepção Estratégica do Exército, busca fortalecer as capacidades operacionais da Força Terrestre em todo o território nacional, exceto na Região Amazônica, priorizando a adequação da infraestrutura das Organizações Militares. Por meio da modernização e reestruturação das instalações, garante a presença estratégica do Exército, contribuindo para a defesa da soberania e integridade do País.

Além da capacitação militar, o Programa também se preocupa com o bem-estar da família militar, promovendo ações que visam melhorar sua qualidade de vida, reconhecendo a importância do apoio familiar para o sucesso das missões, como, por exemplo, construção de Próprio Nacional Residencial (PNR) e instalações de saúde. Com um compromisso firme com a defesa da pátria, o bem-estar de seus integrantes e a adequação de sua infraestrutura, o Programa Sentinela da Pátria se consolida como um pilar fundamental para o fortalecimento do Exército Brasileiro, garantindo sua prontidão para enfrentar os desafios do século XXI.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de Movimentação e Empenho (LME) do Programa foi de R\$ 36.992.628,00, sendo executados (empenhados) R\$ 36.992.628,00.



SENTINELA
DA **PÁTRIA**

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE SENTINELA DA PÁTRIA

- Reforma do Pavilhão Principal do Centro Marechal Cantuária, em Salvador - BA.
- Adequação do Complexo Logístico - 2ª Fase do Batalhão de Manutenção e Suprimento Antiaéreo, em Osasco - SP.
- Construção da 2ª Companhia de Fuzileiros do 55º Batalhão de Infantaria, em Montes Claros - MG.
- Adequação da Oficina de Blindados do 2º Batalhão Logístico, em Campinas - SP.
- Construção da infraestrutura da 5ª Companhia de Comunicações Blindada, em Ponta Grossa - PR.
- Construção da infraestrutura da Nova Escola de Comunicações, em Brasília - DF.
- Construção do Tanque Tático do Centro de Instrução de Operações Especiais, no Forte Imbuhy - RJ.



Foto: STen Sionir/CCOMSEx

2.2.4.10 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AMAZÔNIA PROTEGIDA - PRG EE AMZ PTG

Alinhado à Concepção Estratégica do Exército, o Programa Amazônia Protegida é responsável pela gestão de um portfólio de projetos e ações complementares, voltadas para atender às demandas estratégicas do Exército na área da Amazônia, sob a coordenação do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN). Alinhado à Concepção Estratégica do Exército, o Programa realiza a implantação, reestruturação, modernização e aperfeiçoamento das infraestruturas das Organizações Militares, contribuindo diretamente para o fortalecimento das capacidades operacionais da Força Terrestre.

Além de seu foco na capacidade militar, o Programa Amazônia Protegida desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar social, beneficiando comunidades indígenas, ribeirinhas e a família militar com ações que visam melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento sustentável na região. Por meio dessas iniciativas, o Programa apoia a preservação da soberania brasileira na Amazônia, integrando a defesa nacional com a preservação ambiental e o respeito aos direitos dos povos indígenas.

As ações do Programa Amazônia Protegida são realizadas de maneira integrada e sinérgica com o Programa Calha Norte e outras iniciativas estratégicas do Exército, ampliando o impacto positivo na geração de capacidades operacionais e na oferta de benefícios sociais para a população brasileira.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 20.281.965,00, sendo executados (empenhados) R\$ 20.281.965,00.



PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE AMAZÔNIA PROTEGIDA

- Construção do Pavilhão de Subunidade do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS), em Boa Vista – RR.
- Construção do Pavilhão Provisório da Base Administração e Apoio do Comando Militar do Norte/8ª Região Militar, em Belém - PA.
- Prosseguimento da construção/adequação da Infraestrutura do 18º Regimento de Cavalaria Mecanizada (18º RC Mec), em Boa Vista – RR.
- Prosseguimento da Modernização do Destacamento Especial de Fronteira (DEF) de Vila Brasil, no Amapá.



Foto: Acervo do CCOMSEX

2.2.4.11 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA - PRG EE LUCERNA

O Programa Estratégico do Exército Lucerna visa transformar o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), incrementando sua capacidade de obtenção e análise de dados, adaptando e criando organizações militares (OM) vocacionadas para a Inteligência de Combate.

Alinhado à Concepção Estratégica do Exército, o Prg EE Lucerna aperfeiçoa o ensino de Inteligência no Exército e as estruturas do SIEx, bem como moderniza os sistemas e estruturas de Tecnologia da Informação e Comunicação do SIEx e meios de obtenção.

Novas capacidades estão sendo alcançadas para a Função de Combate Inteligência, por intermédio de sensores modernos de múltiplas fontes para as atividades de reconhecimento, de vigilância e de aquisição de alvos, soluções tecnológicas de processamento de grande volume de dados e de análise apoiada por inteligência artificial, tudo com a finalidade de possibilitar a consciência situacional para a tomada de decisão.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 4.420.417,00, sendo executados (empenhados) R\$ 4.420.417,00.



PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE LUCERNA

- Preparo e emprego de Organizações Militares de Inteligência Militar (OMIM) em diferentes ambientes operacionais.
- Materiais de Emprego Militar (MEM).
- Modernização da infraestrutura de TI do SIEx.
- Incremento na capacidade de análise das estruturas do SIEx.
- Realização de 02 (dois) seminários doutrinários sobre a atividade de Inteligência Militar.
- Elaboração de 05 (cinco) produtos doutrinários sobre a atividade de Inteligência Militar e de base doutrinária de OMIM.
- Inserção da disciplina Inteligência Militar em 05 (cinco) estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.
- Especialização de recursos humanos do Exército nas disciplinas de Inteligência de fontes humanas, de sinais, geointeligência e cibernética.



Foto: Acervo do CCOMSEX

2.2.4.12 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE - PRG EE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT) foi criado com o objetivo central de modernizar o sistema operacional do Exército Brasileiro, com foco no preparo e emprego da Força Terrestre. O Programa visa alcançar esse objetivo por meio de diversas ações, como o aperfeiçoamento do preparo da tropa, a modernização do canal técnico-operacional, a implantação de centros de adestramento e de um sistema de gestão do preparo, bem como a normatização do emprego da Força em diferentes tipos de operações.

O Prg EE SISOMT busca aprimorar a gestão e o adestramento das Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) com recursos adequados, além de desenvolver um sistema para gerenciar informações operacionais. Essas ações integradas visam fortalecer a capacidade do Exército de responder prontamente a diferentes situações, melhorando o adestramento das FORPRON para garantir a segurança nacional e contribuir para a paz social.

Além dos benefícios diretos para o Exército, o Prg EE SISOMT impacta positivamente o Estado e a sociedade. O Programa promove o fortalecimento da Base Industrial de Defesa, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento tecnológico nacional. A modernização do sistema operacional terrestre ainda aumenta a capacidade de dissuasão do País, contribuindo para a estabilidade regional. Ademais, o programa reforça a projeção internacional do Exército Brasileiro, demonstrando seu compromisso com a modernização e a excelência em suas operações.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 726.609,56, sendo executados (empenhados) R\$ 726.609,12.

SISOMT

PREPARO EMPREGO

PRINCIPAIS ENTREGAS 2025 - PRG EE SISOMT

Entrega de instalações modernizadas no contexto da continuidade da implantação dos Centros de Adestramento Sul e Leste (CA-Sul) e (CA-Leste), Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOUS), adequando a Organização Militar de acordo com as atualizações dos Planos Diretores de Organizações Militares, aprovados pelo Estado-Maior do Exército (EME), no decorrer da gestão do Programa, conforme a seguir:

- Implementação de melhorias estruturais e modernização de infraestruturas críticas e de segurança, visando ao aperfeiçoamento da formação operacional nos Centros de Adestramento.
- Projeto de construção da Área de Combate em Localidade Urbana, no CIOUS.
- Implantação de módulos do Sistema de Gestão do Preparo da Força Terrestre (GPrepFter), na 3ª Bda Inf Mec e na 5ª Bda Cav Bld.
- Aquisição de Software de Geointeligência.



Foto: Acervo do CCOMSEx

2.2.4.13 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE - PRG EE SLMT

O Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre destina-se a modernizar a logística no âmbito do Exército. Para isso, prosseguiu-se na reestruturação da Rede Logística Estratégica do Exército composta por Pontos Nodais Logísticos (Hubs), posicionados em regiões de interesse estratégico para a Força Terrestre.

Esta concepção nova proporciona flexibilidade e resiliência em benefício da prontidão e sustentação logísticas, de modo a atender, com efetividade e oportunidade, às demandas do preparo e emprego da Força Terrestre em qualquer situação, no atual e futuro cenário complexo, com incertezas próprias dos conflitos que a nação deve superar, tudo em benefício da sociedade brasileira e da paz social.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de Movimentação e Empenho (LME) do Programa foi de R\$ 5.952.008,00, sendo executados (empenhados) R\$ 5.952.006,49.



- Estabelecimento dos Hubs e seus componentes, iniciando o aprimoramento da Rede Logística Estratégica do Exército, de acordo com a Diretriz de Implantação do Ch EME, na qual os Hubs do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo constituem o 1º marco da implantação em tela.



Foto: Acervo do CCOMSEx

2.2.4.14 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO EXÉRCITO - PRG EE PENEK

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Educação, Cultura e Desporto do Exército (Prg EE PENEK) tem como objetivo central atualizar e qualificar o Sistema de Educação e Cultura do Exército Brasileiro (SECEX), preparando o militar para os desafios da Era do Conhecimento e as novas demandas do Processo de Transformação do Exército. Para alcançar esse objetivo, o Programa foca no desenvolvimento de novas competências, na cultura de inovação, no pensamento crítico e na formação de líderes, buscando profissionalizar a Força e prepará-la para atuar em um ambiente cada vez mais complexo e dinâmico.

O Prg EE PENEK também prevê ações para modernizar o ensino, como construção e a adequação da infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Além disso, o Programa busca preservar e divulgar a cultura institucional, fortalecendo valores, deveres e ética militar, essenciais para a coesão e o espírito de corpo da Força.

As contribuições do Prg EE PENEK vão além do âmbito militar, impactando positivamente o Estado e a sociedade. O Programa busca desenvolver capacidades que permitam ao Exército cumprir suas missões com eficiência e determinação, conforme previsto na Política de Defesa Nacional. Além disso, o Prg EE PENEK promove a sistematização da preservação da memória e tradições, o incremento na internalização, pelo público interno, dos valores morais, deveres e ética, a adequação da qualificação de pessoal e a sistematização da educação preparatória e assistencial, fortalecendo a imagem institucional e a relação com a sociedade.

Em 2025, a disponibilidade orçamentária autorizada – Limite de movimentação e empenho (LME) do Programa foi de R\$ 53.866.739,66, sendo executados (empenhados) R\$ 53.866.716,16.



PRINCIPAIS ENTREGAS - 2025 - PRG EE PENEK

- Reorganização e revitalização da infraestrutura da AMAN – Projeto Marechal José Pessoa (PMJP).
- Preparação da implantação da Escola de Sargentos do Exército – Subprograma Escola de Sargentos do Exército (SPrg ESE).
- Implantação do Colégio Militar da Vila Militar/RJ – Projeto Implantação do Colégio Militar da Vila Militar (Pjt Imptc CMVM).
- Implantação do Colégio Militar de São Paulo – Projeto Implantação do Colégio Militar de São Paulo (Pjt Imptc CMSP).

2.2.5 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PRG EE

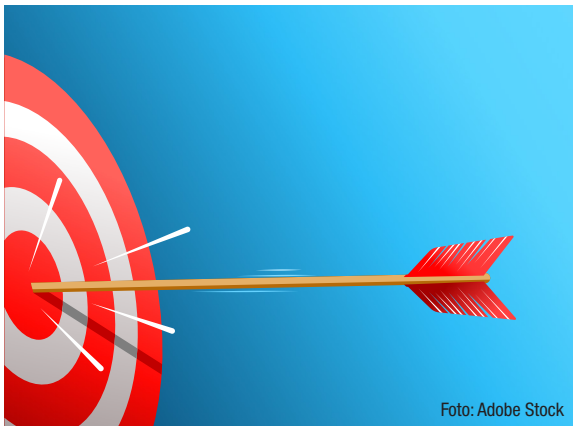
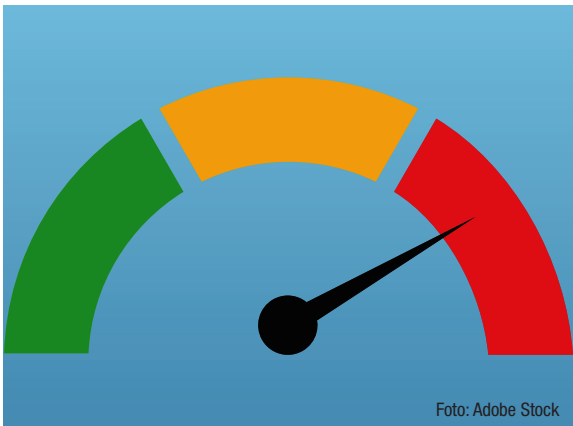
Os Prg EE produzem importantes impactos para a Força Terrestre, entre os quais se destacam:

- modernização da defesa terrestre para a promoção da paz social, favorecendo a manutenção da presença do Estado nos mais diversos rincões do nosso território, de forma a contribuir nas ações de segurança do patrimônio, proteção aos serviços essenciais e infraestruturas críticas, proporcionando a redução da ocorrência de crises;
- desenvolvimento de uma estrutura de apoio às ações de segurança pública para o incremento da interoperabilidade dos órgãos e das agências governamentais, ampliando a presença nas fronteiras e o apoio ao combate a ilícitos transfronteiriços, promovendo, assim, o aumento da segurança nos centros urbanos;
- estímulo ao desenvolvimento nacional pela geração de empregos e renda, pelo fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e pela capacitação da mão de obra brasileira;
- incremento da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação pelo fomento dos institutos tecnológicos e das entidades acadêmicas, pelo fortalecimento do modelo sustentável, pelo uso dual de tecnologia, pela promoção da independência tecnológica e pelo domínio de tecnologias sensíveis; e
- aumento da capacidade de dissuasão contra ameaças por meio do incremento da capacidade operacional da Força Terrestre, da rearticulação de tropas no território nacional e da criação de novas capacidades militares terrestres.

Para maiores informações sobre os Prg EE, acesse: <https://epex.eb.mil.br/>.



2.2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS



DESAFIOS

Os Programas Estratégicos do Exército enfrentam, atualmente, um ambiente desafiador marcado por múltiplas dificuldades. A limitação de recursos financeiros, a intrincada natureza dos projetos, os prazos extensos de implementação e a competitividade no mercado internacional de defesa representam barreiras significativas que demandam superação. Simultaneamente, a velocidade das inovações tecnológicas impõe à Força Terrestre a necessidade de permanente modernização para manter seus sistemas operacionais atualizados e eficazes.

No contexto doméstico, a instituição militar vê ampliado seu campo de atuação para além das tradicionais funções de defesa territorial. O Exército é chamado a contribuir para a segurança pública, o desenvolvimento sustentável e a cooperação interinstitucional em diversas frentes. Essa ampliação de missões inclui o apoio ao crescimento econômico, o estímulo à indústria nacional de defesa, a preservação ambiental e o socorro em situações de emergência - atividades que requerem do Exército respostas rápidas, eficientes e perfeitamente integradas com os demais órgãos governamentais.

RISCOS

Os Programas Estratégicos do Exército enfrentam diversos riscos que podem afetar diretamente sua capacidade de cumprir a missão institucional. A interrupção nas operações de monitoramento e controle fronteiriço, por exemplo, colocaria em risco a segurança do território nacional. Paralelamente, a insuficiência de recursos financeiros e a imprevisibilidade orçamentária comprometem a aquisição e modernização dos sistemas militares essenciais, prejudicando tanto o preparo operacional das tropas quanto o desempenho em missões de paz internacionais, o que afetaria a posição estratégica do Brasil no cenário global.

A vulnerabilidade tecnológica externa constitui outro desafio significativo, ameaçando a autonomia nacional em matéria de defesa e reforçando a necessidade urgente de desenvolver uma indústria bélica nacional robusta e autossuficiente. Além disso, os potenciais riscos reputacionais decorrentes da execução dos programas ou de crises inesperadas demandam mecanismos ágeis de governança, com processos administrativos eficientes, sistemas de controle rigorosos e estratégias de comunicação transparentes, elementos fundamentais para manter a confiança da sociedade na Instituição.

PERSPECTIVAS

O Exército Brasileiro mantém uma atitude resoluta e antecipatória diante dos desafios, fundamentando sua estratégia em três eixos essenciais: o desenvolvimento contínuo de capacidades militares, a modernização administrativa e a adoção de soluções inovadoras e sustentáveis. Essa abordagem reflete o compromisso da Força Terrestre com seu aprimoramento institucional e com o cumprimento eficaz de sua missão constitucional.

A otimização dos recursos de investimento, o constante aperfeiçoamento dos mecanismos de governança e gestão, e os investimentos estratégicos em pesquisa e desenvolvimento constituem fatores determinantes para o fortalecimento progressivo das capacidades operacionais terrestres. Essa trajetória de evolução ocorre em um ambiente dinâmico e em constante transformação, onde a capacidade de adaptação e a fidelidade aos valores institucionais demonstram a robustez do modelo de gestão de programas estratégicos adotado pelo Exército.

A conjugação entre a melhoria contínua de processos, o investimento no capital humano e o estabelecimento de relações transparentes com a sociedade civil permite à Instituição enfrentar com êxito os desafios contemporâneos e futuros. Essa postura integrada assegura não apenas a defesa do território nacional, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento do país, reforçando o papel estratégico do Exército como instituição fundamental para a soberania e o progresso da Nação.

2.3 OPERAÇÕES TERRESTRES

2.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB), durante o ano de 2025, conduziu operações em cooperação com diversos órgãos públicos, destacando-se as operações Catrimani II, Araribóia, Kayapó, Uru-Eu-Wau-Wau, realizadas em Terras Indígenas, a Operação Ágata, no fortalecimento da segurança na faixa de fronteira, e as Operações Redentor e Marajoara, visando, respectivamente, garantir a segurança e estabilidade durante a 17ª Reunião de Cúpula do BRICS 25 e a 30ª Conferência da ONU sobre as mudanças climáticas (Operação Marajoara - COP 30).

Na execução de ações subsidiárias e de ajuda humanitária, o Exército reforça sua integração com a sociedade e com órgãos de fiscalização e segurança pública, contribuindo para a paz interna, a segurança, a harmonia e o bem-estar da nação. Nesse contexto, em 2025, destacam-se operações relevantes de apoio à Defesa Civil, como a Operação Acolhida, em Roraima; e a Operação Carro-Pipa na região Nordeste.

No contexto da contribuição para o desenvolvimento nacional, o EB participa de três programas do Ministério da Defesa (MD): Forças no Esporte; João do Pulo e Projeto Soldado Cidadão. Houve ainda o apoio ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em regiões do País.

A contribuição para a política externa manifesta-se por meio da diplomacia militar, a qual busca promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com o intuito de colaborar na segurança, no desenvolvimento, na estabilidade regional e na paz mundial. Atualmente, o EB está presente em todos os continentes, com militares cumprindo missões diplomáticas permanentes e transitórias, além de atividades operacionais e participação em programas de formação.

Neste capítulo, serão apresentadas as principais operações terrestres realizadas em 2025, bem como seus resultados e benefícios.

2.3.2 PRINCIPAIS OPERAÇÕES EM 2025

2.3.2.1 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS



Foto: Acervo do CCOMSEx

OPERAÇÃO CATRIMANI II

Missão:

Realizar as ações militares e de apoio humanitário e logístico à população na Terra Indígena Yanomami (TIY).

Período:

1º de abril de 2024 (em andamento).

Órgãos/Agências apoiados:

DSEI, FNSP, FUNAI, PF, PRF, IBAMA, ANAC e Casa Gov.

Local/Área de abrangência:

Terra Indígena Yanomami (TIY) - Roraima.

Benefícios:

Interrupção e inutilização da infraestrutura utilizada pelo garimpo ilegal.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Ações realizadas (Abordagens, fiscalização de aeronaves, pista de pouso, posto de abastecimento, veículos)	60.927 (U)
Atendimentos médicos	76.862 (U)
Multas aplicadas	R\$ 737.100,00
Prejuízo ao ilícito (materiais destruídos/inutilizados)	R\$ 366,79 milhões

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2025	
Armamentos	67 (U)
Munições	1.953 (U)
Entorpecentes Ilícitos	527 (g)
Maquinário e Equipamentos	3.326 (U)
Combustível	149.028 (L)
Madeira	401 (m³)
Minérios	74.096 (kg)
Veículos, Embarcações e Aeronaves	353 (U)
Suprimentos	50.904 (kg)
Instalações	390 (U)
Pistas de Pouso / Helipontos	26 (U)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 35.066.450,64

Fonte: COTER, 2025.



OPERAÇÃO ARARIBOIA

Missão:

Garantir o apoio logístico e de comunicações às ações governamentais na Terra Indígena Araribóia (TIARA).

Período:

10 de fevereiro de 2025 a 30 de abril de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA, PC, IBAMA, PJFNSP, SATER/PA, MPI, CENSIPAM, Casa Gov.

Local/Área de abrangência:

Estado do Maranhão (TIARA)

Benefícios:

Interrupção e inutilização da infraestrutura utilizada pelo garimpo ilegal.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Ações realizadas (abordagens, autuações, notificações fiscalização de veículos, prisões)	4.034 (U)
Atendimentos médicos	176 (U)
Multas aplicadas	R\$ 672.000,00
Prejuízo ao ilícito	R\$ 1,2 milhão

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2025	
Entorpecentes Ilícitos	5 (kg)
Madeira	243 (m³)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 13.077.653,66

Fonte: COTER, 2025.



OPERAÇÃO KAYAPÓ

Missão:

Garantir o apoio logístico e de comunicações às ações governamentais na Terra Indígena Kayapó (TI Kayapó).

Período:

1º de maio a 31 de julho de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA, PC, IBAMA, PJFNSP, SATER/PA, MPI, CENSIPAM, Casa Gov.

Local/Área de abrangência:

Estado do Pará (KAYAPÓ)

Benefícios:

Interrupção e inutilização da infraestrutura utilizada pelo garimpo ilegal.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Ações realizadas (abordagens, fiscalização de rodovia e veículos, autuações, notificações)	4.886 (U)
Atendimentos médicos	376 (U)
Multas aplicadas	R\$ 164.000,00
Prejuízo ao ilícito	R\$ 97,3 milhões

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2025	
Armamentos	29 (U)
Munições	297 (U)
Entorpecentes ilícitos	496,64 (kg)
Maquinário e Equipamentos	762 (U)
Combustível	26.156 (L)
Minérios	63,0 (g)
Madeira	217 (m³)
Veículos, Embarcações e Aeronaves	149 (U)
Suprimentos	300 (kg)
Instalações	1.084 (U)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 12.821.061,22

Fonte: COTER, 2025.



Foto: Acervo do CCOMSEx

OPERAÇÃO URU-EU-WAU-WAU

Missão:

Garantir o apoio logístico e de comunicações às ações governamentais na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Período:

1º de setembro a 11 de novembro de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA, PC, IBAMA, PJFNSP, MPI, CENSIPAM, Casa Gov.

Local/Área de abrangência:

Estado do Pará (Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau).

Benefícios:

Interrupção e inutilização da infraestrutura utilizada pelo garimpo ilegal.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Ações realizadas (abordagens, autuações, embargos e notificações)	996 (U)
Atendimentos médicos	147 (U)
Multas aplicadas	R\$ 5,7 milhões
Prejuízo ao ilícito	R\$ 7,5 milhões

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2025	
Armamentos	1 (U)
Entorpecentes ilícitos	314 (g)
Maquinário e Equipamentos	6 (U)
Madeira	1.834 (m³)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 3.455.287,73

Fonte: COTER, 2025.





Foto: Acervo do CCOMSEx

OPERAÇÃO ÁGATA

Missão:

Atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Período:

2025 (contínua).

Órgãos/Agências apoiados:

DPF, DPRF, FNSP, RFB, IBAMA, ABIN, PF, FUNAI, ICMBio, CENSIPAM, ANP, VIGIAGRO, SESA, SSP/AM, FN.

Local/Área de abrangência:

Estados do Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Benefícios:

- Ampliação da segurança na faixa de fronteira.
- Desenvolvimento das capacidades operativas.
- Presença do Estado nas cidades fronteiriças e principalmente nas regiões carentes localizadas em comunidades ribeirinhas ou em terras indígenas.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Ações realizadas (patrulhas terrestres, revistas, vistorias, inspeções e patrulhas navais, interceptações de aeronaves, ACISO)	121.411 (U)
Procedimentos de saúde	46.746 (U)
Medicamentos distribuídos	128.996 (U)
Kits odontológicos distribuídos	7.364 (U)

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2025	
Entorpecentes Ilícitos	71.826,14 (kg)
Armamentos	41 (U)
Munições	1.429 (U)
Veículos, Embarcações e Aeronaves	206 (U)
Prisões/detenções	55 (U)
Minério	333 (Ton)
Mercúrio	2,6 (kg)
Maquinário	510 (U)
Madeira	657 (m³)
Cigarro	99.425 (pct)
Pescado/Carnes	31 (Ton)
Combustível	147.505 (L)
Explosivos	360 (kg)
Dinheiro	R\$ 128.588,00

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 3.217.395,52

Fonte: COTER, 2025.



OPERAÇÃO REDENTOR – BRICS 2025

Missão:

Garantir a segurança da 17ª Reunião de Cúpula do BRICS-2025.

Período:

02 a 09 de julho de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

MGI, MJSP, MRE, GSI, ABIN, SENASP, DPF, DPRF, SEDEC-RJ, PMERJ, PCERJ, CBMERJ, GM-Rio, CET-Rio.

Local/Área de abrangência:

Rio de Janeiro-RJ.

Benefícios:

- Fortalecimento da imagem das Forças Armadas.
- Incremento da percepção de segurança pela população.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Varreduras de instalações e locais de hospedagem	413 (U)
Escortas de autoridades	94 (U)
Vias controladas	50 km
Pontos fortes mobiliados	105 (U)
Infraestruturas críticas protegidas	54 (U)
Operação de Coordenação e Segurança de Área	2 (U)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 3.999.728,91

Fonte: COTER, 2025.



OPERAÇÃO MARAJOARA – COP-30

Missão:

Garantir a segurança e estabilidade durante a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30).

Período:

04 a 23 de novembro de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

MJSP, MRE, MGISP-MG, GSI, ABIN, SENASP, DPF, SEGUP-PA, PMPA, PCPA, CBMPA, GMB, DETRAN-PA.

Local/Área de abrangência:

Belém-PA.

Benefícios:

- Fortalecimento da imagem das Forças Armadas.
- Incremento da percepção de segurança pela população.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Varreduras de instalações e locais de hospedagem	558 (U)
Escortas de autoridades	91 (U)
Infraestruturas críticas protegidas	9 (U)
Drones identificados	219 (U)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 17.911.876,32

Fonte: COTER, 2025.

2.3.2.2 OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA



OPERAÇÃO ACOLHIDA

Missão:

Realizar o atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Período:

Ao longo do ano de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Local/Área de abrangência:

Estado de Roraima.

Benefícios:

- Melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural.
- Redução da pressão sobre os serviços públicos em Roraima, na fronteira norte do Brasil com a Venezuela.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Interiorizados desde 2018	156.695 pessoas
Interiorizados em 2025	12.876 pessoas

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 8.656.306,08

Fonte: COTER, 2025.



OPERAÇÃO CARRO-PIPA

Missão:

Distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

Período:

Ao longo do ano de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Defesa (MD).

Local/Área de abrangência:

Região do Semiárido Nordestino.

Benefícios:

- Distribuição de água potável para populações rurais atingidas pela seca no semiárido nordestino.
- Melhoria das condições sanitárias e de saúde da população afetada.
- Garantia de uma fonte essencial de água para consumo em áreas críticas.
- Contribuição para o desenvolvimento nacional.
- Redução do êxodo para as grandes cidades e os problemas subsequentes.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
População assistida	320 mil famílias por ano
Municípios atendidos	Cerca de 420 municípios por mês
Abastecimentos	70 mil por mês

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 596.793.325,07

Fonte: COTER, 2025.

2.3.3 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL



Foto: Acervo do CCOMSEX

PROJETO RONDON

Missão:

Contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais, visando ao fortalecimento da Soberania Nacional.

Período:

Anualmente (4 operações por ano).

Local/Área de abrangência:

Abrangência Nacional.

Benefícios:

- Contribui para a formação do jovem universitário como cidadão.
- Integra o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País.
- Consolida no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.
- Estimula no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
População atendida	4 estados/ano (12 municípios em cada Estado)

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 991.841,39

Fonte: COTER, 2025.



Foto: Acervo do CCOMSEX

PROJETO SOLDADO CIDADÃO (PSC)

Missão:

Oferecer aos jovens incorporados às fileiras do Exército Brasileiro cursos profissionalizantes em diversas áreas, proporcionando melhores condições de ingresso no mercado de trabalho ao término do serviço militar.

Período:

Ao longo do ano de 2025.

Local/Área de abrangência:

Abrangência Nacional.

Benefícios:

Profissionalização de cidadãos para o mercado de trabalho.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Cidadãos profissionalizados	3.641

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 2.895.900,29

Fonte: COTER, 2025.

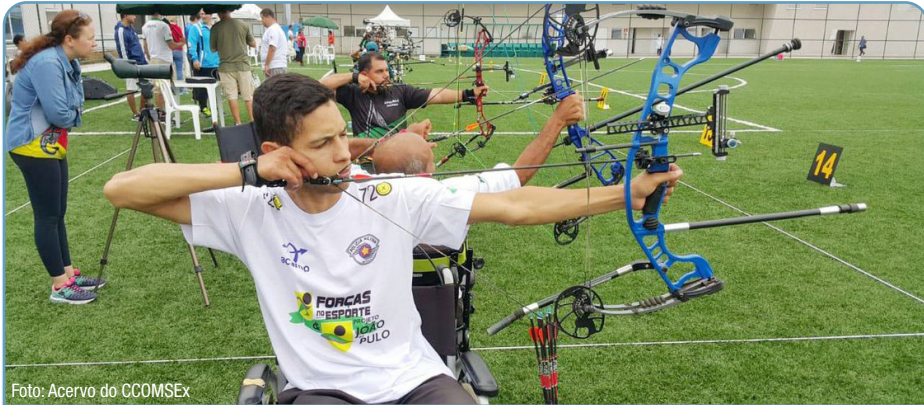


Foto: Acervo do CCOMSEx

PROJETO FORÇA NO ESPORTE (PROFESP)
E PROJETO JOÃO DO PULO (PJP)

Missão:

Atender crianças e adolescentes, de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social.

Período:

Ao longo do ano de 2025.

Local/Área de abrangência:

Abrangência nacional.

Benefícios:

- Redução da exposição aos riscos sociais e contribuição para a formação cívica, retirando os jovens da rua.
- Iniciação ao esporte educacional.
- Promoção de aulas de reforço escolar.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
Crianças e adolescentes atendidos	2.476

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 1.398.511,87

Fonte: COTER, 2025.



Foto: Acervo do CCOMSEx

OPERAÇÃO ENEM

Missão:

Disponibilizar locais seguros para o armazenamento das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Período:

9 e 16 de novembro de 2025.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Educação (MEC).

Local/Área de abrangência:

Cruzeiro do Sul-AC, Uberlândia-MG e São Leopoldo-RS.

Benefícios:

- Garantia de locais seguros para o armazenamento das provas do ENEM.
- Contribuição para o acesso da população à educação superior.
- Apoio ao Governo Federal nas ações educacionais.
- Fortalecimento da segurança e logística no processo de aplicação do ENEM em âmbito nacional.

Resultados 2025:

AÇÕES 2025	
População assistida	cerca de 30 mil estudantes.

RECURSOS UTILIZADOS

R\$ 65.671,56

Fonte: COTER, 2025.

2.3.4 CONTRIBUIÇÃO PARA A POLÍTICA EXTERNA

O Objetivo Estratégico 02 - “Aprimorar a Contribuição com o Desenvolvimento Nacional, a Paz Social e a Política Externa” – visa aumentar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais, cabendo à 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército a coordenação dos trabalhos de consolidação dos conteúdos relativos a este OEE.

A contribuição com a Política Externa se faz por meio das atividades de relações internacionais, das operações combinadas com nações amigas e das ações sob a égide de organismos internacionais.

2.3.4.1 ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a Força Terrestre tem participado de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar com as nações amigas, tais como: Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM); Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM); e conferências multilaterais.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATIVIDADES	RESULTADOS
Manutenção de Aditâncias no Exterior	35 aditâncias no exterior com 73 cargos previstos
Inspecções, Reuniões, Conferências e Visitas	11 Conferências Bilaterais de Estado-Maior 01 Conferência especializada 08 Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar - Conferência dos Comandantes dos Exércitos Americanos, com representação de 27 países e 02 organismos internacionais
Estágio para Adidos e Auxiliares de Adido	4 estágios e 39 militares capacitados

Fonte: 5ª Sch/EME, 2025.



Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)
Foto: EME

2.3.4.2 EXERCÍCIOS DE ADESTRAMENTO COMBINADOS COM NAÇÕES AMIGAS

A Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território nacional como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de adestramento profissional e prontidão de seu pessoal e material, além de estreitar o relacionamento e a integração com os exércitos dos países amigos.

2.3.4.2.1 OPERAÇÃO PARANÁ IV

O exercício Combinado PARANÁ IV, de caráter bilateral, tem como finalidade a consolidação dos laços de cooperação, amizade e interoperabilidade entre os Exércitos do Brasil e do Paraguai. A atividade dá continuidade aos trabalhos iniciados nos ciclos anteriores, promovendo o adestramento de Estados-Maiores combinados e de pequenas frações operacionais de ambos os países.

Nas edições iniciais do exercício, as tropas foram adestradas em operações ofensivas. Já a terceira edição ocorreu em um contexto humanitário, no âmbito da Conferência dos Exércitos Americanos, ampliando a participação para outros países do continente. No ciclo atual (2024-2025), a atividade voltou a ser exclusivamente bilateral, inserida novamente em um cenário tático voltado às operações ofensivas.

Durante o ano de 2024, foram realizadas duas reuniões bilaterais de coordenação com o objetivo de ajustar os detalhes do exercício. Em 2025, o ciclo foi concluído com a realização de uma reunião presencial final, um Jogo de Guerra (Simulação Construtiva), no qual o Estado-Maior do Batalhão Combinado foi adestrado no planejamento e condução de operações, e um Exercício de Campanha (Simulação Viva).

As ações desenvolvidas permitiram a aplicação conjunta das Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) de ambos os exércitos, fomentando o intercâmbio de experiências operacionais, a padronização de procedimentos e o fortalecimento dos vínculos institucionais entre Brasil e Paraguai.



2.3.4.2.2 OPERAÇÃO ARANDU

A Operação ARANDU, conduzida de forma conjunta pelos Exércitos do Brasil e da Argentina, integra o ciclo 2024-2026 de exercícios bilaterais com foco na interoperabilidade, na capacitação operacional e na consolidação dos vínculos estratégicos entre os dois países. A 3ª reunião de coordenação presencial foi realizada entre os dias 7 e 11 de abril de 2025.

Durante a reunião, foram discutidos e ajustados os detalhes relativos às fases de simulação construtiva e simulação viva do exercício, bem como medidas voltadas à manutenção da cooperação doutrinária entre as forças. O encontro reforçou, ainda, os laços de amizade e confiança mútua, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa.

A comitiva brasileira foi liderada pelo Comandante da 3ª Divisão de Exército e integrada por representantes do Estado-Maior do Exército, Comando de Operações Terrestres, Comando Militar do Sul, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, Brigada de Infantaria Aeromóvel, Brigada de Infantaria Paraquedista e 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

Entre os dias 14 e 19 de setembro de 2025, foi realizado, no município de Santa Maria (RS), o Jogo de Guerra (Simulação Construtiva), oportunidade em que militares de ambas as nações atuaram de forma integrada. A atividade representou um marco na aplicação combinada de metodologias de planejamento e condução de operações militares, promovendo efetivo intercâmbio de conhecimentos e fortalecendo a confiança mútua.



2.3.4.2.3 OPERAÇÃO MINUANO

A Operação MINUANO, estabelecida a partir dos entendimentos firmados na Conferência Bilateral de Estado-Maior Brasil-Uruguai, realizada em 2023, constitui um exercício combinado de caráter bilateral, com o objetivo de incrementar a interoperabilidade, o intercâmbio doutrinário e o fortalecimento dos laços institucionais entre os dois Exércitos.

A atividade está estruturada em um ciclo trienal (2025–2027), com a execução escalonada de reuniões de coordenação e fases de simulação. No ano de 2025, foram realizadas as primeiras coordenações, dando início formal ao planejamento da operação conjunta.

A 1ª Reunião de Coordenação ocorreu entre os dias 16 e 18 de junho de 2025, nas instalações do Comando da 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre (RS), ocasião em que foi confirmado o conceito operacional do exercício. A 2ª Reunião de Coordenação teve lugar em Montevideu, capital do Uruguai, no período de 4 a 7 de novembro do mesmo ano.

Durante os encontros, foram estabelecidos os marcos para a realização da 3ª Reunião de Coordenação e do Jogo de Guerra (Simulação Construtiva), previstos para o ano de 2026. A Operação MINUANO representa uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de capacidades conjuntas e o fortalecimento das relações militares entre Brasil e Uruguai, em alinhamento com os interesses de segurança regional.

2.3.4.3 AÇÕES SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Para o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU) e Estado historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de operações de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o Art. 4º da Constituição Federal de 1988, entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão: a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Brasil participa de missões de desminagem humanitária desde o ano de 1993, quando foram enviados os primeiros contingentes para países da América Central. Essas missões são parte do esforço mundial para erradicar as minas antipessoais, com o marco da assinatura do Tratado de Ottawa por diversos países.

Como signatário, o Exército Brasileiro enviou 7 militares com conhecimento na área de desminagem, para as 3 diferentes missões existentes na Colômbia. Esses grupos fizeram parte de um componente externo de monitoramento da atividade de desminagem humanitária, sendo essenciais para a confiabilidade dos trabalhos realizados.

A participação dos militares brasileiros nas citadas missões agregou experiência e possibilitou a atualização de conhecimentos referentes às limpezas de áreas contaminadas por artefatos explosivos.

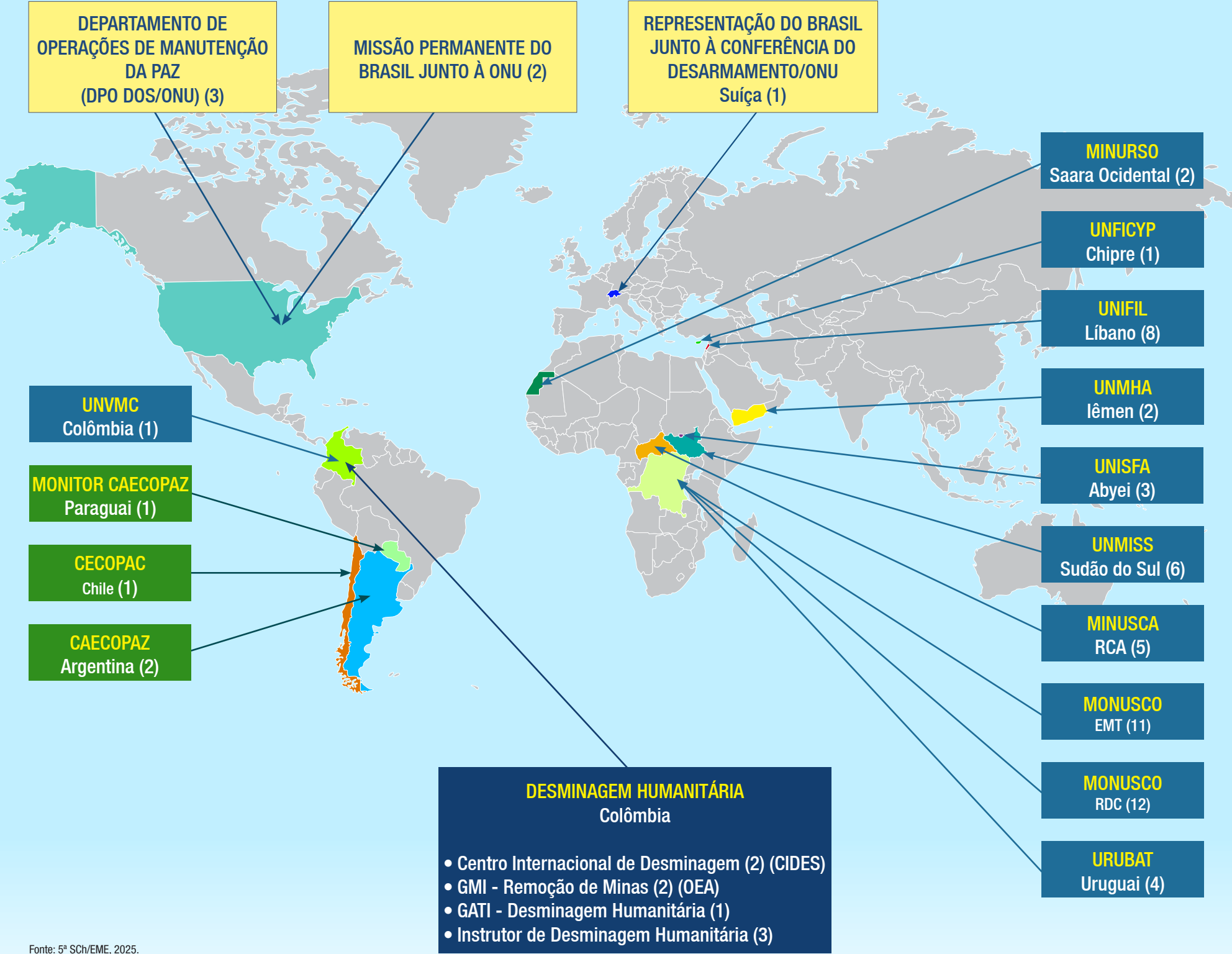
Como parte do processo de preparação para atuar em missões de paz em organismos internacionais, o Exército Brasileiro certificou um total de 3 tropas, do nível 2 para o nível 3 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção de Paz (*United Nations Peacekeeping Capability Readiness System - UNPCRS*), totalizando 1.130 militares, habilitando-os a atuar na promoção da paz por meio da estabilidade e resolução de conflitos.



Foto: Acervo do CCOMSEx

MILITARES DO EB EM MISSÕES INDIVIDUAIS (ONU, UE E OEA)

Missões de Paz (Staff/Obs)	55	73
MPBONU/DPO/Assessores Esp	6	
Instr e Mon (Centros Op Paz)	4	
Desminagem Humanitária	8	



Fonte: 5ª Sch/EME, 2025.

2.4 GESTÃO DE RISCOS, INTEGRIDADE E CONTROLES INTERNOS

2.4.1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o gerenciamento de riscos no contexto do Exército Brasileiro, particularmente a relacionada às atividades de preparo e emprego operacional, permeia a própria história da Instituição e antecede a base normativa recentemente estabelecida.

Esse cuidado também pode ser percebido em relação às atividades administrativas, aos principais processos críticos e aos assuntos relacionados à integridade.

No ano de 2018, o Exército Brasileiro, por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 1.127, de 20 julho, designou o Estado-Maior do Exército como a Unidade de Gestão da Integridade e determinou que este implementasse o Programa de Integridade no âmbito da Força Terrestre.

Em cumprimento a essa determinação, o Chefe do Estado-Maior do Exército aprovou, em 30 de novembro daquele ano, o Plano de Integridade do Exército Brasileiro, 1ª Edição, 2018.

No ano de 2024, o EME iniciou trabalhos para a revisão do Plano de Integridade em vigor, visando adaptá-los às exigências contidas no Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, que instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai) na administração pública federal.

Ao término desse trabalho, foram aprovados o Programa de Integridade do Exército Brasileiro, 1ª Edição, 2025, e o Plano de Integridade do Exército Brasileiro, 2ª Edição, 2025.

O Programa de Integridade do Exército Brasileiro tem por finalidade definir conceitos relacionados, estabelecer premissas básicas a serem consideradas, discorrer sobre instâncias de integridade, assim como atribuir competências e responsabilidades e outras disposições orientadoras para a elaboração do Plano de Integridade do Exército Brasileiro, que garantam a sua implementação.

O Plano de Integridade do Exército Brasileiro (PI I-EB), 2ª Edição, tem por objetivo organizar as medidas de integridade a serem adotadas em todos os níveis da Força, para determinado período, visando à sua implementação, considerando os princípios éticos e morais, os valores e as tradições da Instituição, que a sustentam, e a reputação que ela desfruta no seio da sociedade brasileira ao longo de sua história. No PI I-EB, estão presentes os riscos prioritários de integridade, a avaliação desses riscos, as propostas de medidas de integridade, de monitoramento e os seus responsáveis.

Para mais informações, acesse o Programa de Integridade do Exército, por meio do link https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/programa-de-integridade-do-exercito-brasileiro_1-edicao_2025, e o Plano de Integridade do Exército Brasileiro, por meio do link https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/plano-de-integridade-do-exercito-brasileiro_2-edicao_2025.

A gestão de riscos possui como pilar a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018.

Essa Política tem por metas melhorar a governança, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para mais informações, acesse a Política de Gestão de Riscos: <https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/politica-de-gestao-de-riscos-do-eb>.

Em 2019, dando continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010), 1ª Edição, cuja finalidade é detalhar as ações previstas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; definir competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles do Exército (CGRICEx), das Assessorias de Gestão de Riscos, Integridade e Controles (AGRIC), das Equipes de Gestão de Riscos, Integridade e Controles (EGRIC) e dos Proprietários de Riscos, Integridade e Controles (PRISC); orientar os diversos escalões do EB, incluídas as entidades vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito da Força, e detalhar as competências e atividades necessárias para a coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade do Exército.

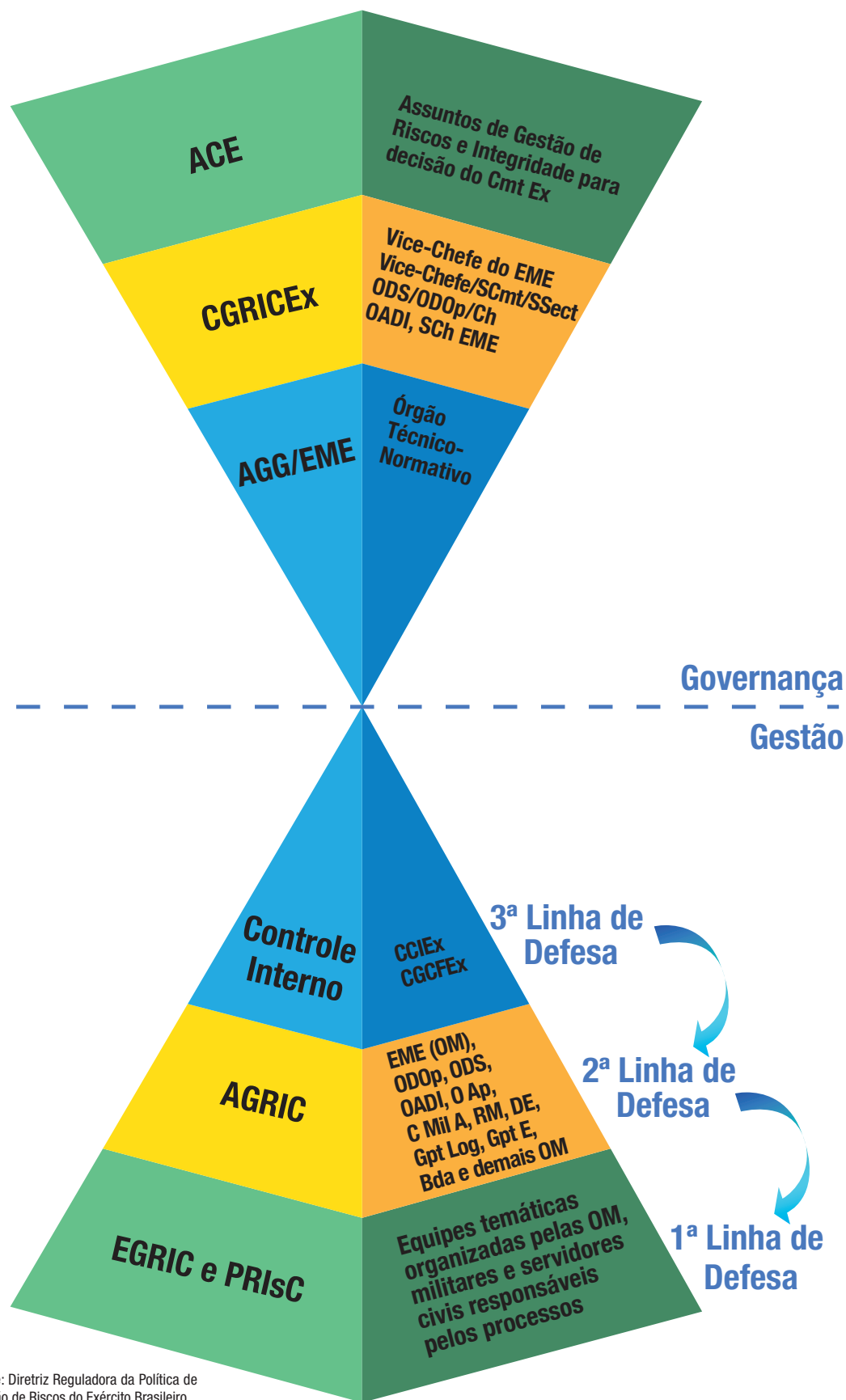
Para mais informações, acesse a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro: <https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/diretriz-da-politica-de-gestao-de-riscos-do-eb>.



Foto: Acervo do CCOMSEX

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, característica marcante da Instituição, o processo de Gestão de Riscos adotou o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão diretamente subordinado está cumprindo as determinações, de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.

ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS NO EB – 3 LINHAS DE DEFESA



Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro.

A gestão de riscos estratégicos e a integridade do EB estão plenamente incorporadas ao Sistema de Governança e Gestão do Exército e integradas ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX). Ambas são fundamentais nas etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao apetite aos riscos da Instituição, em situação de normalidade, salvo exceções justificadas e devidamente autorizadas por autoridade competente, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como “EXTREMOS”. A identificação de riscos classificados nessa categoria implicará a obrigatoriedade do imediato estabelecimento de controles internos preventivos e para a mitigação dos danos visualizados.

O cerne da gestão de riscos reside no estabelecimento de controles internos baseados em ações que reduzam a probabilidade de que o risco identificado venha a ocorrer ou que minimizem os efeitos e as consequências decorrentes da ocorrência de determinado evento de risco.

Em 2 de outubro de 2019, por meio da Portaria – EME nº 292, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro, MTMGR-EB, (EB20-MT02.001), 1ª Edição, cujo objetivo é normatizar procedimentos para a execução da gestão de riscos no âmbito da Força.

Para mais informações, acesse o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos: <https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/manual-tecnico-da-metodologia-de-gestao-de-riscos-do-eb>.

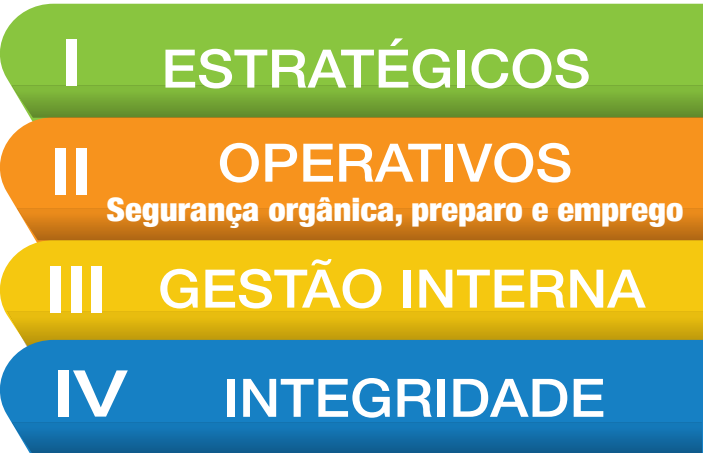
2.4.2 FONTES DE RISCOS

As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

- fontes internas: pessoal, material e administrativa; e
- fontes externas: econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas.

De acordo com essa metodologia estabelecida, buscou-se escalonar os riscos em diferentes níveis, de forma a estabelecer prioridades para tratá-los.

Assim, os riscos aos quais o EB está exposto são classificados em:



2.4.3 RISCOS ESTRATÉGICOS

O EB está exposto à grande variedade de riscos do ambiente externo, associados, principalmente, a fatores internacionais e nacionais, relacionados à geopolítica internacional, à segurança nacional, ao campo socioeconômico, ambiental e científico-tecnológico.

Participa ativamente na vigilância e no monitoramento da faixa de fronteira terrestre da Amazônia Brasileira, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil. O sistema de monitoramento de fronteiras é responsável pelo sensoriamento e controle, redução dos ilícitos transfronteiriços, segurança nacional, proteção das comunidades indígenas, preservação ambiental e obtenção do efeito dissuasório. Além disso, as operações militares e as missões de paz de caráter humanitário permitem incrementar a interoperabilidade e demonstrar o nível de adestramento profissional e a prontidão do pessoal e material. A descontinuidade dessas atividades pode comprometer a eficiência do cumprimento das missões constitucionais do EB.

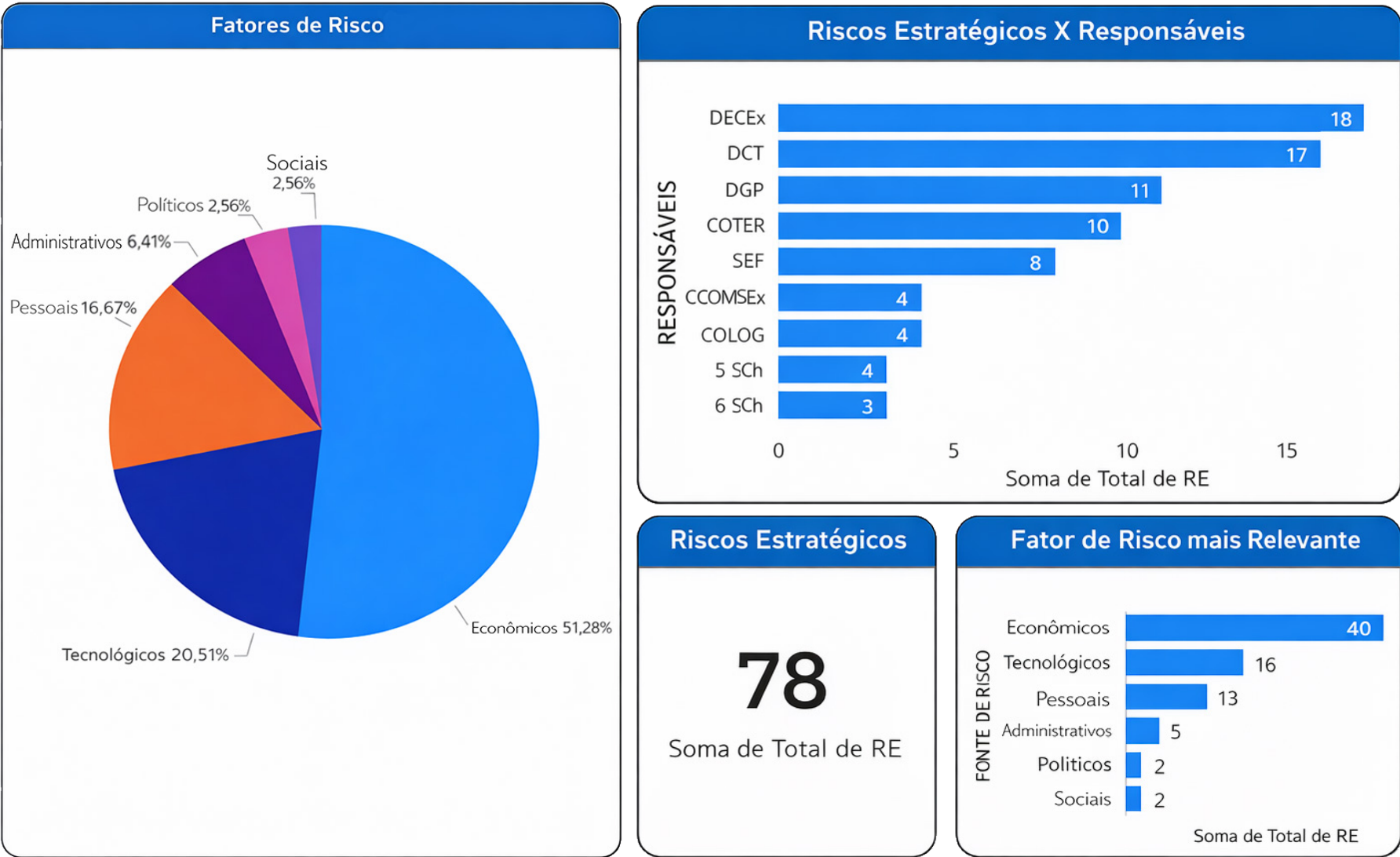
O constante contingenciamento de recursos orçamentários pode implicar sérias restrições às atividades de preparo da Força, o que representa um risco elevado para o adestramento da tropa e sua consequente prontidão operacional. Nesse contexto, desequilíbrios orçamentários ou contingenciamento de recursos são, para o Exército Brasileiro, um risco relevante, na medida em que podem implicar atrasos do cronograma dos programas estratégicos da Força.

Ademais, o aumento do hiato tecnológico entre os equipamentos utilizados pela Força Terrestre, quando comparados aos exércitos mais modernos do mundo, também configura risco significativo, uma vez que cria um descompasso entre o poder de combate no cenário mundial.

De maneira geral, e conforme a figura abaixo, os principais riscos estratégicos aos quais o EB está exposto estão relacionados à insuficiência ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, assim como à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e contingência com base na metodologia adotada.

Uma das principais fontes de riscos encontrada no exercício financeiro de 2025 estava relacionada à possibilidade de redução dos recursos orçamentários previstos na PLOA, em relação aos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que se concretizou. As atividades previstas, destacando as atinentes ao preparo e emprego da Força, foram afetadas, haja vista que o valor disponibilizado pela LOA 2025, menor do que o proposto, levou à necessidade de ajustes no planejamento inicial.

OS PRINCIPAIS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:



Fonte: AGG/EME, 2025.

2.4.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

2.4.4.1 DESAFIOS

O cenário internacional, no ano de 2025, manteve a tendência dos últimos anos, nos quais se verificou uma acelerada mudança no equilíbrio de poder internacional. A ordem construída no pós-Guerra Fria, fortemente ancorada no liberalismo econômico e no multilateralismo, está dando lugar a uma ordem multipolar com menor multilateralidade.

A ação de poder das grandes potências tem se acentuado, ao passo em que o crescimento econômico global desacelera. Tudo isso tem gerado conflitos e conturbações, que têm fragilizado a paz e a segurança internacionais com desafios crescentes no campo da segurança e defesa, com reflexos significativos para o preparo e o emprego do Exército Brasileiro, que mantém sempre como foco o cumprimento da sua destinação disposta no art. 142 da Constituição Federal de 1988.

Os dois últimos anos caracterizaram-se como os mais conflituosos da história, desde o fim da 2ª Guerra Mundial. A guerra de alta intensidade na Europa entre russos e ucranianos permanece e, em 2025, as tentativas da comunidade internacional de mediar um acordo de paz mostraram-se infrutíferas. No Oriente Médio, apesar da celebração de um acordo de paz entre Israel e o Hamas, a situação continua instável e uma solução para a região está distante. Na Ásia, cresce a tensão geopolítica com relação à Taiwan. Índia e Paquistão, duas potências nucleares, enfrentaram-se militarmente em breve conflito aéreo em 2025. Na África, diversos conflitos e guerras civis afetaram milhões de pessoas, ampliando crises de refugiados e gerando tragédias humanitárias.

Toda essa instabilidade mundial tem impactado o Brasil e o seu entorno estratégico, visto que mudanças geopolíticas em curso passaram a ser sentidas com intensidade também na América do Sul.

A nova Estratégia Nacional de Segurança dos EUA alterou significativamente as prioridades estratégicas daquele país, retomando a antiga Doutrina Monroe com pilares básicos para a sua política externa: de rejeição da influência estratégica no hemisfério de qualquer potência extra-hemisférica; de atuar contra ameaças “transnacionais”, especialmente o narcotráfico; e do controle das cadeias de suprimento críticas para o Hemisfério Ocidental, como minerais estratégicos e energia.

No final do ano de 2025, em atendimento à sua Estratégia de Segurança Nacional, os EUA deslocaram forças militares para o Caribe para cumprir ações relacionadas ao comércio de petróleo e combate ao tráfico de drogas.

Todos esses conflitos de interesses globais trouxeram consequências para o Brasil, inclusive no campo da Segurança e Defesa, com reflexos para o preparo e para o emprego do Exército.

No cenário doméstico, os desafios relacionados à segurança pública, especialmente aqueles referentes à criminalidade transnacional organizada, impactaram o preparo e o emprego da Força Terrestre na medida em que o Exército possui a missão subsidiária atribuída pela Lei Complementar 97/1999 de atuar no combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais na Faixa de Fronteira.

Além disso, em um contexto de mudanças climáticas, no qual os desastres naturais ocorrem com maior frequência, a participação do Exército em missões de cooperação com o desenvolvimento nacional e apoio à defesa civil, também atribuídas pela Lei Complementar 97/1999, ganharam maior vulto e tornaram-se mais recorrentes, impactando o preparo e o emprego da Força Terrestre.

Outro desafio enfrentado pelo Exército advém do ambiente informacional. O exponencial desenvolvimento da inteligência artificial, inserida em uma sociedade hiperconectada, criou condições ideais para a rápida propagação concertada de notícias falsas, muitas vezes criadas no contexto de campanhas promovidas por atores domésticos ou internacionais. Esse ambiente informacional caótico desencadeou verdadeiras “bolhas informacionais”, onde pessoas são os principais alvos, gerando problemas para a segurança pública e para o Exército Brasileiro.

Esse conjunto de fatores amplia o espectro de riscos estratégicos a serem considerados no planejamento, no preparo e no emprego da Força Terrestre.





Foto: Acervo do CCOMSEX

2.4.4.2 PERSPECTIVAS

Em um ambiente internacional marcado pela intensificação da competição entre grandes potências, pela recorrência de conflitos armados, pelo enfraquecimento do multilateralismo e pela crescente volatilidade do sistema internacional, o Exército Brasileiro orienta seu processo de transformação para a obtenção e o aperfeiçoamento das capacidades militares necessárias ao cumprimento de suas missões, com ênfase na dissuasão, na prontidão operacional e na capacidade de pronta resposta em todo o território nacional.

No contexto regional e doméstico, diante do agravamento de ameaças transnacionais, da intensificação das demandas no campo da segurança pública e da ampliação das missões subsidiárias decorrentes de eventos climáticos extremos, o Exército busca fortalecer sua capacidade de atuação integrada com outros órgãos do Estado, ampliar a mobilidade e a capacidade logística, especialmente em áreas sensíveis do território nacional, e preservar níveis adequados de preparo e emprego da Força Terrestre.

No ambiente informacional e tecnológico, caracterizado pela ampla difusão da inteligência artificial, pela hiperconectividade e pelo aumento das vulnerabilidades cibernéticas, o Exército orienta seus esforços para o fortalecimento da segurança da informação, para o desenvolvimento de capacidades no domínio cibernético e para o aprimoramento de mecanismos institucionais de proteção da coesão social e da credibilidade da Força.

No campo da governança, da gestão e da sustentabilidade fiscal, diante de um cenário persistente de restrições orçamentárias, o Exército prossegue no aprofundamento da racionalização administrativa, no aperfeiçoamento dos processos decisórios e no fortalecimento das estruturas de governança e controle, com vistas à mitigação de riscos, ao aumento da eficiência, à melhoria da qualidade do gasto público e à promoção da transparência, da sustentabilidade e da inovação.

2.4.5 AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE ADOTADAS PARA GARANTIR A LEGALIDADE, A LEGITIMIDADE, A ECONOMICIDADE E A TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos destinados ao Exército são garantidas por meio da qualidade de gastos alinhados aos objetivos estratégicos do Exército e das ações de supervisão e controle, estabelecidas na Diretriz Especial de Economia e Finanças do Comandante do Exército - 2025/2026, que estipula um ciclo virtuoso de planejamento e execução orçamentária e financeira.

Outras ações estão definidas nas Normas para Implementação da Política de Governança do Exército Brasileiro, de responsabilidade do ODG, dos ODS, do ODOp e dos C Mil A, abrangendo as atividades de governança e gestão, gerenciamento de riscos, assim como de implementação e monitoramento dos controles internos da gestão, visando ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos relativos aos processos finalísticos e de apoio, sob sua responsabilidade.

2.4.6 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (SEF/CCIEX)

O Sistema de Controle Interno do Comando do Exército (SisCIEEx), considerando a dimensão do controle, atua como 3ª linha, responsável pela avaliação das ações de 1ª e 2ª linhas. A atuação do SisCIEEx ocorre mediante a realização das atividades de Auditoria Interna Governamental, referentes aos serviços de avaliação, de consultoria e de acompanhamento e monitoramento das ações apuratórias de irregularidades administrativas.

O SisCIEEx tem, como órgão central, o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI) e Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, integrando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O CCIEEx orienta, coordena e supervisiona todo o SisCIEEx para que as atividades desse Sistema ocorram em conformidade com a legislação em vigor, com os padrões internacionais de auditoria e com o planejamento anual de auditoria.

Os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) atuam como unidades regionais do SisCIEEx, executando as atividades de Auditoria Interna Governamental sob a direção, a coordenação, a orientação normativa e a supervisão técnica do CCIEEx.

A atividade de Auditoria Interna Governamental, no âmbito do Comando do Exército, é realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Comandante do Exército. O PAINT contempla a relação dos trabalhos de auditoria para cada exercício, selecionados com base na avaliação de riscos, nas prioridades indicadas pela alta administração do Exército, bem como em função de obrigação normativa. O PAINT está disponível no link <https://www.cciex.eb.mil.br/index.php/legislacao-e-base-de-dados/auditorias>.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados pelo CCIEEx e CGCFEx são divulgadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponibilizado no link <https://www.cciex.eb.mil.br/index.php/links-e-servicos/raint>.

2.4.7 APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS E ILÍCITOS

A atividade de responsabilização de militares e de servidores civis também corresponde às ações apuratórias de irregularidades administrativas, com o propósito de ressarcimento de danos causados ao erário, mediante a realização de processos administrativos instaurados pelas OM do Exército, em conformidade com as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022.

No que concerne aos processos de apuração de eventuais ilícitos, esses são conduzidos de forma descentralizada pelos órgãos responsáveis por sua apuração, análise e decisão, cuja publicidade de suas conclusões são tornadas públicas, conforme os preceitos legais e, ainda, preservando-se o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



VALORES MILITARES

ESPÍRITO DE CORPO

Orgulho coletivo, mais forte que o indivíduo

Coesão da tropa

Solidariedade fraternal

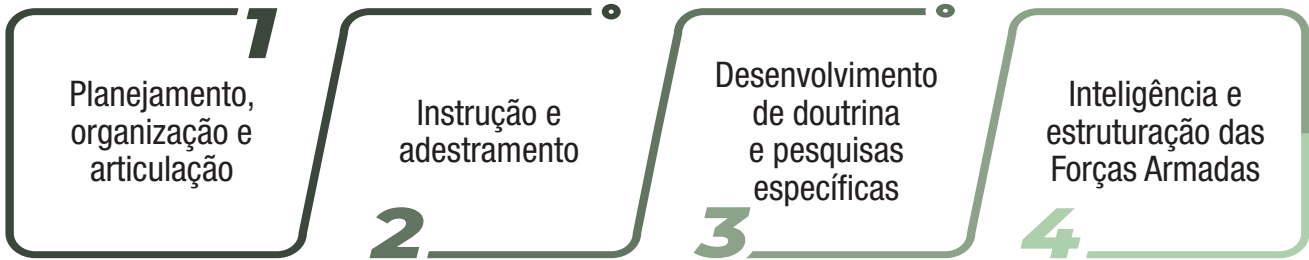
CAPÍTULO 3

RESULTADOS DA GESTÃO

3.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

3.1.1 INTRODUÇÃO

O Preparo da Força Terrestre é um conjunto de atividades essenciais e permanentes que garantem a prontidão e a capacidade operacional do Exército Brasileiro (EB). Ele é definido pela Lei Complementar nº 97, de 9 JUN 99, e abrange:

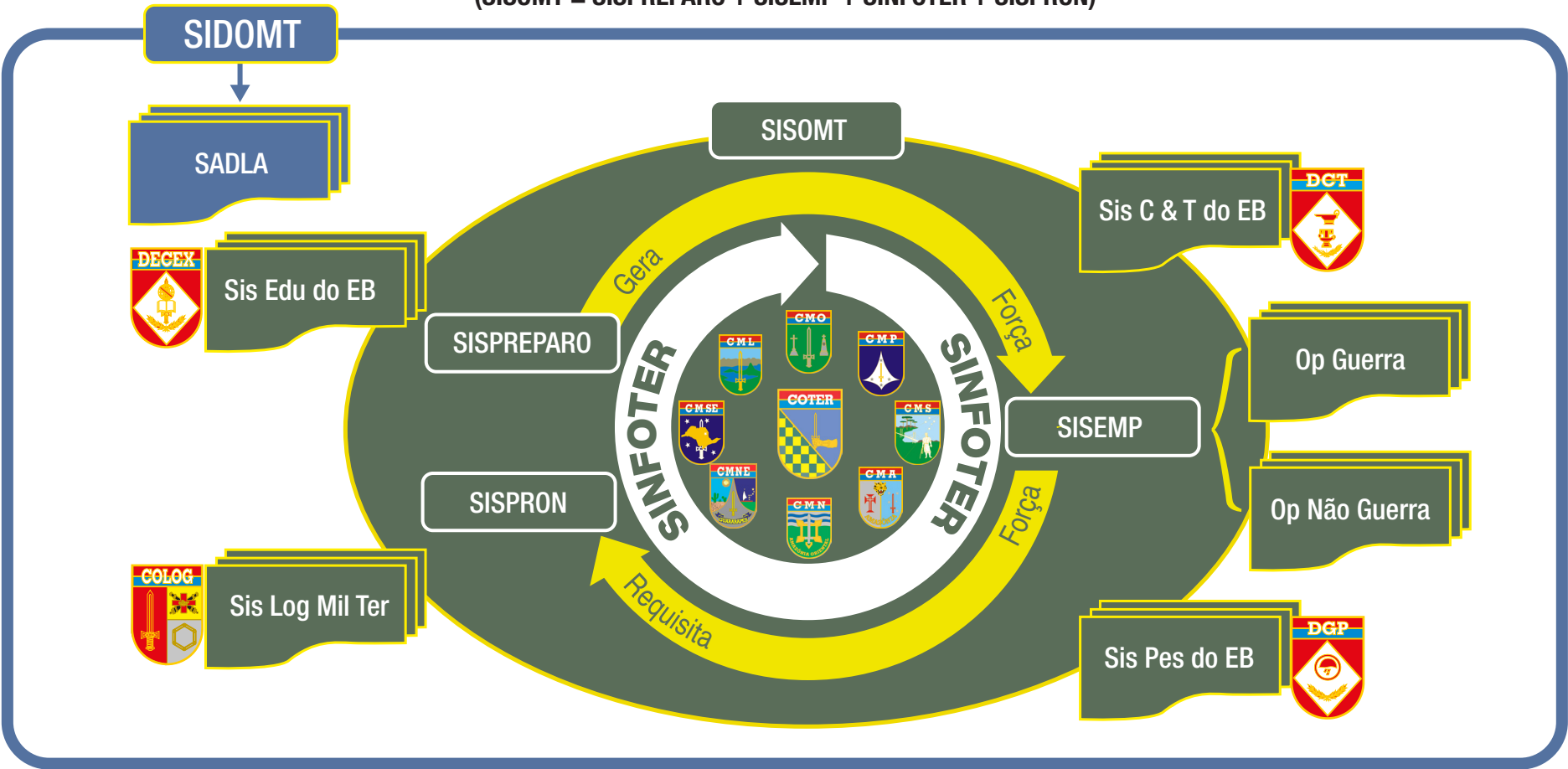


O Preparo é regulado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e destina-se a orientar e a coordenar o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas ao Preparo da Força Terrestre como um instrumento de combate terrestre. Isso inclui a fase de instrução individual e a fase de adestramento. Adicionalmente, engloba a gestão do Sistema de Simulação da Força Terrestre (SSFTer), incluindo a manutenção e atualização de seus simuladores para instrução e adestramento, e o preparo das Forças de Prontidão (FORPRON), além da adequação e manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

3.1.2 O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT)

O Preparo e a Doutrina são atividades interdependentes e cruciais para a capacidade operacional do Exército Brasileiro, sendo centralizadas e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), por meio do SISOMT e seus subsistemas, garantindo que a Força Terrestre esteja apta a cumprir suas missões. O SISOMT, que tem por base o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), é um sistema integrado e interdisciplinar composto pelos 04 (quatro) subsistemas principais abaixo:

MODELAGEM DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE
(SISOMT = SISPREPARO + SISEMP + SINFOTER + SISPRON)



Fonte: Portaria – EME/C Ex nº 528, de 21 de setembro de 2021.

- **Sistema de Preparo Militar Terrestre (SISPREPARO):** responsável pela formação da reserva mobilizável e pelo preparo da Força Terrestre (F Ter), planejando, coordenando e controlando as preparações orgânicas e completas da Força em ligação com os Comandos Militares de Área. É estruturado pelo SIMEB e apoiado pelo Programa de Instrução Militar (PIM) e pelo SSFTer.

- **Sistema de Emprego (SISEMP):** tem como objetivo manter a F Ter apta a cumprir as Hipóteses de Emprego (HE) previstas nos planos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas. O EB enfatiza que o preparo da F Ter é condicionado pelo seu emprego, sendo estas atividades indissociáveis.

- **Sistema de Prontidão Operacional Terrestre (SISPRON):** planeja, coordena e controla, em articulação com o SISPREPARO e os Comandos Militares de Área (C Mil A), a manutenção do nível de adestramento de “preparação completa” das Forças de Prontidão (FORPRON). O SISPRON disponibiliza tropas com poder de combate, avaliadas e certificadas em sua capacidade operacional, para requisições do SISEMP.

- **Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER):** gerencia as informações operacionais necessárias ao preparo, à prontidão e ao emprego da Força Terrestre.

Projetos para o aperfeiçoamento e investimento no SISOMT estão previstos no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 04 do Plano Estratégico do Exército (PEEx), destacando-se o Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT), que é coordenado pelo COTER.

RESULTADOS DO PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

DESCRIÇÃO	UTILIZADOS (R\$)
Habilitação de soldados como combatentes mobilizáveis	3.205.560,08
Adestramento das OM operacionais	5.197.050,56
Realização de Estágios de Área e Estágios Setoriais	2.470.692,24
Manutenção, aquisição e atualização de simuladores do SSFTer	4.523.267,91
Preparo das Forças de Prontidão	4.876.367,00
Manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar	6.780.202,34

Fonte: Tesouro Gerencial e COTER, 2025.

3.1.3 DOCTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

A Doutrina Militar Terrestre (DMT), também gerida pelo COTER, é o arcabouço conceitual que conecta as atividades de preparo às necessidades de emprego. Ela proporciona o suporte principal às atividades operacionais do Exército Brasileiro, garantindo o sucesso tanto no preparo quanto no emprego da F Ter.

A atualização da DMT é um processo contínuo que acompanha a evolução da arte da guerra, buscando renovar o pensamento militar e fomentar a pesquisa. A prospecção doutrinária e a dinâmica de atualização e difusão do conhecimento são fundamentais para manter os conceitos doutrinários sempre atualizados.

PRINCIPAIS ENTREGAS - DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

ENTREGAS	QUANTIDADE
Manuais aprovados	19
Instruções Gerais aprovadas	01
Instruções Reguladoras aprovadas	03
Revista Doutrina Militar Terrestre	04
Lições aprendidas	30
Melhores práticas	41
Pareceres para Trabalho de Natureza Profissional elaborados	19
Pareceres produzidos para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa	39

Fonte: COTER, 2025.



Foto: Acervo do CCOMSEx

3.2 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E MOBILIZAÇÃO

3.2.1 INTRODUÇÃO

A gestão da logística militar terrestre e da mobilização é um macroprocesso de suporte da Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro (CVA-EB), vinculado ao Objetivo Estratégico do Exército 5 (OEE 5) de aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT), gerido, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo Comando Logístico (COLOG).

O SLMT é o conjunto integrado de organizações, recursos humanos, materiais, administrativos, financeiros e institucionais que interagem por meio de processos organizacionais, viabilizando a execução das funções logísticas.

A prontidão logística representa a capacidade de suprir as necessidades de apoio logístico da Força Terrestre (F Ter), tanto em cenários de paz quanto durante operações.

Adicionalmente, o COLOG faz a gestão do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC), com a finalidade de controlar e fiscalizar todas as atividades envolvendo produtos controlados pelo EB, visando assegurar:

- os interesses da Defesa do País;
- a manutenção da segurança e do bem-estar público; e
- o desenvolvimento da indústria nacional desses produtos.

Por fim, a mobilização militar tem o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a de guerra, podendo fazer frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego.

3.2.2 PRONTIDÃO LOGÍSTICA

A prontidão logística é fundamental para o preparo e emprego da F Ter, envolvendo a previsão, provisão e manutenção dos meios e serviços essenciais para execução das suas missões, bem como a saúde operacional.

Esta prontidão é alcançada por meio da combinação de diversas áreas específicas, conforme tabela a seguir:

ÁREA	DESCRIÇÃO
Logística de Suprimento	Previsão e provisão de itens essenciais, gerenciando necessidades, aquisições e distribuição para as forças apoiadas.
Logística de Manutenção	Assegura a funcionalidade do material durante seu ciclo de vida e restaura suas condições após avarias.
Logística de Transporte	Deslocamento estratégico de recursos humanos, materiais e animais para atender às necessidades da Força Terrestre.
Logística de Saúde	Conserva o capital humano, implementando medidas sanitárias, promoções de saúde e recuperação de baixas operacionais.
Logística de Salvamento	Preserva e resgata recursos materiais, suas cargas ou itens específicos no momento oportuno e para locais predeterminados.

Fonte: COLOG, 2025.

RESULTADOS DA PRONTIDÃO LOGÍSTICA

ATIVIDADES	UTILIZADO (R\$)	RESULTADOS
Logística de Suprimento	1.728.141.458,00	- As necessidades de fardamentos foram atendidas em 100%. - Alimentação de todo o efetivo. - As necessidades de equipamentos foram atendidas em torno de 70% com base nas demandas do efetivo existente das OM. - Provisão de materiais, equipamentos e serviços voltados à alimentação de militares em todo território nacional, com a finalidade de manter o estado de pronto emprego da tropa. - Fornecimento de combustível automotivo para Organizações Militares/Posto Central de Abastecimento do Exército Brasileiro: • Óleo Diesel – 15.419.624 l; e • Gasolina – 3.533.540 l. - Fornecimento de munições – foram atendidas as demandas em 100% para as 12 Regiões Militares/ Grupamentos Logísticos, conforme estabelecido na Dotação de Munição Anual (DMA).
	38.878.627,28	- Aquisição de 1.962 l de combustível de querosene de aviação e de suprimentos diversos para as manutenções preventivas e corretivas das aeronaves da frota da Aviação do Exército (Av Ex).
Logística de Manutenção	88.849.605,98	- Manutenção de viaturas blindadas, viaturas não blindadas e armamento.
	87.910.032,15	- Manutenção das aeronaves de 7 (sete) Organizações Militares de Aviação do Exército, garantindo uma disponibilidade orgânica média de 69,67 % em 2025. - Entrega de helicópteros após inspeção de média complexidade no Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército (B Mnt Sup Av Ex), 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º B Av Ex) e empresas.
Logística de Transporte	12.575.299,00	- Atendimento a 18 Órgãos Provedores do Plano Geral de Transporte: 3.198.000 Kg; e Cubagem – 199.144 m³.
	363.385,90	- Contratos de transportes de suprimentos e componentes das aeronaves realizadas pelas Unidades Gestoras da Aviação do Exército: Base de Aviação de Taubaté (B Av T), 3º Batalhão de Aviação do Exército (3º B Av Ex), 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º B Av Ex), Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste (B Adm Ap/CMO), Destacamento de Aviação do Exército do Comando Militar do Norte (Dst Av Ex/CMN) e Base de Administração e Apoio da 8ª Região Militar (B Adm Ap/8ªRM).
Logística de Saúde	4.889.103,40	- Padronização, desenvolvimento, identificação, catalogação, aquisição, armazenamento, distribuição, manutenção e descarte de Materiais de Emprego Militar (MEM) Classe VIII (Saúde) / Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN); - Gestão da Ação Orçamentária 21A0, PO 000L – Saúde em Operações; e - Doutrina, planejamento operacional e capacitação de pessoal de saúde e combatente em Saúde Operacional /DQBRN.
TOTAL	1.961.607.511,71	

Fonte: Tesouro Gerencial, COLOG, 2025.

3.2.3 SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

O SisFPC é o resultado da sinergia de atuação de diversas organizações militares que desenvolvem, em âmbito nacional, a fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

A categoria de produtos controlados pelo Exército abrange desde armas de fogo, munições e explosivos até agentes químicos, blindagens e outros itens de interesse militar ou de uso dual (civil e militar).

As atividades de fiscalização de produtos controlados são desenvolvidas com as finalidades de se obter conhecimento sobre a capacidade industrial mobilizável do País e de se buscar a segurança e tranquilidade públicas no que se refere ao trato com tais produtos.

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

ATIVIDADES	UTILIZADO (R\$)	RESULTADOS
Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados	64.999.850,32	1. Atividades de fiscalização: - Ações de Fiscalização: 26.867.
		2. Materiais apreendidos: - Arma de fogo ¹ – 8.920 Und; - Arma de pressão – 122 Und; - Munição ² – 100.241 Und; - Explosivos ³ – 9.044 Und, 37.788 Kg e 1.500 m; - Menos letal – 10 Und; - Pirotécnico ⁴ – 1.278 Und e 3,43 Kg; - Produto químico ⁵ – 28 Und, 2.746,456 Kg e 322,479 L; - Proteção balística ⁶ – 366 Und, 3 m e 15 m²; e - Outros produtos controlados pelo Exército (PCE): máquina de recarga e equipamento para visão noturna ou termal – 11 Und.
		3. Destruição de armas de fogo e munição: - Armas de fogo ⁷ – 79.901 Und; e - Munições – 375.769 Und.
		4. Investimento: - Aquisição de viaturas; - Aquisição de equipamentos de TI; - Outros equipamentos e mobiliários; e - Desenvolvimento de sistemas.
TOTAL	64.999.850,32	

Fonte: Tesouro Gerencial, COLOG, 2025.

- OBS: (1) Somente armas de fogo, não incluindo peças e componentes.
(2) Inclui a munição e (ou) suas partes.
(3) Inclui pólvora e pode ser mensurado por peso (Kg), comprimento (m) ou volume (L).
(4) Pode ser mensurado por unidade (Und) e peso (Kg).
(5) Pode ser mensurado por unidade (Und), peso (Kg) e volume (L).
(6) Pode ser mensurado por unidade (Und), comprimento (m) e área (m²).
(7) Engloba tanto as armas pré-destruídas, como as destruídas.

3.2.4 MOBILIZAÇÃO MILITAR

Em 2025, esta atividade contribuiu para várias operações realizadas pelo EB, conforme dados a seguir:

RESULTADOS DA MOBILIZAÇÃO MILITAR

ATIVIDADES	UTILIZADO (R\$)	RESULTADOS
Aquisição e manutenção de equipamentos, materiais gerais de suprimento e despesas com alimentação	68.951.271,68	22 Operações apoiadas
Despesas para atender às horas de voo nas operações de emprego da Força Terrestre	30.637.799,14	07 Operações apoiadas
TOTAL	99.589.070,82	

Fonte: COLOG, 2025.



Foto: Acervo do CCOMSEX

3.3 COMANDO, CONTROLE E INFORMAÇÃO

3.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército realiza a governança da informação, por meio do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx), visando apoiar o processo decisório, o gerenciamento administrativo da Instituição e o preparo e o emprego da Força Terrestre. O SINFOEx interage com o Sistema de Comando e Controle do Exército (SC²Ex), que serve de suporte para a consciência situacional.

Nesse sentido, a gestão da informação se constitui um macroprocesso de suporte da CVA-EB, ao qual está alinhado o OEE 6, que busca aprimorar a interação entre o SINFOEx e o SC²Ex, ampliando as capacidades necessárias ao uso eficaz dos ativos de informação. Tal aspecto está estruturado de acordo com a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), contribuindo para o preparo da Força Terrestre em um cenário que exige a gestão de volumes crescentes de dados, a atuação sobre os sistemas de informação de interesse e a proteção dos sistemas de informação próprios.

Além da Política de Informação do Exército, as Diretrizes Estratégicas Organizadoras do SINFOEx e do SC²Ex complementam o arcabouço normativo básico relacionado à informação e ao comando e controle no EB.

Para o devido exercício do Comando e Controle (C2) e da gestão de informação, a Tecnologia da Informação (TI) se apresenta como elemento essencial da componente infraestrutura de C2 e de informação. Sua normatização está fundamentada na Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000) e pela Diretriz Estratégica de TI do EB, que estabelecem objetivos e orientações gerais para o exercício efetivo da governança de TI.

A estrutura de governança de TI do EB, por sua vez, é exercida em seu mais alto nível pelo Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx), responsável por estabelecer as políticas de TI, Segurança da informação e governança digital, direcionando, monitorando e avaliando sua gestão junto aos órgãos responsáveis. No nível diretivo, o CONTIEx é assessorado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), sendo este responsável por priorizar os investimentos estratégicos, acompanhar o status dos projetos de TI, resolver conflitos por recursos e monitorar os níveis de serviço e as melhorias de TI implantadas no EB.

A gestão de informação e de comando e controle abrange, portanto, os processos de gestão da tecnologia da informação e de geração de capacidades.

3.3.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da TI é um processo estratégico que envolve uma série de atividades essenciais para garantir o funcionamento eficaz e seguro das operações tecnológicas em uma organização. Esse processo pode ser dividido em quatro áreas principais: gestão da infraestrutura; segurança da informação; gestão dos serviços e materiais de TI; e desenvolvimento de sistemas.



No contexto da Gestão da TI, foram realizadas as seguintes atividades:

RESULTADOS DA GESTÃO DE TI

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Gestão da infraestrutura	23.695.603,77	Melhoria de infraestrutura, garantindo disponibilidade aos desenvolvedores.
Segurança da Informação	4.059.326,43	Melhoria na proteção de dados e sistemas contra ameaças e acessos não autorizados.
Gestão dos serviços e materiais de TI	1.861.558,89	Equipamentos novos e manutenção das ferramentas/plataformas de desenvolvimento.
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	7.472.024,16	Entrega de novos sistemas e novas funcionalidades nos sistemas atuais.
	3.782.455,43	Melhorias de performance e adequação tecnológica dos sistemas atuais.
TOTAL	40.870.968,68	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.3.3 GERAÇÃO DE CAPACIDADES OPERATIVAS

Este processo abrange as atividades de cibernética, comando e controle, guerra eletrônica e geoinformação.

3.3.3.1 CIBERNÉTICA

No contexto militar, a Defesa Cibernética engloba ações realizadas no espaço cibernético, no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico, coordenado e integrado pelo Ministério da Defesa, com as finalidades de proteger os ativos de informação de interesse da Defesa Nacional, obter dados para a produção de conhecimento de inteligência e buscar superioridade sobre os sistemas de informação do oponente.

O Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) é o órgão responsável por assessorar o Ministro de Estado da Defesa na implantação e na gestão do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), com a finalidade de garantir, no âmbito da Defesa Nacional, a capacidade de atuação em rede, a interoperabilidade dos sistemas e a obtenção dos níveis de segurança necessários. O SMDC engloba um conjunto de instalações, equipamentos, doutrina, procedimentos, tecnologias, serviços e pessoal essenciais para realizar ações voltadas para assegurar o uso efetivo do espaço cibernético pela Defesa Nacional, bem como impedir ou dificultar ações hostis contra seus interesses.

RESULTADOS DA GESTÃO DE CIBERNÉTICA

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Estruturação do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC)	23.197.980,13	Fortalecimento da capacidade cibernética das Forças Singulares e proteção das infraestruturas críticas de interesse da Defesa.
Implantação integrada do Centro de Operações de Defesa Cibernética	28.860.274,65	Coordenação de ações cibernéticas conjuntas, garantindo liberdade de ação no espaço cibernético e dificultando o uso adversário.
Capacitação especializada de recursos humanos para Defesa Cibernética	2.192.963,00	Recursos humanos altamente capacitados para proteger ativos de informação estratégica.
TOTAL	54.251.217,78	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.3.3.2 SISTEMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE

No contexto militar, o Sistema Estratégico de Comando e Controle (SEC²Ex) refere-se à capacidade de um comando centralizado de tomar decisões estratégicas, coordenar forças e gerenciar operações em tempo real, garantindo que as ordens sejam implementadas de forma eficaz e eficiente.

RESULTADOS DA GESTÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Modernização do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado	10.610.067,85	Melhor interoperabilidade com instituições de segurança pública, gerando economia de recursos com estruturas compartilhadas de Comando e Controle.
Priorização do repletamento de Meios de Comunicações	24.822.318,34	Aumento da disponibilidade de materiais de comunicação, com a otimização do uso de recursos vocacionados para este fim.
Logística de TI	16.560.909,24	Manutenção, substituição, reestruturação e atualização dos equipamentos e redes de dados das OM apoiadas.
Sustentação da EBNet	29.755.907,79	Melhoria da taxa de transmissão de dados entre os níveis tático, operacional e estratégico.
Ativação do Datacenter de Redundância do Exército	3.465.967,00	Construção e inauguração do Datacenter Marechal Rondon, nas instalações do 3º Centro de Telemática de Área (3º CTA), em São Paulo (SP).
TOTAL	85.215.170,22	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.3.3.3 GUERRA ELETRÔNICA

A Guerra Eletrônica (GE) busca assegurar a capacidade de emprego eficaz das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo que busca impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões das forças oponentes ou adversas, contribuindo para a obtenção da superioridade da informação.

RESULTADOS DA GESTÃO DE GUERRA ELETRÔNICA

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Aquisição de Sistemas de Guerra Eletrônica	103.703,78	Incremento da capacidade de Guerra Eletrônica das tropas empregadas nas diversas missões constitucionais realizadas em todo o território nacional.
TOTAL	103.703,78	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.



Foto: Acervo do DCOMSEX

3.3.3.4 GEOINFORMAÇÃO

A Geoinformação, no contexto militar, refere-se ao uso e à análise de informações geográficas e espaciais para apoiar a tomada de decisões e a execução de operações. Envolve a coleta, processamento, análise e interpretação de dados relacionados ao espaço geográfico, incluindo mapas, imagens de satélite, dados de sensores e outras fontes de informação geoespacial.

Em 2025, na atividade de Geoinformação, foram realizadas as seguintes atividades:

RESULTADOS DA GEOINFORMAÇÃO

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Produção de Geoinformação para F Ter e Sociedade	2.106.581,57	Produção de dados estratégicos para operações militares e planejamento territorial.
Capacitações em Geoinformação	230.867,33	Ampliação da capacidade de Recursos Humanos (RH) e da capacidade de uso da geoinformação digital da F Ter e Sociedade.
Suprimento de Geoinformação para F Ter e Sociedade	1.827.020,87	Fornecimento de produtos de geoinformação, disponibilizados por intermédio do Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx) ou impressos, contendo dados estratégicos para operações militares e planejamento territorial.
TOTAL	4.164.469,77	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.



3.4 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.4.1 INTRODUÇÃO

As prioridades de pesquisa e desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 07 (OEE 07) – obter prontidão tecnológica – que visa prover as tecnologias necessárias à geração das capacidades militares requeridas pelo Exército Brasileiro (EB), em especial as tecnologias críticas e/ou sensíveis de uso restrito, e incorporar a cultura da inovação e da prospecção tecnológica, associadas à reestruturação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), incrementando a pesquisa e o desenvolvimento, as obtenções complexas e a fabricação.

O responsável pelo OEE 07 é o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), também gestor do macroprocesso de suporte ciência, tecnologia e inovação, que compreende as atividades de gestão da inovação tecnológica, além da pesquisa, desenvolvimento, avaliação e obtenção dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM).

3.4.2 GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

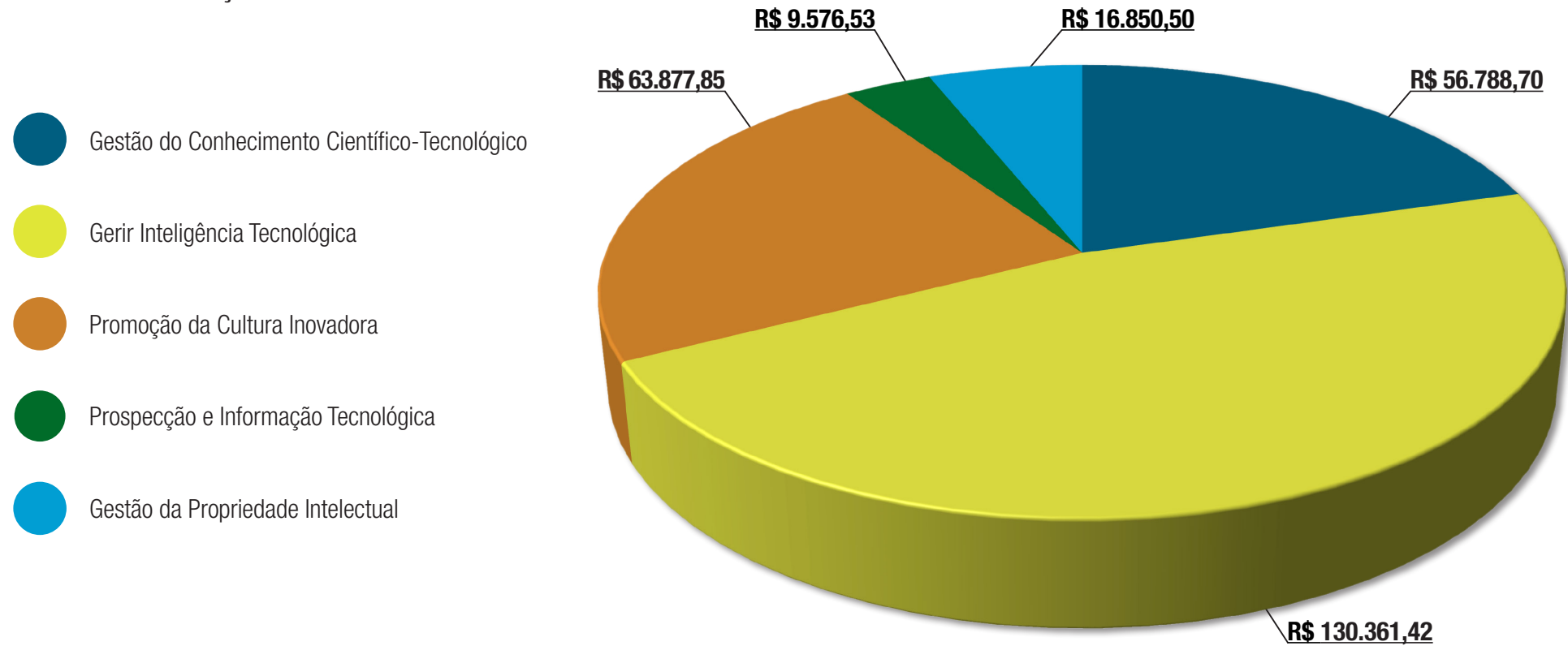
A gestão da inovação tecnológica do EB realizou investimentos para fomentar um ambiente que estimule o desenvolvimento de soluções e tecnologias voltadas para a defesa nacional. Esse investimento contemplou áreas estratégicas essenciais para a força terrestre, visando a aprimorar as capacidades científicas e tecnológicas em prol da segurança e soberania do país.

Uma parte significativa dos recursos foi destinada ao macroprocesso Gerir Informação Tecnológica, permitindo identificar tendências e oportunidades de mercado que impulsionam inovações e facilitam a implementação de novas tecnologias de defesa. Também houve um foco especial na promoção de uma cultura de inovação, utilizando soluções tecnológicas para potencializar áreas fundamentais como educação, saúde e mobilidade urbana, com impactos diretos na qualidade de vida da população e alinhados aos objetivos de defesa e proteção nacional.

A gestão da propriedade intelectual foi igualmente priorizada, garantindo a proteção contra o uso indevido. Também foram emitidos pareceres de assessoramento em propriedade intelectual e realizadas valorações tecnológicas para informar decisores sobre o valor das tecnologias.

Essas iniciativas consolidam o compromisso do EB com a inovação e a segurança, promovendo um desenvolvimento sustentável e garantindo benefícios sociais à população por meio de uma defesa moderna e eficaz.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR ATIVIDADE DA GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



3.4.3 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

O EB desenvolve pesquisa científica e experimental, promove o assessoramento científico e tecnológico e aplica o conhecimento, visando à obtenção de Produtos de Defesa (PRODE) de interesse do Exército e do Ministério da Defesa. Ademais, os produtos de interesse passam pelos procedimentos de Teste & Avaliação (T&A) de SMEM e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), objetivando fornecer informações essenciais à tomada de decisão do Comando do Exército, garantir a segurança da sociedade e contribuir para a defesa nacional.

Além disso, essas atividades contribuem para a expansão e modernização da infraestrutura laboratorial de ensaios de armamento leve e pesado, de sistemas de comunicação e eletrônica, de mísseis e foguetes e de veículos militares, capacitação dos recursos humanos na área de T&A para o apoio às entidades de ensino, governamentais e empresariais e para o apoio à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento das empresas da Base Industrial de Defesa e Segurança, com o objetivo da ampliação do poder dissuasório do País.

O Instituto Militar de Engenharia (IME) instalou o seu primeiro sistema de comunicação óptica em espaço livre (Free Space Optics - FSO). Esse tipo de tecnologia usa a luz para transmitir dados, sem precisar de cabos, criando uma conexão rápida e invisível.

Esse feito é um marco para o Exército Brasileiro, pois é a primeira vez que um link FSO é utilizado pela Instituição. O projeto mostra como o IME está unindo ciência e segurança para fortalecer a Defesa Nacional.

A iniciativa também faz parte do programa estratégico “IME 1000”, que busca estimular a inovação e a formação de novos talentos. Além disso, contou com a colaboração de militares e pesquisadores de pós-graduação do IME, reforçando o trabalho em equipe e a aplicação de ciência de ponta em benefício do País.

RESULTADOS DA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE SMEM

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Desenvolvimento do lote-piloto do Radar de Vigilância Terrestre SENTIR M20	3.023.708,08	Prosseguimento da atualização do projeto e início da produção das duas primeiras unidades do lote-piloto. Essas ações visam validar etapas importantes da pesquisa e desenvolvimento do Radar SENTIR M20, demonstrando que todos os recursos recebidos foram corretamente empregados no projeto, resultando no fomento da base industrial de defesa e incremento da capacidade tecnológica do Exército Brasileiro.
Desenvolvimento do Protótipo do Radar SABER M200 VIGILANTE	19.041.599,09	Prosseguimento da avaliação do protótipo, visando aprimorar o projeto e a construção do segundo protótipo. Essas ações visam validar etapas importantes da pesquisa e desenvolvimento do Radar SABER M200 VIGILANTE, demonstrando que todos os recursos recebidos foram corretamente empregados no projeto, resultando no fomento da base industrial de defesa e incremento da capacidade tecnológica do Exército Brasileiro.
Desenvolvimento de protótipo do Radar SABER M200 Multimissão	18.923,27	Realização do FAT (Teste de aceitação em Fábrica) do Pannel do Radar Primário para o BNDES. Essas ações visam validar etapas importantes da pesquisa e desenvolvimento do Radar SABER M200 Multimissão, demonstrando que todos os recursos recebidos foram corretamente empregados no projeto, resultando no fomento da base industrial de defesa e incremento da capacidade tecnológica do Exército Brasileiro.
TOTAL	22.084.230,44	

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.4.4 OBTENÇÃO DE SMEM

O sistema de fabricação do EB investiu R\$ 64,0 milhões em atividades de desenvolvimento, modernização e manutenção de equipamentos para reforçar a segurança e a capacidade operacional.

As aquisições complexas receberam R\$ 4,76 milhões, resultando na assinatura do contrato para aquisição de veículos blindados e na entrega de uma unidade de transporte. Essa iniciativa aumentou a percepção de segurança, gerou conhecimento e renda, além de criar empregos e ampliar a cadeia logística.

Na modernização tecnológica, R\$ 31,5 milhões foram aplicados, com a entrega de protótipos de veículos blindados, contrato para atualização de radares e aprimoramento de sistemas de armas, contribuindo para a economia de recursos e atualização dos meios de defesa. A manutenção dos equipamentos utilizou R\$ 3,08 milhões, garantindo a continuidade dos serviços de defesa essenciais.

A fabricação de diversos materiais, incluindo morteiros e redes de camuflagem, contou com R\$ 18,4 milhões, ampliando as capacidades de segurança e gerando novas oportunidades de negócios. A revitalização, com um investimento de R\$ 3,95 milhões, e a manutenção de nível industrial nos Arsenais de Guerra, com um aporte de R\$ 2,35 milhões, possibilitaram a recuperação de morteiros e obuses, essenciais para a manutenção da capacidade dissuasória.

3.5 ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.5.1 INTRODUÇÃO

A Infraestrutura, macroprocesso de suporte da CVA-EB, tem a finalidade de prover a gestão de obras militares, obras de cooperação, projetos de engenharia, patrimônio e meio ambiente e é coordenada pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que, também, faz gestão de materiais de engenharia, contribuindo para a Logística e Mobilização, macroprocesso de suporte da CVA.

O DEC, alinhado com o Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 02 - Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa – atua nas calamidades públicas e emergenciais, e no apoio à defesa civil e no desenvolvimento sustentável, participando na execução de obras de engenharia em todo o território nacional, em proveito do desenvolvimento do País.

3.5.2 GESTÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

A gestão dos projetos de engenharia refere-se à elaboração dos Projetos Básicos e Executivos, que irão subsidiar a execução de obras nas diversas OM do EB. Em 2025, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

RESULTADOS DA GESTÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

PROJETOS ELABORADOS	BENEFÍCIOS	RECURSOS UTILIZADOS NOS PROJETOS (R\$)
Projeto de construção do Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca (2ª Fase)	Melhorar o atendimento à família militar	1.891.377,63
Projeto de construção do Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca (Infraestrutura)	Melhorar o atendimento à família militar	2.606.773,70
Projeto de Adequação do Hotel de Trânsito de Oficiais (HTO) de Cuiabá – MT	Melhorar o atendimento à família militar	151.986,82
Projeto de Construção da Nova Escola de Sargentos do Exército - FASE 1 (Conjunto Principal)	Otimizar a infraestrutura da área de Educação Militar	2.000.000,00
Projeto de Construção da Bateria de Busca de Alvos do Comando de Artilharia do Exército, em Formosa/GO	Aprimorar a infraestrutura da área operacional do Exército	1.865.250,00
Projeto de Construção da Vila Militar Sustentável do Forte Santa Bárbara, em Formosa/GO - Fase 2 (Edificações)	Melhorar o atendimento à família militar	500.000,00
Projeto de Adequação do Sistema de Ar Condicionado do Teatro Pedro Calmon	Reformar as instalações do QGEx	90.000,00
Projeto de Adequação das Instalações do Colégio Militar da Vila Militar (CMVM/RJ) – Fase 2	Melhorar o atendimento à família militar	765.239,90
Projeto de Construção do Pavilhão de Comando do Batalhão de Precursores	Aprimorar a infraestrutura da área operacional do Exército	90.000,00
Projeto de Adequação do Laboratório Antônio Real Martins no CTEEx – Fase 2	Otimizar a infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Educação Militar	32.406,52
TOTAL		9.993.034,57

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.5.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Gestão do Patrimônio Imobiliário consiste no conjunto de ações que compreende a utilização, o controle e a conservação do bem, segundo a destinação natural ou legal de cada um e, em sentido amplo, inclui a alienação dos bens revelados inúteis ou inconvenientes ao serviço público, bem como a aquisição de novos bens. Para supervisionar as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União administrados pelo Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas, o EB utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA). Nas atividades de patrimônio imobiliário, durante o ano de 2025, o EB utilizou recursos orçamentários na ordem de R\$ 3.345.964,28.

RESULTADOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	UTILIZADOS (R\$)
Adequação de ativos de infraestrutura das OM	Melhoria das instalações visando à segurança patrimonial, com 73 OM beneficiadas.	2.853.196,49
Capacitação	- Realização de capacitações no Centro de Instrução de Engenharia. - Estágio Setorial de Patrimônio Imobiliário e avaliação de imóveis urbanos.	431.370,52
Adequação da Gestão Patrimonial das OMs administradas pelo Cmdo Ex	Melhoria da Gestão Patrimonial dos imóveis da União administrados pelo Cmdo Ex.	61.397,27
TOTAL		3.345.964,28

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Uma atividade importante na Gestão do Patrimônio Imobiliário refere-se ao desfazimento de ativos que, em 2025, obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO DESFAZIMENTO DE ATIVOS

TIPO DE OPERAÇÃO	ÁREA (M²)	BENEFÍCIOS
Devolução de Imóveis à SPU	1.589.077,88	Possibilitar a destinação de áreas, sem previsão de uso, em atividades militares para outros Órgãos Públicos da Administração Direta ou Indireta, Estados ou Municípios, a critério da SPU.
Alienação mediante permuta por edificações (construídas e a construir)	617.342,85	- Possibilitar a aquisição ou construção de imóveis (Quartéis, Próprios Nacionais Residenciais) de interesse do EB. - Engloba as permutas por edificações com ato autorizativo.

Fonte: SIG-PIMA, 2025.

3.5.4 GESTÃO DE OBRAS MILITARES

Para supervisionar as atividades de obras militares, construindo e mantendo a infraestrutura de que a Força Terrestre necessita para alcançar seus objetivos estratégicos e apoiar a família militar, o EB utiliza o Plano Básico de Construção (PBC), no qual consta o planejamento quadrienal de obras militares. Os Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia (PDRAEng) contemplam as metas físico-financeiras anuais. O Comitê de Gestão de Obras Militares (CGOM) avalia e monitora a execução de obras militares relacionadas ao PDRAEng EME-DEC. Para controlar o ciclo das obras, o EB emprega o Sistema Unificado de Processo de Obras (OPUS). A Gestão de Obras Militares abrange as obras e os serviços de engenharia realizados em OM e em Próprios Nacionais Residenciais (PNR). Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de

servir de residência para os militares da ativa do Exército. O quadro abaixo mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2025.

RESULTADOS DA GESTÃO DE OBRAS MILITARES

ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	UTILIZADOS (R\$)
Obras de construção de PNR	146 PNR construídos	79.337.148,25
Serviços de manutenção de PNR	127 PNR mantidos	27.359.674,62
Obras de construção de edificações militares	28 edificações militares construídas	134.469.181,44
Serviços de manutenção e adequação em edificações militares	62 edificações militares mantidas	121.831.665,43
TOTAL		362.997.669,74

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.5.5 GESTÃO DO MATERIAL DE ENGENHARIA

A Gestão do Material de Engenharia tem por finalidade aprimorar a capacidade operativa da força militar para suas atividades de preparo ou emprego, assim como potencializar condições mais favoráveis à participação do Exército em ações subsidiárias, especialmente as voltadas para a Defesa Civil, assim como de desenvolvimento nacional e regional.

Em 2025, o montante de recursos aplicados, com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia (nacionais e internacionais), foi de aproximadamente R\$ 26 milhões. Esses recursos, voltados para aquisições e investimentos em manutenção, foram aplicados em Organizações Militares de Engenharia (OME), Não Engenharia (OMNE), totalizando R\$ 19,1 milhões, somados a R\$ 7,6 milhões relacionados a obtenções internacionais, conforme discriminação das tabelas:

RESULTADOS DA GESTÃO DO MATERIAL DE ENGENHARIA

ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	UTILIZADOS (R\$)
Aquisição Mat CI VI (OME)	23 OM contempladas	5.978.465,03
Aquisição Mat CI VI (OMNE)	37 OM contempladas	3.997.642,68
Manutenção Mat CI VI (OME)	33 OM contempladas	3.917.169,44
Manutenção Mat CI VI (OMNE)	49 OM contempladas	5.235.256,57
TOTAL		19.128.533,72

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)
Aquisição de Equipamento de Mergulho Circuito Fechado – PC 1013/2025, 1016/2025, 1028/2025, 1042/2025 e 1049/2025	2.245.873,35
Aquisição de Equipamento de Mergulho Dependente – PC 1063/2025	267.162,42
Aquisição de material de desminagem (detectores) e para NAE (Trajes e Ferramentas EOD) – PC 1035/2025, 1036/2025, 1037/2025, 1040/2025, 1061/2025, 1065/2025 e 1079/2025	3.244.830,51
Aquisição de embarcações pneumáticas – PC 1006/2025	462.702,19
Aquisição de placas reforçadoras de solo - PC 1070/2025	266.833,82
Aquisição do painel de distribuição de energia da embarcação de manobra BIRDON – PC 1066/2025	20.786,35
Contratação de transporte internacional - PC 1032/2024 (3 BEB BIRDON) e PC 1036/2024 (12 VE Eng Tatra)	1.182.622,60
TOTAL (COMPRAS INTERNACIONAIS)	7.690.811,24

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.5.6 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

A Gestão Ambiental e a proteção do meio ambiente são temas transversais em todas as atividades desenvolvidas pela Força. As áreas patrimoniais imobiliárias sob a administração do EB promovem a sustentabilidade, atuando na prevenção, preservação e recuperação do meio ambiente, protagonizando significativas ações de controle e proteção, o que pode ser comprovado ao se comparar estas áreas com outras ao seu entorno.

O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) é o Órgão de Direção Setorial (ODS) que tem por missão, dentre outras, planejar, coordenar, controlar e aperfeiçoar as atividades do meio ambiente (conforme caput do art. 1º do Regulamento do DEC, EB10-R-04.001).

A Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), Órgão de Apoio Setorial e técnico-normativo-consultivo do DEC, tem por missão normatizar, superintender, fiscalizar, orientar e coordenar as ações, dentre outras, a gestão do meio ambiente e sustentabilidade no âmbito do Comando do Exército (conforme caput do art. 1º do Regulamento da DPIMA, EB10-R-04.003).

As principais normas norteadoras são:

- a. Política Nacional do Meio Ambiente;
- b. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria Nº 1.138, do Comandante do Exército, de 22 de novembro de 2010;
- c. Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), aprovada pela Portaria - EME/C Ex Nº 505, de 9 de setembro de 2021;
- d. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria – C Ex Nº 571, de 6 de novembro de 2001;
- e. Diretriz para adequação do Exército Brasileiro à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada pela Portaria - Cmt Ex Nº 1.275, de 28 de dezembro de 2010;
- f. Diretriz para Ações Voltadas ao Meio Ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001), aprovada pela Portaria - Cmt Ex Nº 737, de 28 de julho de 2020;
- g. Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB50-N-04.002), aprovada pela Portaria Nº 136 - DEC, de 31 de julho de 2020;
- h. Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10), aprovadas pela Portaria Cmt Ex Nº 386, de 9 de junho de 2008;
- i. Instruções Reguladoras para o SIGAEB (IR 50-20), em revisão, aprovadas pela Portaria - DEC nº 001, de 26 de setembro de 2011;
- j. Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria Nº 075 - DEC, de 25 de setembro de 2023;
- k. Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas para Adequação Ambiental em Organizações Militares (EB50-CI-04.006), aprovado pela Portaria Nº 005 – DEC, de 23 de janeiro de 2019;
- l. Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas relacionadas aos Serviços Florestais em Organizações Militares (EB50-CI-04.007), aprovado pela Portaria – DEC/C Ex Nº 066, de 13 de março de 2023;
- m. Caderno de Instrução sobre Instalação, Operação e Remoção de Tanques Subterrâneos de Combustível no Âmbito do Exército Brasileiro (EB50-CI-04.003), aprovado pela Portaria Nº 070 – DEC, de 10 de outubro de 2018;
- n. Caderno de Instrução de orientação técnica ambiental para instalação e operação dos módulos de abastecimento de combustível em apoio à Operação Carro-Pipa e demais programas, 1ª Edição, 2012, aprovado pela Portaria Nº 003

– DEC, de 19 de dezembro de 2012;

o. Caderno de Orientação para as práticas ambientais do Exército Brasileiro em missões sob a égide de Organismos Internacionais, 1ª Edição, 2017, aprovado pela Portaria Nº 044-DEC, de 7 de dezembro de 2017;

p. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (EB10-R-12.009), aprovado pela Portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 de dezembro de 2003; e

q. Portaria – DEC/C Ex Nº 075, de 25 de setembro de 2023, aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

Os principais resultados de gestão ambiental realizados, em 2025, compreendem:

- elaboração pelas OM do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), com análise técnica pela DPIMA;
- realização da conformidade ambiental anual de todas as OM, em 2025, com concessão do Selo Imbaúba de Sustentabilidade para aquelas que alcançaram um índice de conformidade ambiental igual a 100%. Foram agraciadas com o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade 91 OM distribuídas por todas as Regiões Militares;
- análise das minutas de contrato de 88 OM do EB e estabelecimento de parâmetros para fiscalização da execução contratual relativa aos serviços de gerenciamento de resíduos contratados de terceiros, atendendo às recomendações do Acórdão 650/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- financiamento de 12 (doze) projetos de reúso de água em uma OM de cada Região Militar, totalizando cerca de R\$ 2.400.00,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).



Forte do Leme, Rio de Janeiro-RJ.

Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.5.7 GESTÃO DAS OBRAS DE COOPERAÇÃO

A Gestão de Obras de Cooperação tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento nacional e para o adestramento dos militares de Engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, em parceria com órgãos públicos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Essas obras, como a pavimentação de estradas de rodagem, a construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras, são realizadas com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira, contribuindo, assim, para:

- melhoria das condições de trafegabilidade das rodovias durante as estações do ano;
- garantia da logística de suprimentos e escoamento da produção;
- captação de investimentos privados, assim como divisas para o País;
- geração de emprego e renda, segurança e mobilidade; e
- melhoria da qualidade de vida da população local.

Em 2025, foram concluídos 10 instrumentos de parceria e 14 encontram-se em andamento, conforme tabelas a seguir:

OBRAS DE COOPERAÇÃO CONCLUÍDAS EM 2025

OBRA	LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R\$) (ACUMULADO)
Serviços de restauração para adequação da capacidade da rodovia federal BR-135/MA – Lote 1, subtrecho (Estiva/Estreito dos Mosquitos do KM 25,0 ao 41,36).	Estiva e Estreito dos Mosquitos - MA	3º BEC	TED nº 731/2019	DNIT	11/11/2019 a 20/02/2025	101	38.267.675,26
Execução de serviços de manutenção e conservação das rodovias BR-110/PE e BR-316/PE (Fase I).	Petrolândia/ PE Ibimirim/ PE Inajá/PE	7º BE Cmb	TED nº 280/2020	DNIT	11/05/2020 a 29/09/2025	66	18.419.604,77
Execução de serviços de implantação e pavimentação da BR 432/RR.	Novo Paraíso/RR Cantá/RR	6º BE Cnst	TED 622/2017	DNIT	16/10/2017 a 17/07/2025	92	38.228.920,10
Execução de serviços de manutenção (Conservação/ Recuperação) da BR 307/AM (Pato).	Cruzeiro do Sul/AC São Gabriel da Cachoeira/AM Cucuí/AM	21ª Cia E Cnst	TED 462/2018	DNIT	03/09/2018 a 19/05/2025	33	18.719.181,55
Execução de serviços de engenharia das obras prioritárias de melhoria de capacidade da BR 116/RS.	Guaíba/RS Pelotas/RS	1º B Fv	TED 919/2018	DNIT	18/12/2018 a 17/11/2025	70	154.031.716,99
Execução de serviços e projetos de engenharia de interesse comum, por meio da execução de obras de implantação, terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, especiais e complementares da SC-114 – Caminho da Neve, denominada DECAN III, no trecho entre o município de São Joaquim e a divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.	São Joaquim/SC	1º B Fv	Convênio 01/07680/ 2016-6	Gov SC	10/04/2017 a 10/03/2025	96	7.800.000,00
Obra de melhoramento e pavimentação da rodovia estadual MA-034, no trecho entre passagem Franca/ MA e São João dos Patos/MA, com extensão total de 38,13 km.	Passagem Franca/MA e São João dos Patos/MA	2º BEC	TCR Nr 004/2015	SINFRA	23/12/2015 a 28/08/2025	137	51.970.882,32
Perfuração e instalação de poços artesianos no estado da Paraíba.	São Mamede, Várzea, Cubati e Barra de Santa Rosa - PB	3º BEC	TED Nr 02/2021	INCRA	27/08/2021 a 17/07/2025	21	265.383,53

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

OBRA	LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R\$) (ACUMULADO)
Execução de obras remanescentes do subtrecho da ferrovia de integração oeste-leste (FIOL), Lote 06F, compreendido entre Ilhéus e Barreiras/BA.	Ilhéus e Barreiras/BA	4º BEC	TED Nr 01/2020	INFRA S.A.	09/09/2020 a 28/08/2025	167	35.547.342,88
No contexto da operação SERIDÓ II, implantação de 14 sistemas de abastecimento de água simplificados, com perfuração e captação em poços profundos, instalação de bombeamento, reservatório e distribuição por meio de chafariz e, se necessário, dessalinização.	Lajes Pintadas, São Tomé, Coronel Ezequiel, Campo Redondo, Jaçanã, Santa Cruz e Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte	7º BE Cmb	TED Nr 0430322 0220011 - 000674 /SNSH-MD	MIDR/SNSH	01/12/2022 a 04/09/2025	21	1.716.699,89

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

OBRAS DE COOPERAÇÃO EM ANDAMENTO EM 2025

OBRA	LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R\$) (ACUMULADO)
Execução de serviços referentes ao programa de contratos de recuperação e manutenção rodoviária – CREMA na rodovia BR-226/RN, trecho: entr. BR-101 (viaduto da urbana – Natal) – Div. RN/CE, subtrecho entr. RN-087 (Florânia) – Entr. RS-101/233-RN (Campo Grande), segmento km 219,40 ao km 290,80, extensão de 71,40 km.	Natal/RN Florânia/RN	1º BEC	TED nº 554/2019	DNIT	22/08/2019 a 23/08/2025	162	81.224.332,39
Serviços de manutenção/restauração na rodovia BR-222/PI, subtrecho entr. PI-117 (A) – São João do Arraial, segmento km 82,6 – km 179,9 e acesso a Piripiri/PI, segmento km 0,0 – km 5,5 (entr PI-117).	Piripiri/PI Batalha/PI Esperantina/PI	2º BEC	TED nº 484/2022	DNIT	20/09/2022 a 20/09/2026	79	17.336.500,32
Obras de implantação e pavimentação na BR-367/MG, trecho divisa BA/MG (Salto da Divisa) – Entr. BR-259(B) (Gouveia), subtrecho entr. BR-251 (Salto da Divisa) – Entr. MG-406 (Almenara), segmento km 0,00 – km 61,60, com extensão de 61,60 km, PNV 367BMG0070 – 367BMG0080, Lote 01.	Jacinto/MG Gouveia/MG Almenara/MG	2º BEC	TED nº 403/2022	DNIT	25/08/2022 a 04/08/2026	104	47.169.230,79
Execução dos serviços CREMA junto à rodovia BR-135/MA, trecho: acesso ao aeroporto do TIRIRICAL - Entr. MA-364(B) (DIV MA/PI) (Guadalupe), subtrecho: Entr. BR-402/MA-110 (Bacabeira) - Entr. BR-222(B) (Miranda do Norte), segmento: km 51,4 AO km 125,72.	Guadalupe/MA Bacabeira/MA Miranda do Norte/MA	3º BEC	TED nº 531/2020	DNIT	07/08/2020 a 07/07/2026	85	106.988.289,57
Execução de serviços de manutenção e conservação das rodovias BR-110/PE e BR-316/PE, incluindo serviços de manutenção em pavimento asfáltico no segmento de Inajá/PE (2,4 km), inserido na extensão final do subtrecho Entr. BR-110(B)/PE-355 (Hotel do Peba) - Entr PE-345 (Inajá).	Petrolândia/PE Ibimirim/PE Inajá/PE	7º BE Cmb	TED nº 400/2025	DNIT	17/07/2025 a 16/07/2029	67	760.675,55
Obras de implantação das ruas laterais na travessia urbana de Jaru/RO, na BR-364/RO, segmento entre os km 421,4 e km 423,3, extensão de 1,9 km de cada lado da rodovia (total de 3,8 km de ruas laterais) e execução dos serviços remanescentes no segmento entre os km 423,4 e km 427,0, extensão de 3,6 km.	Jaru/RO	5º BEC	TED nº 656/2020	DNIT	02/10/2020 a 02/10/2026	142	39.018.793,89

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

OBRA	LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R\$) (ACUMULADO)
Obras de implantação e pavimentação, com aquisição de equipamentos, da rodovia BR - 156/AP, trecho; Cachoeira Santo Antônio - front Brasil/Guiana Francesa (fim ponte internacional), subtrecho: Entr. AP-020 (B) (P/Mazagão) - Entr. BR-210 (A) I AP030 (B), no segmento compreendido Entr. OS km 210,10 ao km 271,20 (Lote 04), com extensão de 61,10 km.	Cachoeira de Santo Antônio/AP Fronteira Brasil/ Guiana Francesa	8° BEC	TED nº 884/2020	DNIT	13/01/2021 a 18/12/2026	73	60.335.090,78
Execução dos serviços de manutenção (Conservação/ Recuperação) da rodovia BR-307/AM, trecho: Entr. BR-364/AC (div. AC/AM) (Cruzeiro do Sul/AC) - front. Brasil/ Venezuela (Igarapé Bonté (Cucuí)), subtrecho: São Gabriel da Cachoeira - front. Brasil/Venezuela (Igarapé Bonté (Cucuí)), segmento: km 1.327,80 - km 1.429,60, extensão: 101,80 km Fase II.	São Gabriel da Cachoeira/AM Igarapé do Bonté/AM Cucuí/AM	21ª Cia E Cnst	TED nº 305/2025	DNIT	28/05/2025 a 27/05/2030	32	838.563,36
Implantação e adequação de infraestrutura no município de Araguari/MG (terraplenagem, pavimentação, aquisição de materiais betuminosos, transporte de materiais betuminosos, drenagem e administração local).	Município de Araguari/MG	2° B Fv	TCR Nr 03/2023	Prefeitura do Município de Araguari/MG	21/04/2023 a 21/04/2027	152	5.298.491,60
Execução das obras remanescentes de duplicação e restauração da GO-213, trecho entre os municípios de Morrinhos a Caldas Novas/GO (extensão 48,36 km).	Morrinhos/GO Marcelândia/GO Junquerlândia/GO Caldas Novas/GO	2° B Fv	TCR Nr 04/2023	GOINFRA	04/07/2023 a 04/07/2027	491	85.563.520,39
Serviços de engenharia necessários à execução das obras remanescentes da barragem de Arvorezinha em Bagé-RS.	Bagé/RS e região	1° B Fv	TCR Nr 02/2021	Prefeitura do Município de Bagé/RS	07/03/2022 a 07/03/2026	84	27.734.683,61
Mobilização, montagem, operação, desmontagem e desmobilização de pontes metálicas móveis utilizadas no restabelecimento do tráfego em locais com tráfego interrompido pelo estado de calamidade pública ocorrida no Rio Grande do Sul.	Santa Maria/RS Pelotas/RS Lageado/RS Arroio do Meio/RS	3° BE Cmb	TED Nr 05/2024	MIDR/SEDEC	20/12/2024 a 31/08/2026	12	800.214,53
Restabelecimento do tráfego em via municipal por meio da montagem, operação, manutenção e desmontagem de ponte de equipagem metálica ou similar do Exército Brasileiro, sobre o Rio Perequê, no trecho que liga os municípios de Porto Belo e Itapema/SC.	Porto Belo/SC Itapema/SC	5° BE Cmb Bld	TCR Nr 2023TR 001016	Gov SC	14/09/2023 a 06/05/2025	12	714.923,14

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

3.5.8 PROGRAMA SETORIAL SISTEMA DE ENGENHARIA (PRG S PENSE)

O Programa Setorial Sistema de Engenharia do Exército (PENSE) visa à ampliação da capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército (SEEx) em operações militares e nas atribuições subsidiárias.

No ano de 2025, o Programa PENSE aplicou recursos na ordem de R\$ 961.947,66 conforme abaixo especificado:

ENTREGAS 2025	RECEBIDO (R\$)	UTILIZADO (R\$)
Construção do Pavilhão Náutico	784.758,64	784.758,64
Atividades de Aperfeiçoamento de Produtos Doutrinários	21.714,29	21.714,29
Adequação das Instalações da Seção de Simulação	80.313,32	80.313,32
Aquisição de Materiais do Laboratório TECHINT	75.161,41	75.161,41
TOTAL	961.947,66	961.947,66

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.



Simulador tático de adestramento dos equipamentos de engenharia.

Fotos: Acervo do CCOMSEx.

3.6 GESTÃO DE PESSOAL

3.6.1 INTRODUÇÃO

O macroprocesso de suporte “Pessoal”, constante da CVA-EB, é gerido pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), que é também o responsável pela coordenação dos esforços atinentes ao atingimento do OEE 9 – Fortalecer a Dimensão Humana, no qual estão definidas as prioridades da política de pessoal.

O Exército Brasileiro teve um efetivo autorizado, para o ano de 2025, de 212.209 militares, conforme o Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 2025. O efetivo dos militares de carreira é de aproximadamente 47.500 militares. Para completar o efetivo, contou com militares prestando serviço militar voluntário ou obrigatório. As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro, coordenadas pelo Estado-Maior do Exército e implementadas pelo DGP, definem os rumos estratégicos da gestão de pessoas no Exército Brasileiro.

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização da gestão de pessoas, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade em médio e em longo prazos. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar enquanto permanecer no serviço ativo. Os militares de carreira são aqueles da ativa que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tenham vitaliciedade, assegurada ou presumida, ou estabilidade adquirida nos termos da alínea “a” do inciso IV do caput do art. 50 do Estatuto dos Militares.

Dentre o pessoal civil, o Comando do Exército contou, até dezembro de 2025, com 2.828 servidores civis ocupantes de cargo efetivo, mediante concurso público, amparados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que possuem vínculo estatutário e atuam no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), Plano de Carreira da Área de Ciência e Tecnologia (C&T), Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM), bem como nas carreiras de Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); contando ainda, com 93 servidores ocupantes de Cargos em Comissão que são de livre nomeação e exoneração.

3.6.2 PROGRAMA SETORIAL FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de fortalecer a Dimensão Humana da Força, foi concebido o Programa Setorial Força da Nossa Força (Prg S FNF), o qual busca atingir os seguintes objetivos específicos:

- valorizar a Força de Trabalho e contribuir para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre;
- melhorar a qualidade de vida da família militar;
- modernizar e proporcionar sustentabilidade ao Sistema de Saúde do Exército; e
- aperfeiçoar a gestão do sistema de pessoal.

Em 2025, funcionaram 2 (dois) projetos:

1. Projeto EB Saúde, com 3 (três) subprojetos e diversas ações complementares:

a. Modernização do Sistema de Registro de Encaminhamentos Médicos – SIRE (SIRE 2.0): desenvolvimento de aplicativo para o controle dos processos de auditoria médica, gestão financeira e orçamentária do Sistema de Saúde do Exército (SSEx);

b. Desenvolvimento do Sistema de Informações Hospitalares do Exército Brasileiro (SIH-EB/2018): modernização da infraestrutura de TI com a customização do aplicativo de gestão para hospitais universitários para uso nas Organizações

Militares de Saúde (OMS). Fruto de convênio com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre;

c. Modernização do Sistema Hospitalar do Hospital Central do Exército (MSISHCE): concluída; e as ferramentas de TI estão em uso, desde DEZ 21; e

d. Ações Complementares: Central de Serviço, Painel de Indicadores do SSEx, Portal da Capacitação e Marcação de Consultas na internet estão em produção; e o Portal de Laudos, Prontuário Unificado e Portal do Beneficiário estão em desenvolvimento (análise de requisitos realizada, e em busca da solução da ferramenta de TI correspondente).

2. Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal (SisCoGeP): atividade baseada em Tecnologia da Informação, que deu continuidade ao trabalho do MAP (Mapeamento e Automação de Processos), promovendo a automação dos processos finalísticos previamente mapeados e aperfeiçoados. Tendo em vista a restrição orçamentária e o alcance dos objetivos propostos, decidiu-se encerrar o SisCoGeP em 2025, mantendo as demais entregas previstas como processo da Divisão de Tecnologia da Informação da APG/DGP, por essa razão não foram recebidos recursos destinados ao Projeto.

ENTREGAS 2025

PROJETOS	ENTREGAS	UTILIZADO (R\$)
Projeto EB Saúde	- Aquisição de equipamentos de TI para os hospitais - Customização dos módulos logísticos do AGHUse no HMAB - Implantação de 3 (três) módulos da versão Multi-OMS do AGHUse, em 5 (cinco) OMS/UG-FUSEx	9.439.662,35
Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército (Projeto SisCoGeP)	- Ficha Individual editável - Integração do SiCaPEx com SisCoGeP - Cadastro de curso em lote na BDCP (SiCaPEx/SisCoGeP) - Melhoria de funcionalidades do SisCoGeP para governança, auditoria, segurança, conformidade, performance, arquitetura do sistema e experiência do usuário - Suporte no Sistema Integrado de Planejamento e Execução Orçamentária (SIPEO)	0
TOTAL		9.439.662,35

3.6.3 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A avaliação dos militares é realizada por meio do Sistema de Gestão do Desempenho do Pessoal Militar do Exército (SGD), que é um recurso totalmente informatizado e que disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma autoavaliação e o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

O servidor civil, ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório por 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade são objetos de avaliação para o desempenho do cargo, para fins de efetivação da estabilidade no serviço público.

3.6.4 SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS PARA RECOMPLEMENTAMENTO DO EFETIVO

3.6.4.1 SELEÇÃO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizada mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de oficiais quanto para a de praças. Os candidatos aprovados, nas vagas estabelecidas, são matriculados nas escolas de formação militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

As informações a respeito do número de matriculados nas escolas de formação militar são apresentadas no item 3.7 deste relatório.

3.6.4.2 SELEÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O Exército possui duas formas para suprir suas necessidades em pessoal temporário: o Serviço Militar Inicial Obrigatório (SMIO); e o Serviço Militar de caráter Voluntário (SMV).

O Serviço Militar Inicial se divide em: Serviço Militar Inicial Obrigatório (SMIO), para os homens, e Serviço Militar Inicial Feminino (SMIF), voluntário para mulheres. Ele compreende as seguintes fases: alistamento presencial (em Junta de Serviço Militar) ou on-line, seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação.

A divulgação da convocação para o serviço militar inicial é feita por meio de veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, em âmbito federal, estadual e municipal. Para os homens residentes no exterior, o alistamento obrigatório é realizado nas repartições consulares ou em embaixadas do Brasil. O alistamento on-line ocorre de 1º de janeiro a 30 de junho do ano em que o cidadão ou a cidadã completa 18 anos. Após o alistamento, seja on-line ou presencial, os cidadãos podem obter gratuitamente o Certificado de Alistamento Militar (CAM), acompanhar sua situação atual ou solicitar outros certificados, acessando a página eletrônica: <https://alistamento.eb.mil.br>.

O Serviço Militar Temporário de Caráter Voluntário (SMV) é uma forma de ingresso às fileiras do Exército por brasileiros de ambos os sexos. O serviço temporário tem caráter transitório, com duração de 12 (doze) meses, sendo prorrogável por períodos iguais, a critério da Administração Militar, até o tempo máximo permitido em lei, que é de 120 (cento e vinte) meses para médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários e 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, para as demais

categorias de militar temporário. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação, presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial, nas páginas de conteúdo das Regiões Militares ou de forma centralizada no site <https://portal-ebselecao.eb.mil.br/>.

Por fim, ressalta-se a matrícula de 15.083 atiradores nos Tiros de Guerra (TG), que são uma experiência bem-sucedida entre o Exército Brasileiro e a sociedade, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que prestam o Serviço Militar Inicial Obrigatório anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserida. Os TG são conhecidos como verdadeiras “ESCOLAS DE CIVISMO E CIDADANIA”.

EFETIVO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL (SMI)

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Grupamento “A” SOLDADO DO EFETIVO VARIÁVEL	53.336	75.761
Grupamento “B” SOLDADO DO EFETIVO VARIÁVEL	4.023	
Grupamento “C” Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)	2.155	
Grupamento “D” Atiradores de Tiro de Guerra	15.083	
Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários	1.164	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão: 13 JAN 26

EFETIVO DO SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
OFICIAL COMBATENTE TEMPORÁRIO	651	4.651
OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO	857	
CABO	839	
SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO	1.942	
MÉDICOS, DENTISTAS, FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	362	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão: 13 JAN 26

3.6.4.3 SERVIDORES CIVIS

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a qual prevê, no seu inciso I do art. 8º, a nomeação como forma de provimento de cargo público, que depende de prévia habilitação em concurso público.

Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a criação de cargos efetivos, bem como a autorização para a realização de concursos e nomeação de candidatos.

3.6.5 REMUNERAÇÃO

A Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, reestruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de oficiais e praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial. Durante o ano de 2025, foram cumpridas todas as ações previstas na Lei nº 13.954/2019.

Em geral, a remuneração dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo é constituída de vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (arts. 41 e 49 da Lei nº 8.112/1990).

Outras informações sobre remuneração estão disponíveis em: <https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/servidores>.

3.6.6 PROMOÇÕES DE MILITARES NO EXÉRCITO

Os planos de carreira estão materializados em leis, decretos e portarias que têm por finalidade estabelecer uma sistemática de promoções de militares das armas, quadros e serviços com base no mérito individual do militar e de acordo com seu tempo no posto ou na graduação.

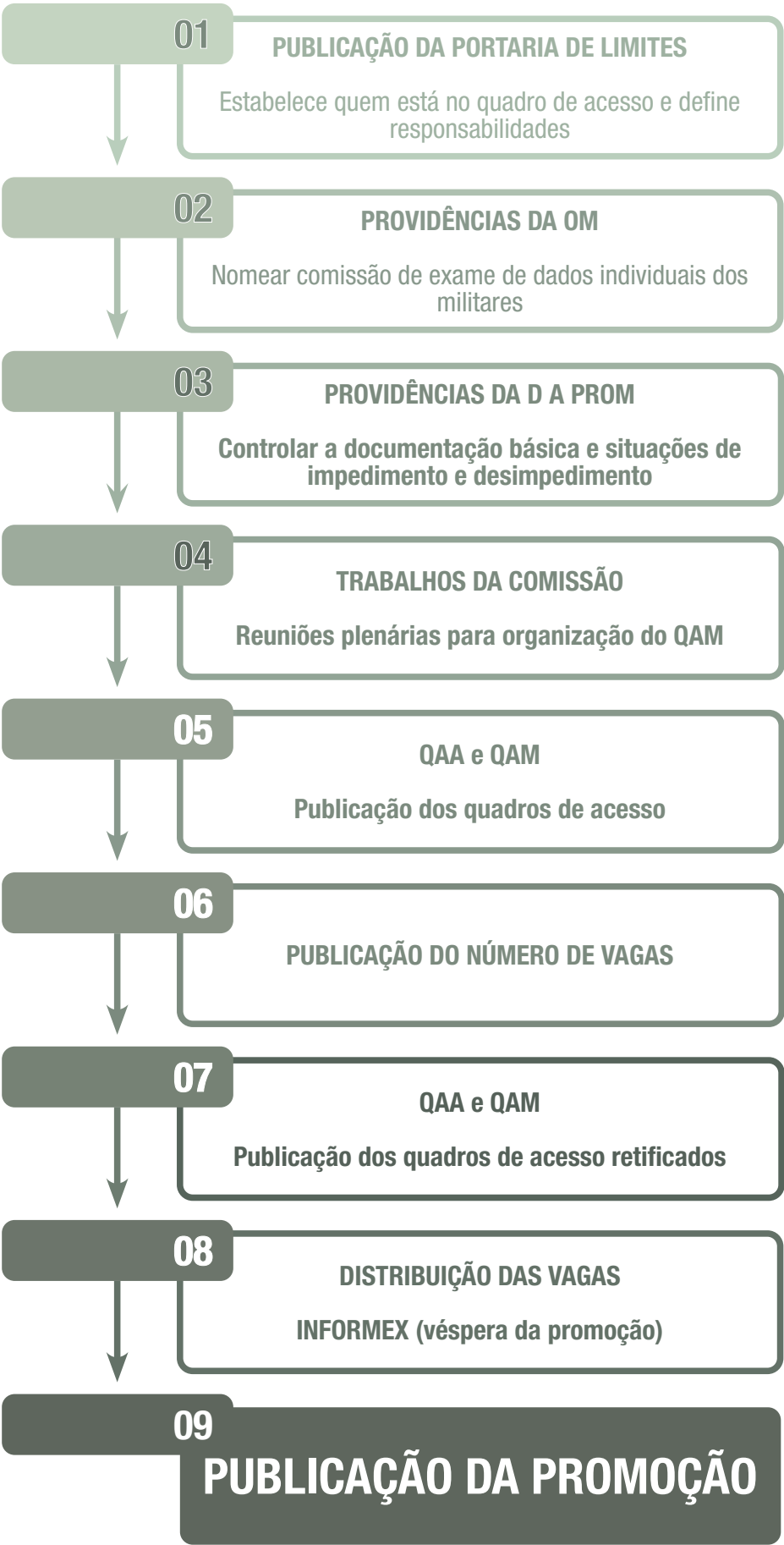
Para as promoções dos militares, são organizados Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Quadros de Acesso por Merecimento (QAM). Ademais, para as promoções aos postos de Oficiais-Generais, são organizados os Quadros de Acesso por Escolha (QAE). Tais quadros consideram a antiguidade e o merecimento dos militares habilitados.

Para a organização dos Quadros de Acesso (QA), há 3 (três) Comissões de Promoções:

- a. Comissão de Promoção de Oficiais (CPO);
- b. Comissão de Promoção do Quadro Auxiliar de Oficiais (CP-QAO); e
- c. Comissão de Promoção de Sargentos (CPS).

As comissões de promoções avaliam o mérito, as qualidades e os requisitos peculiares exigidos para a promoção, observando as prescrições contidas na legislação. Após tal avaliação, as mencionadas Comissões propõem a organização dos respectivos QA, pelos critérios de merecimento e de antiguidade, submetendo-os à aprovação do Comandante do Exército, no caso da promoção de oficiais, e do Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, no caso da promoção de subtenentes e sargentos.

PROCESSO DE PROMOÇÃO DE MILITARES



Fonte: DGP/DAProm, 2025



Foto: Acervo do CCOMSEX

3.6.7 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema de Saúde do Exército atende, aproximadamente, 660 mil beneficiários, contemplando militares, dependentes e pensionistas, bem como prestando assistência à saúde aos ex-combatentes, assistência de saúde suplementar aos servidores civis do Exército, pensionistas dos servidores civis e seus respectivos dependentes.

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede própria de atendimento por meio de 63 (sessenta e três) unidades de saúde, distribuídas por todo o território nacional.

No ano de 2025, foram emitidos 5.697.151 Comprovantes de Despesas Médicas, gerando o valor relativo à produção interna de R\$ 1.052.734.041,79 bilhão (Fonte: Sistema de Registro de Encaminhamentos - SIRE).

Com o objetivo de ampliar a rede de atendimento à família militar por todo o País e, concomitantemente, reduzir os gastos com encaminhamentos às Organizações Civis de Saúde e Prestadores de Serviço Autônomos, otimizando a utilização de recursos públicos, o Exército vem desenvolvendo, via Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército, estudos para a implementação de projetos de aquisição de equipamentos e materiais médico-hospitalares.

O SISTEMA DE SAÚDE EM NÚMEROS

	BENEFICIÁRIOS Sistema de Saúde do Exército apoia 659.797 beneficiários (FuSEx, Ex-Combatentes, Prestação de Assistência à Saúde Suplementar- PASS e isentos).
	COMPROVANTES DE DESPESAS MÉDICAS Foram emitidos 5.697.151, gerando a produção interna de R\$ 1,05 bilhão. (*)
	ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SAÚDE 63 distribuídas por todo o Brasil, dentro dos C Mil A.
	UG FUSEX (FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO) 142, sendo 58 OMS e 84 não OMS.
	INSUMOS PARA ATENDIMENTOS INTERNOS Os gastos com insumos para atendimentos internos nas OMS e UG FuSEx foram de R\$ 931,35 milhões.
	GASTOS COM ENCAMINHAMENTOS O gasto total auditado com encaminhamento foi de R\$ 1,5 bilhão, sendo emitidas 1.947.674 Guias de Encaminhamento.
	GASTOS COM ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS R\$ 113,84 milhões.
	CONTRATOS HOSPITALARES E FUNCIONAMENTO O gasto total com contratos e funcionamento das OMS e UG FuSEx foi de R\$ 304,6 milhões.
	OBRAS E INFRAESTRUTURA Foram investidos cerca de R\$ 161 milhões em equipamentos e adaptações estruturais nas OMS.
	MEDICAMENTOS ONCOLÓGICOS E ALTO CUSTO O total com medicamentos oncológicos e de alto custo foi de R\$ 292,59 milhões.

Fonte: DGP; SIRE e Gestão Tesouro Ação 2004.
(*) Comprovantes de Despesas Médicas (CDM) são os atendimentos realizados em OMS, gerando uma economia ao não encaminhar para as Organizações Civis de Saúde (OCS).

3.6.8 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A VETERANOS E PENSIONISTAS

O DGP tem a responsabilidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas ao Serviço de Inativos e Pensionistas e ao Sistema de Assistência Social do Exército. Para isso, diversos programas são desenvolvidos.

Na área de veteranos e pensionistas, o Programa Irmãos de Armas (PIA) visa alocar recursos financeiros para ampliar, reformar, modernizar e reaparelhar as instalações de atendimento. Foram atendidas 83 (oitenta e três) Organizações Militares que possuem Seção de Veteranos e Pensionistas.

Na área de assistência social, os programas previstos no Plano de Assistência Social do Exército (PASEx) são desenvolvidos por quadriênios, estabelecendo eixos de atuação e ações socioassistenciais, que são monitoradas e avaliadas, anualmente, em conformidade com os Planos Regionais de Assistência Social.

Para o quadriênio 2023-2026, foram estabelecidos 3 (três) Programas. São eles:

PROGRAMA VALORIZAÇÃO DA VIDA E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO



VALORIZAÇÃO DA VIDA

Tem o objetivo de proporcionar aos militares da ativa e veteranos, aos servidores civis, ativos e aposentados, aos seus dependentes e aos pensionistas uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à prevenção, à superação e ao enfrentamento das vulnerabilidades prolongadas e temporárias, que podem afetar a saúde mental.

Dentro do Programa de Valorização da Vida, o DGP elaborou o Caderno de Orientação para a prevenção ao vício em telas e tecnologias digitais, com a finalidade de ampliar a consciência acerca das questões envolvidas no uso excessivo de telas e tecnologias digitais, junto ao público-alvo das ações socioassistenciais.



PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA



PREVENÇÃO A ESTADOS MENTAIS DE RISCO



PREVENÇÃO AO SUICÍDIO



SAÚDE MENTAL



PREVENÇÃO AO VÍCIO EM APOSTAS



PREVENÇÃO AO VÍCIO EM TELAS

PROGRAMA APOIO À FAMÍLIA MILITAR E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO



APOIO À FAMÍLIA MILITAR

Tem o objetivo de proporcionar à família militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, que permeia atividades e demandas que chegam à assistência social do Exército.



APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA



MEIOS DE HOSPEDAGEM



EQUOTERAPIA



ÁREA DE LAZER



APOIO ÀS MISSÕES ESPECIAIS



PREPARAÇÃO PARA A RESERVA



APOIO SOCIOECONÔMICO

PROGRAMA AMBIENTE SEGURO E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO



AMBIENTE SEGURO

Tem o objetivo de proporcionar à família militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à promoção de um ambiente seguro no trabalho e no lar.



FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA MILITAR



PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



EDUCAÇÃO FINANCEIRA



ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

Dentro do Programa Ambiente Seguro, o DGP elaborou o caderno de orientação para a Capacitação Conheça, Instrua e Acolha (CIA), com o compromisso de promover diretrizes claras e procedimentos eficazes para prevenir o assédio sexual, o assédio moral e a discriminação no âmbito das Organizações Militares (OM).



PREVENÇÃO AO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL

3.6.9 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DE PESSOAL

Nº	DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R\$)	UTILIZADOS (R\$)	TAXA DE EXECUÇÃO
1	Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos	700.000,00	699.991,23	99,98%
2	Atenção à Saúde de populações ribeirinhas e de áreas remotas	947.825,87	947.825,87	100%
3	Aprestamento das Forças ⁽¹⁾	17.903,00	17.902,46	99,99%
4	Apoio à residência em Saúde	3.252.023,39	3.252.023,39	100%
5	Seleção para o Serviço Militar e apresentação da reserva em disponibilidade	4.619.741,00	4.619.557,89	99,99%
6	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	6.211.368,87	6.210.691,77	99,99%
7	Pagamento INFRAERO ⁽²⁾	8.688.930,46	8.688.930,46	100%
8	Estruturação e modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	14.169.561,43	14.169.561,43	100%
9	Administração da Unidade ⁽³⁾	42.406.986,19	42.406.986,18	100%
10	Produção de micofenolato ⁽⁴⁾	15.480.517,42	15.480.517,42	100%
11	Movimentação de militares	698.078.831,00	698.078.831,00	100%
12	Benefícios obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes/ Auxílio-moradia no exterior	1.179.673.208,00	1.179.673.208,00	100%
13	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.923.989.991,00	2.923.989.248,00	100%
TOTAL		4.898.236.887,63	4.898.235.275,10	99,99%

(1) Recurso da AO 21AO para atender despesas do PO 000k e 000M, que correspondem à pesquisa em Biossegurança e Força da Nossa Força, respectivamente.

(2) Refere-se à folha de pagamento de empregados públicos cedidos ao Exército.

(3) Estes recursos atendem à OM/OMS do EB.

(4) Trata-se de recurso federal para produção de medicamento no LQFEX para o governo.

3.6.10 AÇÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que tem por finalidade definir as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas às punições disciplinares, ao comportamento dos militares, aos recursos e às recompensas, estando disponível no link: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/702>.

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, que seja ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, conforme o RDE.

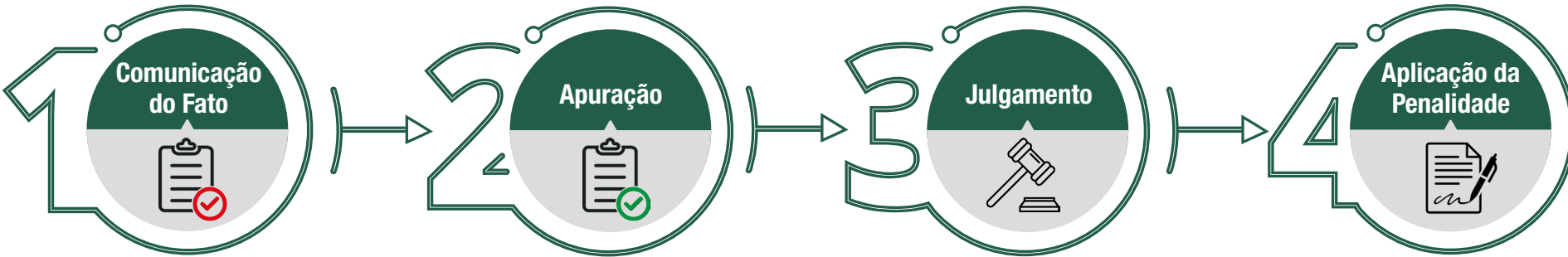
No Exército, a apuração e a responsabilização de transgressões disciplinares são realizadas em todos os níveis da estrutura de comando, chefia e direção das organizações militares (OM), conforme prevê a base normativa.

Nesse contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), também, o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, de seleção e de promoção dos militares.

As atividades de responsabilização de militares subdividem-se em duas vertentes: casos relacionados à disciplina militar; e os de violações de caráter ético-moral.

No que diz respeito aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de responsabilização próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina, e têm como objetivo a apuração de transgressão disciplinar.

A aplicação da punição disciplinar visa à preservação da disciplina e tem caráter educativo.



Quanto às violações de caráter ético-moral, as condutas consideradas antiéticas praticadas por militares têm seus julgamentos realizados por intermédio de Tribunais de Honra: Conselhos de Justificação (julgamento de oficiais - Lei nº 5.836, de 5 DEZ 72); e Conselhos de Disciplina (julgamento de praças - Decreto nº 71.500/72).

TRIBUNAIS DE HONRA INSTAURADOS EM 2025

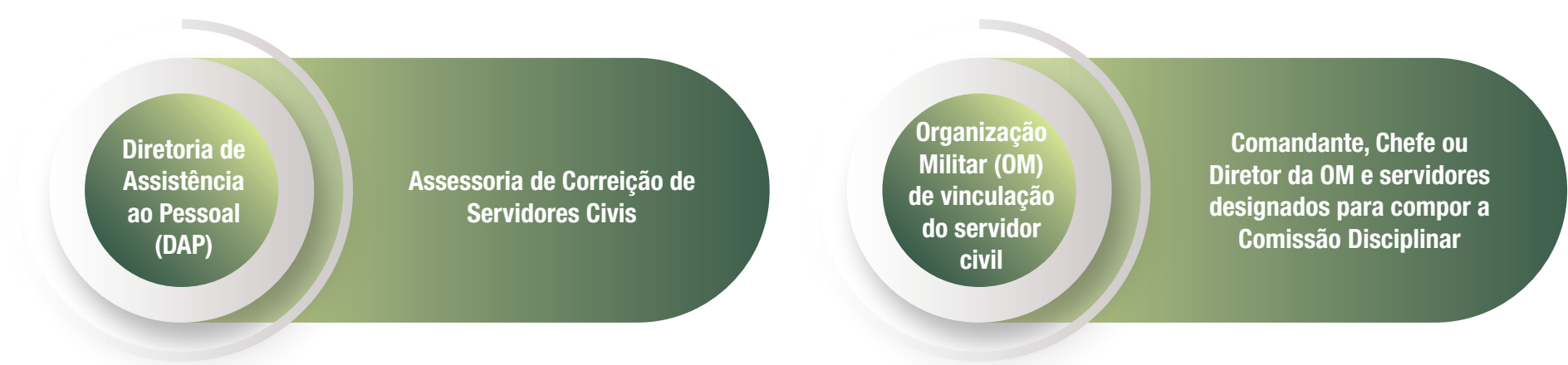
TIPO	POSTO/GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	18
Conselho de Justificação	Oficiais	6

Fonte: DGP, 2025

3.6.11 AÇÕES DE CORREIÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição e responsabilização relacionadas aos servidores civis, pertencentes aos Quadros e Tabelas do Comando do Exército, são coordenadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (sindicância e processo administrativo disciplinar – PAD), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (ePAD), são realizados de forma centralizada, pelo DGP, à exceção das demissões e da penalidade de suspensão superiores a 30 (trinta) dias, cujos registros de julgamento são efetuados no Gabinete do Comandante do Exército.



SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS AOS SERVIDORES CIVIS EM 2025 (ÂMBITO EB)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Demissão	1
TOTAL EXPULSIVA (A)	1
Suspensão	0
Advertência	0
TOTAL NÃO EXPULSIVA (B)	0
TOTAL GERAL (A+B)	1

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (ePAD): 31 DEZ 25

Os procedimentos correccionais de menor gravidade e suas respectivas sanções (sindicâncias que resultam em advertência e suspensão de até 30 dias) por serem instaurados e julgados nas OM de lotação dos servidores, são cadastrados pela Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) no ePAD, após o recebimento dos respectivos autos.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS SANÇÕES APLICADAS (ART. 116 E 117 DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto ou repartição	1
TOTAL GERAL	1

Fonte:sistema de gestão de processos disciplinares (ePAD)



Foto: Acervo do CCOMSEX

3.7 EDUCAÇÃO E CULTURA

3.7.1 INTRODUÇÃO

A Gestão da Educação e Cultura é um macroprocesso constante da CVA- EB, que envolve os processos de Formação e Capacitação do Profissional Militar, a Pesquisa Técnico-Científica Militar, a Educação Preparatória e Assistencial e a Capacitação Física e Desporto.

A Gestão da Educação tem como finalidade a qualificação dos recursos humanos, o aperfeiçoamento da liderança militar e, por fim, a higidez física dos militares da Força Terrestre (F Ter). Os cursos e programas de pós-graduação, lato e stricto sensu, das Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP) do EB contribuem com a capacitação dos militares da Força, atendendo às necessidades institucionais, bem como com o desenvolvimento das Ciências Militares, os estudos em Defesa Nacional para a sociedade e o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Destacando-se o Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e o Instituto Militar de Engenharia (IME).

A Gestão da Cultura abrange o processo de Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, que tem como objetivo principal a preservação e difusão do patrimônio histórico e artístico-cultural de interesse do Exército, bem como dos valores e das tradições militares.

No PEEEx, o OEE 7 – Obter Prontidão Tecnológica – que tem o DCT como gestor, contempla ações voltadas ao aprimoramento da formação militar e da capacitação técnica dos engenheiros militares. Já o OEE 8 - Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física – gerido pelo DECEEx, busca melhorar o desenvolvimento das competências essenciais ao desempenho de cargos, em consonância com o plano de carreira, bem como o desenvolvimento e a internalização da liderança e dos valores militares. Visa, também, aprimorar a gestão e a preservação do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, e as atividades de ensino e pesquisa, além do desenvolvimento e da manutenção da capacidade física e do desporto, no âmbito do Exército.

3.7.2 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL MILITAR

3.7.2.1 FORMAÇÃO MILITAR

A formação militar de oficiais e sargentos do Exército proporciona a qualificação inicial e básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade nos respectivos segmentos da carreira militar.

Para tal, o ensino no Exército é autônomo, possuindo características próprias com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei de Ensino do Exército, estando integrado à educação nacional com certificações, diplomações e titulações próprias e equivalentes aos níveis de ensino do sistema nacional.

Em 2025, foram formados 2.838 militares, entre oficiais e praças, pelas diversas escolas de formação do Exército, conforme tabelas a seguir:

FORMAÇÃO DE OFICIAIS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	EM FORMAÇÃO (2025)	FORMADOS (2025)	UTILIZADOS (R\$)
Academia Militar das Agulhas Negras	Formação dos oficiais de carreira da Linha de Ensino Militar Bélico.	1.610*	389	10.841.520,38
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército	Formação dos oficiais de carreira das Linha de Ensino Militar Complementar e de Saúde.	120	108	4.630.495,92
Escola Preparatória de Cadetes do Exército	Formação dos oficiais de carreira da Linha de Ensino Militar Bélico.	450	401	2.106.038,25
Instituto Militar de Engenharia	Formação de engenheiros militares e civis em diversas áreas da Engenharia, além de realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.	476**	122	9.558.768,66
TOTAL		2.656	1.020	27.136.823,21

*Referente aos 4 anos de formação.
**Referente aos 5 anos de formação (IME).

Fonte: DECEX e DCT, 2025.



Formatura de entrega do espadim na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende/RJ.
Fonte: Acervo do CCOMSEx.

FORMAÇÃO DE SARGENTOS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	EM FORMAÇÃO (2025)	FORMADOS (2025)	UTILIZADOS (R\$)
Escola de Sargentos das Armas	Formação dos sargentos de carreira, habilitados para ocupar cargos e desempenhar funções de terceiro-sargento e segundo-sargento não aperfeiçoado.	532	504	2.849.409,85
Escola de Sargentos de Logística	Formação dos sargentos de carreira, habilitados para ocupar cargos e desempenhar funções de terceiro-sargento e segundo-sargento não aperfeiçoado.	369	358	1.020.194,64
Unidades Escolares Tecnológicas do Exército	Conduzir o 1º ano do Curso de Formação e Graduação de Sargentos (CFGs).	1.065	925	2.631.789,76
Centro de Instrução de Aviação do Exército	Formação dos sargentos de carreira, habilitados para ocupar cargos e desempenhar funções de terceiro-sargento e segundo-sargento não aperfeiçoado.	32	31	983.370,17
TOTAL		1.988	1.818	7.484.764,42

Fonte: DECEX, 2025.



Formatura na Escola de Sargentos das Armas, Três Corações/MG.
Foto: Acervo do CCOMSEX.

3.7.2.2 CAPACITAÇÃO MILITAR

A capacitação continuada, por meio do aperfeiçoamento, dos altos estudos e da especialização, é imperativa ao profissional militar como condição para serem desenvolvidas, por toda a carreira, as competências necessárias à ocupação de cargos e ao desempenho de funções. Contribui, também, para habilitar o militar a fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam ao EB no mundo contemporâneo e, em especial, ao desenvolvimento permanente da liderança, dos valores, da ética e dos deveres militares.

CAPACITAÇÃO MILITAR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CATEGORIA DA CAPACITAÇÃO	MATRICULADOS/EM FORMAÇÃO (2025)	FORMADOS (2025)	UTILIZADOS (R\$)
Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas	Aperfeiçoamento	971	933	1.069.157,26
Escola de Instrução Especializada	Aperfeiçoamento	337	228	1.617.247,45
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	Aperfeiçoamento	1.066	568	5.549.127,10
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	Altos Estudos	313	174	11.316.230,50
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército	Especialização	120	108	4.630.495,92
Escola de Sargentos de Logística	Especialização	85	69	73.480,00
Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea	Especialização	79	77	703.800,75
Centro de Estudos de Pessoal/Forte Duque de Caixas	Especialização	97	95	1.747.354,00
Centro de Idiomas do Exército	Especialização	142	137	194.300,00
Centro de Educação a Distância do Exército	Especialização	97	95	354.636,00
Escola de Instrução Especializada	Especialização	2.304	1.903	1.617.247,45
Escola de Educação Física do Exército	Especialização	76	76	3.229.679,24
Escola de Equitação do Exército	Especialização	30	30	531.846,31
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil	Especialização	201	195	2.418.947,26
27 Organizações Militares Vinculadas ¹	Especialização	1.744	1.487	5.740.821,24
TOTAL		7.662	6.175	40.794.370,48

Fonte: DECEx, 2025.

(1) As Organizações Militares (OM) vinculadas ao SECEx são as seguintes: 1º Batalhão de Operações Psicológicas, 1º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Centro de Geoinformação, 3º Batalhão de Polícia do Exército, 4º Batalhão de Polícia do Exército, 9º Batalhão de Manutenção, 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Centro de Adestramento Leste, Centro de Adestramento Sul, Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, Centro de Instrução de Aviação do Exército, Centro de Instrução de Blindados, Centro de Instrução de Engenharia do 2º Batalhão Ferroviário, Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro de Instrução de Guerra na Selva, Centro de Instrução de Operações Especiais, Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17º Batalhão de Fronteira, Centro de Instrução de Operações na Caatinga do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, Centro de Instrução de Operações Urbanas do 28º Batalhão de Infantaria Leve, Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, Escola Nacional de Defesa Cibernética, Escola de Comunicações, Escola de Inteligência Militar do Exército e Instituto de Economia e Finanças do Exército.



Formatura na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, Cruz Alta/RS.
Foto: Acervo do CCOMSEX.

3.7.3 PESQUISA TÉCNICO-CIENTÍFICA MILITAR

A pesquisa científica acadêmica no Exército é regulada e avaliada por um sistema próprio com padrão de qualidade compatível e similar ao utilizado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Destacam-se o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME/IMM, com nota 5 na avaliação realizada pela CAPES, do Ministério da Educação; e o Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais do Instituto Militar de Engenharia (IME), que possui avaliação 7, nota máxima para um programa de doutorado no País.

Em 2025, o Instituto Militar de Engenharia (IME), por meio das pesquisas científicas desenvolvidas, entregou à sociedade novas tecnologias com alta maturidade, dentre as quais podemos citar a operação coordenada de enxame de drones e o Sistema de Cooperação em Desastres (SICODE), para a gestão de ações de ajuda humanitária internacional.

Adicionalmente, em 2025, o IME celebrou a aprovação de três novos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em nível de Doutorado, que possibilitou a ampliação do portfólio em áreas estratégicas como Engenharia de Transporte, Engenharia Elétrica e Engenharia Nuclear, alinhando inovação tecnológica às demandas operacionais da Força Terrestre.

Além disso, o IME liderou a implantação do Instituto de Pesquisa do Exército na Amazônia (IPEAM), que visa à pesquisa voltada às necessidades específicas daquela região do País, priorizando IA, quântica, biotecnologia e energia renovável.

Cumprе destacar a execução do Programa Pró-Pesquisa do DECEx, com 13 projetos de pesquisa aprovados em 2025, em apoio às Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP), que fomenta e fortalece o ciclo da produção científica acadêmica nas áreas de interesse da F Ter, quais sejam: estudos doutrinários, liderança militar, capacitação física, simulação, emprego de novas tecnologias no ensino, desafios geopolíticos para dissuasão extrarregional e regionalização de rações operacionais.

Na área da capacitação física, o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx) e a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) conduzem estudos científicos de interesse do EB direcionados para aprimorar a eficiência operacional da F Ter.

PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA MILITAR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	LATO SENSU	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO	UTILIZADOS (R\$)
Instituto Meira Matos	198	11	09	06	4.329.027,93
Instituto Militar de Engenharia	59	59	24	16	12.566.902,74
Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais	05	13	04	00	531.929,31
Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército e Escola de Educação Física do Exército	14	03	00	00	0*
TOTAL	276	86	37	22	17.507.859,98

*os cursos de nível Lato Sensu e Stricto Sensu foram realizados em instituições públicas, sem custo para o Exército.

De forma a se adequar às atuais demandas do Exército, o IME vem passando por um processo de transformação no tocante à pós-graduação e à sua participação nos processos de desenvolvimento tecnológico. Empregando o conceito de escola empreendedora e escola corporativa, passou-se a realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além das tradicionais contribuições nas áreas de pesquisa básica e pesquisa aplicada.

Nessa nova conjuntura, o Instituto passou a contar com recursos de fomento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).



Laboratório de mecatrônica no IME.
Foto: Acervo do CCOMSEX.

3.7.4 EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL

O EB possui 15 colégios militares (CM), que formam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Eles são OM que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender às vertentes da educação preparatória e assistencial.

A educação no SCMB está fundamentada nos valores e nas tradições do EB, visando à formação do cidadão com competências que superam os ensinamentos nas salas de aula. A proposta pedagógica do SCMB está baseada nos princípios gerais e nos preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173) - acessível em <http://www.depa.eb.mil.br/documentos/legislacao>.

EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	ALUNOS ATENDIDOS	UTILIZADOS (R\$)
Colégios Militares	Ministrar a educação básica, no nível fundamental II, do 6º ao 9º ano, e no ensino médio (1º ao 3º ano), em consonância com a legislação federal da educação nacional, obedecendo às leis e aos regulamentos em vigor, inseridos em um ambiente de valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro; tudo visando à formação do cidadão e ao despertar de vocações para a carreira militar.	14.690	22.798.960,87

Fonte: DECEX, 2025.



3.7.5 GESTÃO DA CAPACITAÇÃO FÍSICA E DO DESPORTO

A gestão da capacitação física no Exército é fundamental para a manutenção da higidez da tropa e para o fortalecimento do espírito de corpo em todos os escalões da F Ter. Ela se desenvolve por meio de ações integradas de qualificação de recursos humanos, de desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação, da organização e participação em competições nacionais e internacionais e de normatização e difusão de conhecimentos relacionados às suas áreas de atuação.

O Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) foi criado em 2008, com a finalidade de aumentar a representatividade do Brasil em competições militares e civis. Desde sua criação, o PAAR já apoiou 763 atletas, reafirmando o compromisso da Instituição com o desporto nacional.

O Programa tem como objetivos principais representar o Exército em competições nacionais e internacionais, transferir conhecimento e motivação para os militares, elevar o nome da Força no Brasil e no exterior, além de contribuir para o desenvolvimento do desporto no País. A Comissão de Desportos do Exército (CDE) utiliza o desporto como ferramenta para desenvolver valores, promover a saúde e unir pessoas. Atualmente, fazem parte do PAAR do Exército 191 atletas, sendo 159 sargentos, 4 cabos e 28 soldados.

O PAAR reafirma o compromisso do Exército Brasileiro em apoiar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e elevar o nome do Brasil no cenário esportivo mundial, integrando o Exército Brasileiro com a sociedade.

RESULTADOS DA CAPACITAÇÃO FÍSICA E DO DESPORTO

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Curso de Instrutor de Educação Física do Exército	3.229.679,24	36 militares capacitados
Curso de Monitor de Educação Física do Exército		32 militares capacitados
Curso de Mestre D'Armas		08 militares capacitados
Curso de Equitação do Exército	531.846,31	30 militares capacitados (18 no curso de Instrutor de Equitação e 12 no curso de Monitor de Equitação)
Desenvolvimento do desporto nacional e militar (programa de atletas de alto rendimento)	339.000,00	- 442 atletas atendidos em 2025. - 4 medalhas de ouro e 1 de bronze conquistadas no Campeonato Mundial Militar de Judô. - 4º lugar por equipe no Campeonato Mundial Militar de Tiro Esportivo. - 4º lugar por equipe no Campeonato Mundial Militar de Hipismo. - Participação no Campeonato Mundial Militar de Esgrima. - 1 medalha de bronze Formação em Queda Livre conquistada no Campeonato Mundial Militar de Paraquedismo. - 5º lugar no Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Moderno. - Participação nos Jogos Militares de Inverno (Escalada Esportiva). - 4 medalhas de ouro, 3 medalhas de prata e 1 medalha de bronze conquistadas no Campeonato Europeu de Pentatlo Militar.
TOTAL	4.100.525,55	

Fonte: DECEx, 2025.

3.7.6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Sistema Cultural do Exército (SisCEx), composto por 167 espaços culturais espalhados em todo o território nacional, depositário do rico, amplo e valioso patrimônio histórico e cultural da Instituição, material e imaterial, traduzido em costumes e tradições, em crenças e valores, em ações históricas e quotidianas.

RESULTADOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R\$)	RESULTADOS
Atividades de conservação do patrimônio cultural	1.820.120,46	Apoio às atividades do Arquivo Histórico do Exército, da Biblioteca do Exército, do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e do Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana
Divulgação do patrimônio cultural	909.113,52	Apoio às atividades culturais da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Manutenção, conservação e modernização de espaços culturais	537.964,08	Apoio a 34 (tinta e quatro) espaços culturais
TOTAL	3.267.198,06	

Fonte: DECEx, 2025.

3.8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.8.1 INTRODUÇÃO

As atividades de comunicação social do Exército Brasileiro (EB) estão alinhadas ao objetivo estratégico do Exército nº 10 (OEE 10). Este objetivo visa fortalecer a imagem e a reputação da Força de maneira integrada e sinérgica.

A meta é ser percebida pela sociedade como uma instituição moderna, coesa, de alta confiabilidade e com sólidos valores éticos. Além disso, busca-se o reconhecimento de sua elevada capacidade operacional, logística e de gestão, mantendo uma integração constante com a sociedade brasileira.

As prioridades estabelecidas focam na atualização do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx). Isso inclui o aperfeiçoamento contínuo da estrutura de comunicação social e a consolidação do sistema de relações institucionais.

Adicionalmente, busca-se promover a transformação digital dos serviços oferecidos à sociedade e garantir maior transparência nos assuntos institucionais. O objetivo é atender às demandas da população por informações sobre o EB.

O Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) é o órgão responsável pela gestão do Objetivo Estratégico do Exército 10 (OEE 10). Suas atribuições incluem a condução da comunicação institucional e o gerenciamento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-EB), que realiza o atendimento ao público externo.

A gestão das atividades de comunicação social é de responsabilidade da Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército (RESISCOMSEx). Essa rede é formada por agências de comunicação social localizadas em todas as Organizações Militares (OM) no Brasil e nas aditâncias militares no exterior.

Por meio dessa estrutura, o EB informa e esclarece à sociedade acerca das ações realizadas, cumprindo o princípio constitucional da publicidade e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

3.8.2 GESTÃO DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO EB

A comunicação estratégica do Exército Brasileiro é gerida de forma integrada, unindo os esforços do sistema de comunicação social e do sistema de relações institucionais.

A gestão da comunicação social, por sua vez, abrange um conjunto de atividades coordenadas pela Rede do Sistema de Comunicação Social de Exército (RESISCOMSEx). Suas principais fontes de atuação compreendem os processos de produção e divulgação do conteúdo institucional, as relações públicas e relacionamento com a mídia, a administração dos canais de comunicação com a sociedade e do SIC-EB.

Foram obtidos os seguintes resultados:

RESULTADOS DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

ATIVIDADES	UTILIZADO (R\$)	RESULTADOS/BENEFÍCIOS
Produção de Comunicação Social	1.516.345,84	- 60.000 cartazes, 40.000 revistas, 5.000 livros e 250 banners de divulgação institucional. - 105 produtos para a rádio (spots, matérias, programas e podcasts).
Gestão da RESISCOMSEx	102.069,03	- Programa Conheça seu Exército.
TOTAL	1.618.414,87	

Fonte: CCOMSEx, 2025

Ressalta-se, também, 2 campanhas/divulgação realizadas, 4 visitas de orientação técnica (VOT), 7 estágios realizados com 872 militares capacitados e uma audiência mensal superior a 220.000 ouvintes do Sistema Verde-Oliva de Rádio.

A gestão das relações institucionais se dá por intermédio do Sistema de Relações Institucionais. São iniciativas organizacionais que visam estabelecer contato com outras entidades a fim de alcançar os propósitos definidos para o EB.

Trata-se de um esforço na promoção do diálogo para influenciar, de forma legal e legítima, o processo decisório que poderá repercutir na organização, sendo um instrumento essencial da Comunicação Estratégica. O EB possui mais de 50 *stakeholders* cadastrados.

3.8.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Após uma década de atuação estratégica nas principais mídias sociais do País, o EB consolidou um notável nível de maturidade em sua presença virtual.

Para se adaptar às novas dinâmicas das mídias sociais, que exigem respostas imediatas e contínuas (24 horas por dia), o EB adotou a tecnologia MAX, uma plataforma de Inteligência Artificial (IA). Além de otimizar a interação nas redes, essa ferramenta funciona como um canal unificado de atendimento ao cidadão, capaz de centralizar e gerenciar as mais diversas demandas.

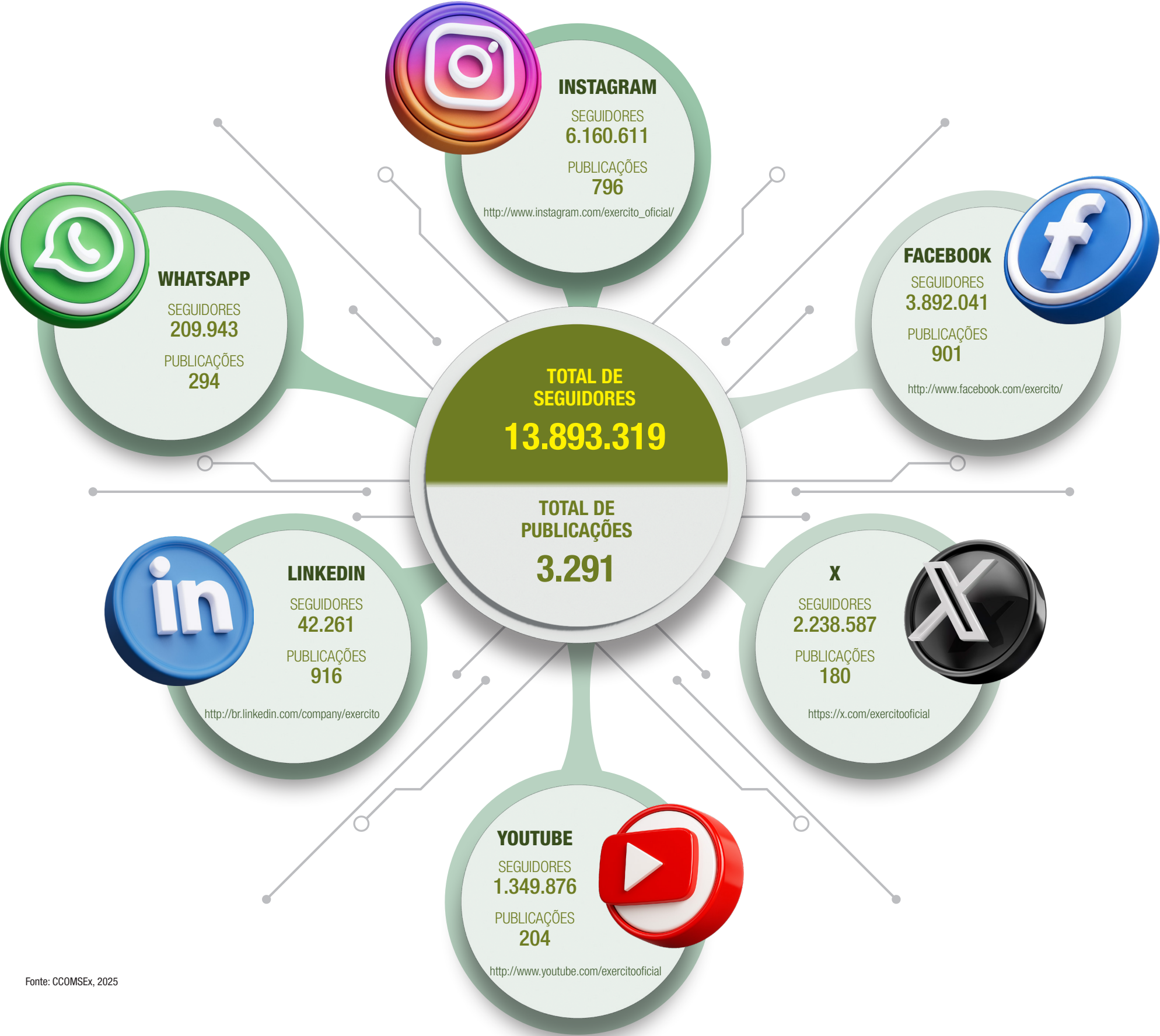
Para facilitar a comunicação com a população e prestar esclarecimentos, também são disponibilizados canais como a Rádio Verde-Oliva, a Carta de Serviços ao Usuário e o Plano de Dados Abertos.

Atualmente, o EB disponibiliza os seguintes canais de comunicação com a sociedade:

PLATAFORMA DIGITAL: PORTAL DO EB

Nº ACESSOS	Nº MATÉRIAS
14.542.849	733

Fonte: CCOMSEx, 2025



Fonte: CCOMSEx, 2025

ATENDIMENTO MEDIADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



USUÁRIOS	MENSAGENS RESPONDIDAS	LINKS CLICADOS
333.115	838.228	256.541

Fonte: CCOMSEx, 2025



MAX

Inteligência Artificial do Exército Brasileiro

PRINCIPAIS ASSUNTOS ATENDIDOS NAS MÍDIAS SOCIAIS

ASSUNTO	TOTAL
SAC	380.000
Serviço Militar	320.000
Ingresso na Força	35.000
Outros	103.228
TOTAL	838.228

Fonte: CCOMSEx, 2025



Simbolização dos produtos criados e gerenciados pelo Centro de Comunicação Social do Exército.

3.8.4 OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

A Ouvidoria tem como missão promover a participação cidadã e a defesa dos direitos dos usuários de serviços prestados pelo EB e propor a adoção de melhoria dos processos do Comando do Exército, a partir das manifestações tipificadas como sugestão e simplifique, reclamação, solicitação, denúncia e elogio, recebidas pelo canal de atendimento à Plataforma FALA.BR, em consonância com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Decreto nº 9.492, de 05 de setembro de 2018, e na Portaria Cmt Ex nº 1.356, de 02 de setembro de 2019. As manifestações são analisadas e respondidas com base nos subsídios recebidos dos órgãos internos superiores da instituição responsáveis por cada área temática no EB ou jurisdição do relato. Cabe, ainda, à Ouvidoria aferir o grau de satisfação do usuário em relação ao serviço oferecido e propor melhorias para o atendimento ao cidadão, além de aprimorar a gestão e a maturidade da Seção, promovendo a transparência e a responsividade da Instituição.

ATENDIMENTOS NA OUVIDORIA

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES	MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS
Reclamação	2.689	2.534
Solicitação	2.091	2.005
Denúncia	1.509	1.469
Sugestão	84	82
Elogio	53	52
Simplifique	6	6
TOTAL	6.432	6.148

(*) 284 manifestações foram arquivadas devido a conteúdo impróprio, inadequado, falta de clareza ou urbanidade.
Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu> e Fala.BR em 31 de dezembro de 2025.

O Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-E) tem como objetivo promover a gestão transparente da informação na Instituição, garantindo à sociedade amplo acesso e divulgação de dados públicos. A base legal para sua atuação é a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), além de outras normas e decretos que asseguram ao cidadão o direito fundamental de acesso a informações públicas.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO SOLICITADOS VIA SIC-EB

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Pedidos respondidos	1.385
Recursos de 1ª instância	216
Recursos de 2ª instância	135
Recursos de 3ª instância	79
Recursos de 4ª instância	32

Fonte: Fala.BR em 31 de dezembro de 2025.

VALORES MILITARES



CIVISMO

Cultuar os símbolos nacionais
Conhecer a história-pátria
Reverenciar os patronos e heróis nacionais
Preservar a memória e os valores cívicos

CAPÍTULO

4

**INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**

CENTAURO II BR



4.1 PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE DEFESA NACIONAL

4.1.1 INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico do Exército está alinhado ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, em especial ao conteúdo do Programa 6112 – Defesa Nacional, que tem como objetivo geral preparar as Forças Armadas. Incluem-se neste programa o desenvolvimento das capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Destarte, a implementação do Programa 6112 - Defesa Nacional visa ao atingimento dos seguintes resultados:

- manter as fronteiras terrestres e das águas jurisdicionais do País, do espaço cibernético e aeroespacial protegidas;
- assegurar a capacidade de pronta resposta e dissuasão;
- equipar as Forças Armadas com equipamentos e tecnologias adequadas e atualizadas; e
- desenvolver a Base Industrial de Defesa.

Nesse contexto, como premissa, o Comando do Exército possui o seu Objetivo Específico 0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para

a defesa do território, estabelecido da seguinte forma: implementar os programas, projetos e sistemas estratégicos, bem como a logística de meios operativos que contribuem para a construção de capacidades militares do Exército Brasileiro.

Para fins de avaliação e medida de desempenho do Objetivo Específico sob gestão da Força Terrestre, é implementado um indicador, uma meta e nove entregas ao longo da tranche 2024-2027, conforme abaixo:

- Indicador do objetivo

8959- Índice de Execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro – IEPEB

- Meta do objetivo

054A - Implantar programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro.

As entregas realizadas permitirão aumentar o poder de combate da Força Terrestre, proporcionando um avanço tecnológico e de sistemas de monitoramento, que ampliará a capacidade operacional do Exército Brasileiro.

4.1.2 ALINHAMENTO DO PEEEx COM O PPA

O PEEEx 2024-2027 está alinhado com o Plano Plurianual 2024-2027, conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

ALINHAMENTO DO PEEx COM O PPA 2025-2027

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
1-APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO	• 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea • 21D2 - Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre • 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército • 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas • 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS • 156M - Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro – PO 0004 - Rearticulação do Exército, exceto na Região Amazônica (Projeto Sentinela da Pátria) e PO 000A - Rearticulação do Exército na Região Amazônica (Projeto Amazônia Protegida)
2-APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA	• 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
3-APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	• 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
4-APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	• 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa – PO 000A - Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre da Força Terrestre
5-APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	• 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa – PO 000N - Gestão e reestruturação do Sistema Logístico Militar Terrestre
6-APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	• 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON • 21D2 - Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre
7-OBTER PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	• 20XE - Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército – PO 000J – Cooperação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico • 20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército - PO 0002 -Atividades referentes à inovação tecnológica, gestão do conhecimento, propriedade intelectual e prospecção tecnológica
8-APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	• 8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro • 156M – PO 000G - Modernização da Infraestrutura de Educação, Cultura e Desporto do Exército • 21GN - Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa • 21GP - Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa • 21GQ - Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa • 21GO - Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa
9-FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA	• 21A0 – PO 000M - Reestruturação do Sistema de Pessoal do Exército - Projeto Setorial Força da Nossa Força
10-FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO	• 4641 - Publicidade de Utilidade Pública • 2000 – PO 000B - Apoio para Atividades de Publicidade e Comunicação Social
11-APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO	• 2000 - Administração da Unidade • 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Fonte: EME, 2025.

4.1.3 RESULTADOS DO PPA EM 2025

As metas do PPA 2024-2027 foram estabelecidas com base nos Programas Estratégicos do Exército, tendo sido elencados alguns Projetos e suas entregas como referenciais de atingimento das metas estabelecidas pelo Comando do Exército para o ciclo, conforme inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

A meta prevista para 2025, objetivando implantar programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro, está estipulada em 51%. Ao final do exercício financeiro, o índice de implantação de programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro alcançou o percentual de 48%.

Em 2025, a execução orçamentária do Programa 6112- Defesa Nacional foi a seguinte:

ANO	RECEBIDOS (R\$)	UTILIZADOS (R\$)	%
2025	3.919.758.692,00	3.863.483.682,03	98,6

Fonte: SIOP. Órgãos: 52121 – CMDO EX; 52904 – Fundo do Exército; 52222 – Fundação Osório; e 52221 – IMBEL.

Os Relatórios de Gestão das entidades vinculadas podem ser acessados nos seguintes links:

- <https://www.imbel.gov.br/index.php/transparencia>; e
- <http://www.fosorio.g12.br/index.php?fosorio=tpconta>.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

4.2.1 INTRODUÇÃO

Em 2025, apesar dos esforços de planejamento e gestão, os contingenciamentos e bloqueios de dotações orçamentárias impuseram restrições significativas ao fluxo orçamentário e financeiro da Força. Esses entraves impactaram diretamente nos limites de movimentação de empenho e de pagamento e representaram desafios relevantes para a manutenção das atividades finalísticas e administrativas do Exército Brasileiro (EB). Ainda assim, por meio de medidas de ajuste, priorização e controle rigoroso dos gastos, foi possível minimizar os efeitos negativos e garantir a continuidade dos compromissos institucionais essenciais.

Da mesma forma que o observado em 2024, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual do exercício de 2025 (PLOA-2025), a proposta inicial apresentada pelo EB, no tocante às despesas discricionárias e vinculadas ao Plano Estratégico do Exército (PEEx), sofreu reduções, resultando, por ocasião da sanção

da LOA-2025, em um corte de R\$ 248,12 milhões, sendo R\$ 65,31 milhões em despesas discricionárias e R\$ 182,81 milhões em despesas vinculadas ao PEEx. Esse corte foi minimizado com a aprovação de Emendas Parlamentares, em um total de R\$ 95,37 milhões, bem como a Lei Complementar nº 221, de 18 de novembro de 2025.

No atual exercício, o EB contou com um orçamento de R\$ 60,04 bilhões, distribuído majoritariamente entre os programas 0032 – Gestão e Manutenção do Poder Executivo, com R\$ 55,99 bilhões, e 6112 – Defesa Nacional, com R\$ 3,91 bilhões, conforme estabelecido na LOA. Esses recursos abrangeram tanto despesas obrigatórias quanto discricionárias, além de contemplarem os projetos estratégicos da Força e as emendas parlamentares. A seguir, apresenta-se a composição do orçamento do Exército por programa, no exercício:

PROGRAMA	DOTAÇÃO FINAL (R\$)	%
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	55.996.610.331,00	93,25%
6112 - Defesa Nacional	3.919.758.692,00	6,53%
0901 - Operações Especiais – Sentenças Judiciais	61.788.930,00	0,10%
0909 - Operações Especiais – Outros Encargos	63.816.874,00	0,11%
6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional	5.080.877,00	0,01%
TOTAL	60.047.055.704,00	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em 19 JAN 26.

4.2.2 PROGRAMA DEFESA NACIONAL

O Programa Defesa Nacional, Programa 6112, objetiva preparar as Forças Armadas, ao desenvolver as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Em 2025, foram alocados R\$ 3,91 bilhões ao Programa 6112 – Defesa Nacional, destinados a despesas obrigatórias e discricionárias. Esses recursos proporcionaram o funcionamento das atividades de aprestamento, logística, ciência e tecnologia, ensino, obras e apoio administrativo. A seguir, apresenta-se a distribuição detalhada dos recursos no âmbito do referido programa, ao longo do exercício:

RESULTADO PRIMÁRIO (RP)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)
Despesas Obrigatórias (RP 1)	763.078.831,00
Despesas Discricionárias (RP 2)	1.437.867.838,00
Despesas Discricionárias – Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)	1.659.925.801,00
Despesas Discricionárias – Emendas (RP 6 e 7)	58.886.222,00
TOTAL	3.919.758.692,00

Fonte: SIOP, em 19 JAN 26.

4.2.3 DESTAQUES RECEBIDOS

Em 2025, o EB recebeu de outros órgãos federais, a título de destaque, o montante aproximado de R\$ 954,87 milhões. Esses recursos foram aplicados em ações subsidiárias, como as Operações Acolhida, Carro-Pipa, Catrimani II e em obras de cooperação e desenvolvimento tecnológico, além de despesas com organização e realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), todas por meio de instrumentos de parceria voltados ao fortalecimento da infraestrutura nacional e à promoção do desenvolvimento do País.

Destaca-se, nesse contexto, a atuação do Exército na Operação Catrimani II, uma nova fase das ações de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, com o objetivo de proteger as comunidades locais e preservar a soberania e o meio ambiente na região amazônica. A seguir, apresenta-se a distribuição detalhada dos recursos de destaques recebidos:

AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	%
Operação Carro-Pipa	594.469.632,94	100%
Operação Catrimani II	64.399.372,07	100%
Defesa Cibernética (1)	52.613.708,89	100%
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	68.409.883,68	100%
Operação Acolhida	14.474.793,48	100%
COP 30	18.274.946,82	100%
Outras atividades	142.229.564,34	100%
TOTAL	954.871.902,22	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 19 JAN 26.
(1) Não foram considerados os valores referentes a recursos transferidos provenientes do Ministério da Defesa destinados à Marinha do Brasil e à Força Aérea Brasileira, no montante de R\$ 13.601.933,01.

4.2.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A análise dos objetivos, das metas e dos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), bem como dos resultados de gestão estratégica apresentados no Capítulo 2, evidencia que a Instituição conduziu sua gestão orçamentária com foco no cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e de sua missão constitucional. O desempenho orçamentário foi expressivo, com a execução de quase toda a dotação prevista na LOA.

Mesmo diante de um orçamento inferior às necessidades reais, a aplicação de boas práticas de gestão e governança pública tem se refletido na evolução positiva dos resultados estratégicos, demonstrando compromisso com a eficiência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

4.2.4.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

Apresenta-se, a seguir, um quadro contendo as despesas com pessoal e encargos sociais, gastos com custeio essenciais para a manutenção das atividades operacionais e administrativas, os investimentos voltados ao fortalecimento da capacidade operacional e à modernização da Força.

NATUREZA DA DESPESA	RECEBIDO (R\$)	UTILIZADO (R\$)	TAXA DE EXECUÇÃO (%)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.601.235.644,00	49.469.744.902,85	99,73%
CUSTEIO	7.924.301.490,00	7.899.607.655,25	99,69%
INVESTIMENTOS	2.521.518.570,00	2.473.264.053,32	98,09%
TOTAL	60.047.055.704,00	59.842.616.611,42	99,66%

Fonte: SIOP, em 19 JAN 26.

4.2.4.2 DESPESAS DE CUSTEIO

Os recursos efetivamente utilizados com as despesas de custeio, notadamente nos elementos “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, “Material de Consumo” e “Indenizações e Restituições”, alcançaram o montante de R\$ 7,90 bilhões, conforme demonstrado na planilha a seguir. Esse volume expressivo de execução evidencia o comprometimento da Administração com a manutenção da operacionalidade e do suporte logístico das unidades, refletindo a adequada alocação e aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDOS (R\$)	UTILIZADOS (R\$)	TAXA DE EXECUÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.830.985.968,79	2.830.985.968,79	100%
MATERIAL DE CONSUMO	2.434.242.359,36	2.434.242.359,36	100%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	865.184.561,42	865.184.561,42	100%
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	292.794.821,63	292.794.821,63	100%
SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) - PESSOA JURÍDICA (PJ)	63.983.537,42	63.983.537,42	100%
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESAS	1.412.416.416,60	1.412.416.416,60	100%
TOTAL	7.899.607.665,22	7.899.607.665,22	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 19 JAN 26.

4.2.4.3 DESPESAS DE INVESTIMENTO

No período em análise, os recursos aplicados em despesas de investimento, abrangendo a aquisição de equipamentos e material permanente, a execução de obras e instalações, bem como material de consumo e a contratação de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica), totalizaram R\$ 2,47 bilhões, conforme demonstrado na planilha a seguir. Esse montante reflete o esforço contínuo de modernização da infraestrutura e de fortalecimento da capacidade operativa, em consonância com as diretrizes estratégicas da Força.

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDOS (R\$)	UTILIZADOS (R\$)	TAXA DE EXECUÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.636.050.880,54	1.636.050.880,54	100%
OBRAS E INSTALAÇÕES	273.601.198,16	273.601.198,16	100%
MATERIAL DE CONSUMO	178.428.079,33	178.428.079,33	100%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	358.609.618,14	358.609.618,14	100%
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESA	26.574.277,12	26.574.277,12	100%
TOTAL	2.473.264.053,29	2.473.264.053,29	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.



GUAICURUS

4.3 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

4.3.1 INTRODUÇÃO

A gestão de aquisições e contratações no âmbito do Comando do Exército é essencial para o cumprimento eficaz e eficiente da missão institucional de defesa nacional. Nesse contexto, o Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e o Plano de Contratações Anual (PCA) constituem ferramentas estratégicas para assegurar processos pautados pela transparência, economicidade e eficiência, mitigando riscos e promovendo a integridade.

O PGC proporciona uma visão integrada das necessidades de aquisição e contratação, permitindo a adequada programação e alocação de recursos, conforme as prioridades definidas no portfólio estratégico da Força. Tal abordagem é especialmente relevante em cenários de restrição orçamentária, nos quais a otimização dos gastos é fundamental para a eficácia das operações militares e a manutenção dos meios.

O PCA, elaborado por unidade responsável pelas aquisições, contribui significativamente para a transparência e o controle dos processos, possibilitando o acompanhamento rigoroso dos resultados e o alcance das metas estabelecidas.

Com a implementação adequada do PGC e do PCA, o Exército Brasileiro (EB) aprimorou a qualidade e a eficiência no cumprimento de sua missão constitucional de defesa da Pátria e garantia da lei e da ordem. Nesse contexto, como parte das medidas de governança e gestão de aquisições e contratações, o Comando do Exército adotou diversas iniciativas voltadas à racionalização e à centralização dos processos, dentre as quais se destacam:

- aperfeiçoamento das estruturas para concentrar aquisições de maior vulto e complexidade em unidades específicas, aproveitando a expertise instalada, promovendo a padronização de procedimentos e ampliando a eficiência, a transparência e o controle dos processos licitatórios;
- a atuação das Bases Administrativas (B Adm) e Bases de Administração e Apoio (B Adm Ap) encarregadas da aquisição de materiais e contratação de serviços comuns, com o objetivo de descentralizar tarefas administrativas das unidades operacionais, promover economia de escala, padronizar contratações e aprimorar a gestão dos processos licitatórios;
- a consolidação do Almoxarifado Central do Quartel-General do Exército (QGEx), com foco na otimização logística e na racionalização das atividades de licitação, aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de materiais de uso comum às OM sediadas no QGEx; e
- ampliação de parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com a adesão a novos projetos conduzidos pela Central de Compras, como Projeto de Mobilidade Corporativa do Governo Federal (MobGov), Supermercado Virtual, Farmácia Virtual, Facilities, Credenciamento de Transporte e outros, todos focados na modernização, eficiência, economicidade e transparência dos processos.

4.3.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Serão apresentadas informações por modalidade de contratação, detalhamento dos gastos administrativos das organizações militares do Exército Brasileiro e as principais contratações realizadas.

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	UTILIZADOS (R\$)
1. MODALIDADES DE LICITAÇÃO	4.129.506.225,47
Convite	13.602.730,09
Tomada de Preços	11.965.520,27
Concorrência	283.563.585,99
Pregão	3.757.411.997,38
Regime Diferenciado de Contratação	62.946.679,24
Concurso	15.712,50
2. CONTRATAÇÕES DIRETAS	4.038.434.092,49
Inexigibilidade	1.484.506.240,40
Dispensa	2.553.927.852,09
3. REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL	19.371.640,47
Suprimento de Fundos	19.371.640,47
4. OUTROS	2.185.559.760,08
TOTAL	10.372.871.718,51

Fonte: Tesouro Gerencial, em 19 JAN 26.

As contratações realizadas pelas Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército seguiram majoritariamente a modalidade Pregão, que representou 91% dos processos licitatórios. Essa modalidade tem se consolidado como instrumento eficaz para garantir maior celeridade, economicidade e racionalização dos gastos públicos. A modalidade Concorrência respondeu por 7% das licitações, sendo empregada, principalmente, em contratações de obras e serviços de maior complexidade.

No que se refere às contratações diretas, 37% foram executadas por inexigibilidade, com destaque para a contratação de serviços complementares de saúde, voltados ao atendimento de militares, servidores civis e seus dependentes, bem como aquisição de materiais e contratação de serviços de natureza técnica ou fornecimento exclusivo. As dispensas de licitação corresponderam a 63% das contratações diretas, com ênfase na contratação de fornecimento de energia elétrica e em demandas relacionadas a programas estratégicos da Força, como os projetos de Defesa e Aprestamento Operacional.

4.3.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES

OBJETO	UTILIZADO (EM MILHÕES R\$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO (%)
CONCESSIONÁRIAS	467,81	54,40%
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (a)	269,56	31,35%
OUTRAS DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (b)	122,56	14,25%
TOTAL	859,93	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 19 JAN 26.

(a) contratos administrativos: limpeza e conservação de bens imóveis, manutenção de bens imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos administrativos, manutenção e locação de máquinas copiadoras, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevadores e outros.

(b) despesas com a administração da Unidade: certificações digitais, insumos e serviços para prevenção e combate a incêndio, aquisição de lâmpadas LED, recarga de extintores de incêndio e seguro obrigatório/emplacamento/aquisição de placas para viaturas administrativas e outros.

4.3.4 CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES

Os contratos administrativos envolvem elevadas somas de recursos e a autorização para suas celebrações exige uma análise de viabilidade técnica e orçamentária, visto que os recursos orçamentários são escassos. Para fins de melhor gerenciamento, esses contratos são divididos em 02 (dois) grupos:

- Contratos de Grande Vulto (CGV): englobam os contratos de limpeza e conservação e os contratos de manutenção de bens imóveis;
- Contratos de Pequeno Vulto (CPV): envolvem os contratos de *outsourcing* de impressão, lavagem de roupas, manutenção de elevadores, manutenção de aparelhos de ar-condicionado, manutenção de poços artesianos, serviços de controle de pragas e outros.

CONTRATOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA

TIPOS DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS (%)	VALOR ANUAL UTILIZADOS (R\$)
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	122	16,09%	143.347.254,56
MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	22	2,90%	62.842.357,93
MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	182	24,01%	24.807.532,78
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	11	1,45%	7.553.111,32
LOCAÇÃO DE APARELHOS DE IMPRESSÃO	215	28,36%	13.303.928,09
LAVAGEM DE ROUPA	70	9,23%	9.070.326,08
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO	47	6,20%	3.181.999,65
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	39	5,15%	2.160.097,57
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1	0,13%	505.307,58
MANUTENÇÃO DE POÇO ARTESIANO E TRATAMENTO DE ÁGUA	19	2,51%	1.668.016,33
SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	30	3,96%	1.125.751,47
TOTAL	758	100%	269.565.683,36

Fonte: Tesouro Gerencial.

4.4 GESTÃO DE CUSTOS

4.4.1 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Economia e Finanças (SEF) é um Órgão de Direção Setorial do Exército Brasileiro (EB) e integra o Sistema de Custos do Governo Federal. Os procedimentos para apropriação de custos na Força são regulados pelas Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB 10-N-08.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022.

O Exército Brasileiro (EB) utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa ferramenta reúne dados de diversos sistemas governamentais em uma base única, facilitando o acesso às informações de custos que apoiam a tomada de decisões.

Na prática, o EB adota as Organizações Militares (OM) como unidades de análise de custos e organiza suas despesas em três centros de custos: finalístico, de suporte e específico. Para calcular esses custos, são considerados os gastos com pessoal, material e serviços.

As informações de custos são geradas pelas apropriações dos serviços no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com insumos de material de consumo e depreciação do material permanente, bem como no Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEX), com os dados de pessoal.

4.4.2 CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A classificação direta dos custos das atividades relevantes desempenhadas atendeu às necessidades gerenciais, uma vez que permitiu identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais para o desempenho da missão constitucional do EB.

CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	2024 R\$	2025 R\$	VARIAÇÃO %
OPERAÇÕES TERRESTRES	802.144.385,86	856.966.078,33	6,83%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	141.075.477,92	117.392.679,06	-16,79%
PESSOAL	4.496.150.069,05	4.661.274.643,20	3,67%
EDUCAÇÃO E CULTURA	109.464.763,50	201.484.469,38	84,06%
GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	1.199.668.560,03	1.728.501.135,87	44,08%
INFRAESTRUTURA	481.259.015,32	416.371.743,74	-13,48%
LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	2.014.197.695,17	2.297.021.220,86	14,04%
TOTAL	9.243.959.966,85	10.279.011.970,45	11,20%

Fonte: Diretoria de Contabilidade (D Cont), 2025.

4.5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.5.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

4.5.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Comando do Exército e do Fundo do Exército, por meio de contas contábeis geridas por eles.

4.5.1.1.1 ATIVO

O Ativo é composto pelos bens e direitos das Unidades Orçamentárias (UO) do Comando do Exército e Fundo do Exército. Em comparação a 2024, apresentou variação positiva de 15,24%.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ATIVO			VARIAÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO DO ATIVO (%)
ESPECIFICAÇÃO	2024 (R\$)	2025 (R\$)		
1. CIRCULANTE	10.752.340.215	10.076.277.476	(6,29)	6,92
2. NÃO CIRCULANTE	115.612.261.934	135.550.073.195	17,25	93,08
2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	269.296.141	1.170.097.348	334,50	0,80
2.2. IMOBILIZADO	115.028.294.999	134.025.291.826	16,52	92,04
2.2.1. BENS MÓVEIS	17.033.196.588	17.448.211.298	2,44	11,98
2.2.2. BENS IMÓVEIS	97.995.098.411	116.577.080.528	18,96	80,06
2.3. INTANGÍVEL	314.670.794	354.684.021	12,72	0,24
TOTAL DO ATIVO (1+2)	126.364.602.149	145.626.350.671	15,24	100

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFWEB, 2025

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante, são evidenciados os bens e direitos com expectativa de realização ao longo do exercício de 2026.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante, são evidenciados os bens e direitos de longo prazo cuja realização ocorrerá após 2026.

4.5.1.1.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo, bem como pelo Patrimônio Líquido. Na composição do passivo no exercício de 2025, destaca-se o montante das provisões atuariais referente ao Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, em particular com inativos, pensionistas militares, pensões especiais e anistiados, vinculados ao Exército.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

ATIVO			VARIAÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO DO ATIVO (%)
ESPECIFICAÇÃO	2024 (R\$)	2025 (R\$)		
1. PASSIVO CIRCULANTE	34.069.044.363	39.436.711.516	15,76	27,17
2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE	396.455.156.247	403.970.363.200	1,90	278,29
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(297.780.724.044)	(298.243.701.285)	0,16	(205,45)
TOTAL DO PASSIVO (1+2+3)	132.743.476.566	145.163.373.431	9,36	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB, 2025.

PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações registradas no Passivo Circulante, com desembolso ou realização prevista para ocorrer ao longo do ano de 2026, totalizaram 27,17% do Passivo Total e apresentaram um acréscimo de 15,76% em relação a 2024.

O grupo de contas mais expressivo do Passivo Circulante é o das Provisões a Curto Prazo, no montante de R\$ 33.024.895.378, que registra as obrigações do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) com Inativos, Pensionistas Militares, Pensões Especiais e Anistiados vinculados ao Exército que serão executadas ao longo do exercício de 2026. Em seguida, o item mais expressivo é o das Obrigações a Curto Prazo, que representa 9,30% do Passivo Circulante, constituídas principalmente pelas Transferências Financeiras a Comprovar – TED, cuja finalidade é apropriar o passivo oriundo de transferências recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação junto ao concedente.

Ao longo do exercício financeiro de 2025, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R\$ 49.271.967.308, das quais R\$ 46.344.819.412 foram pagas no exercício. As demais obrigações assumidas totalizaram R\$ 7.654.023.521, das quais R\$ 5.398.415.597 foram pagas no exercício.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante registra as obrigações de longo prazo cuja realização está prevista para ocorrer após 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o Exército Brasileiro possuía saldo de R\$ 403.970.363.200 no Passivo Não Circulante, composto, sobretudo, pelas provisões atuariais de longo prazo, que resultam da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

O valor contabilizado tem suporte nos subsídios e balancetes disponibilizados pelo Ministério da Defesa, que fornecem as informações necessárias para o reconhecimento das provisões atuariais das Forças Armadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa o valor residual do ativo deduzido do passivo exigível. Como as obrigações no montante de R\$ 443.407.074.715 superaram os bens e direitos de R\$ 145.626.350.671, o Exército encerrou o exercício financeiro de 2025 com um passivo a descoberto no montante de R\$ 298.243.701.285.

O Patrimônio Líquido negativo do Exército resulta, sobretudo, do registro das provisões atuariais no montante necessário para hipótese de liquidação, em 31 de dezembro de 2025, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 100 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais.

O saldo negativo de R\$ 2.963.727 registrado em Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido resulta da retificação de erros imputáveis ao passado, envolvendo reconhecimentos de passivos sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos processos de pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Portaria - C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022.

O Resultado do Exercício de 2025 apresentou superávit de R\$ 11.876.994.178, devido ao valor das Patrimoniais Aumentativas (VPA) de R\$ 142.468.557.327 ter superado o montante das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 130.591.563.149.

O Patrimônio Líquido representou uma variação positiva de 2,10% em relação a 2024.

4.5.1.1.3 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO (R\$)	PASSIVO FINANCEIRO (R\$)	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO (R\$)
COMANDO DO EXÉRCITO	3.605.056.044	5.943.234.160	(2.338.178.116)
FUNDO DO EXÉRCITO	2.311.690.804	623.344.205	1.688.346.599
TOTAL	5.916.746.848	6.566.578.365	(649.831.517)

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2025.

O Déficit ou Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações assumidas de curto prazo.

4.5.1.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio (bens, direitos e obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que foi incorporado ao Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÕES	2024 (R\$)	2025 (R\$)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	554.975.600.477	142.468.557.327
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(563.611.164.758)	130.591.563.149
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(8.635.564.281)	11.876.994.178

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais – SIAFIWEB, 2025.

O item de maior expressão nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) refere-se ao recebimento de repasse financeiro de R\$ 128.350.185.980 referente à LOA, destaques e convênios celebrados pelo Exército Brasileiro junto a outros Órgãos governamentais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) foram fortemente impactadas pelo sub-repasse e repasse de recurso financeiro às organizações militares no valor de R\$ 69.736.815.874.

O confronto entre as variações patrimoniais aumentativa e diminutiva resultou em um superávit de R\$ 11.876.994.178, que foi incorporado ao patrimônio líquido como Resultado do Exercício de 2025.

4.5.1.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, por sua vez, demonstra a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

4.5.1.3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

CATEGORIA	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	SALDO (R\$)
CORRENTE	2.583.275.718	2.256.625.021	(326.650.697)
CAPITAL	17.166.146	26.926.975	9.760.829
SUBTOTAL	2.600.441.864	2.283.551.996	(316.889.868)
DÉFICIT	-	(57.818.953.692)	(57.818.953.692)
TOTAL	2.600.441.864	55.535.401.696	58.135.843.560

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB, 2025.

O déficit de R\$ 57.818.953.692 corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas em 2025. O Fundo do Exército arrecadou o montante de R\$ 2.193.258.704, sendo o maior agente arrecadador.

4.5.1.3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADAS (R\$)	LIQUIDADAS (R\$)	PAGAS (R\$)
DESPESAS CORRENTES	57.093.750.008	57.621.448.572	55.930.731.028	52.782.244.026
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.397.422.792	49.271.967.308	49.269.583.849	46.344.819.412
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.696.327.216	8.349.481.264	6.661.147.179	6.437.424.614
DESPESAS DE CAPITAL	2.460.427.144	2.481.057.117	2.481.057.117	1.554.806.883
INVESTIMENTOS	2.460.427.144	2.481.057.117	2.481.057.117	1.554.806.883
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
TOTAL	59.554.177.152	60.102.505.689	58.411.788.145	54.337.050.909

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB, 2025.

Comando do Exército e Fundo do Exército executaram (empenharam) juntos o montante de R\$ 60.102.505.689, dos quais R\$ 947.552.640 corresponde a orçamentos de outros órgãos, executados pelo Exército mediante assinatura de instrumentos de parcerias.

Do montante das despesas empenhadas, 82,00% refere-se a pessoal e encargos sociais (pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionistas e anistiados), 13,89% destina-se ao funcionamento das organizações militares e 4,13% foi utilizado para aquisição de bens e serviços incorporáveis ao patrimônio do Exército Brasileiro.

4.5.1.3.3 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas pendente de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro anterior.

Em 31 de dezembro de 2024, foi inscrito o montante de R\$ 3.344.990.864 em Restos a Pagar Processados, dos quais foram pagos R\$ 3.344.512.059 no início do mês de janeiro de 2025, referente à folha de pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionistas e anistiados, restando, ao final do exercício financeiro de 2025, o montante de R\$ 1.195.606 para pagamento de outras despesas orçamentárias inscritas em anos anteriores nos termos da legislação pertinente.

4.5.1.3.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

A inscrição e a execução dos Restos a Pagar ao longo do exercício de 2025 constam das tabelas abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS (R\$)	LIQUIDADOS (R\$)	PAGOS (R\$)	CANCELADOS (R\$)
CORRENTES	1.809.327.479	1.409.237.637	1.403.139.399	37.828.713
PESSOAL E ENCARGOS	2.053.320	2.045.997	2.045.997	7.323
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.807.274.159	1.407.191.640	1.401.093.402	37.821.390
CAPITAL	1.719.383.263	1.330.496.162	1.327.819.843	16.985.655
INVESTIMENTOS	1.719.383.263	1.330.496.162	1.327.819.843	16.985.655
TOTAL	3.528.710.742	2.739.722.799	2.730.959.242	54.814.368

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB, 2025.

O saldo de R\$ 742.937.132, apurado no Balanço Orçamentário por meio da diferença entre o montante inscrito, o pago e o cancelado, está pendente de execução ou cancelamento a partir de 2025.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS (R\$)	PAGOS (R\$)	CANCELADOS (R\$)
CORRENTES	3.116.310.946	3.115.131.478	85.080
PESSOAL E ENCARGOS	2.860.342.623	2.860.342.623	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.968.323	254.788.855	85.080
CAPITAL	229.784.915	229.380.581	303.116
INVESTIMENTOS	229.784.915	229.380.581	303.116
TOTAL	3.346.095.861	3.344.512.059	388.196

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB, 2025.

Considerando o saldo de R\$ 1.104.997 inscrito em exercícios anteriores, bem como o montante resultante da diferença entre o inscrito em 31 de dezembro de 2024, o pago e o cancelado no exercício financeiro de 2025, o saldo pendente de execução ou cancelamento constante a partir de 2026 é de R\$ 1.195.605.

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO



Prestar contas à sociedade brasileira é um dever de toda instituição de Estado. O Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) de 2025 documenta não apenas o emprego criterioso dos recursos públicos, mas, acima de tudo, o cumprimento da missão constitucional da Força Terrestre.

Ao longo de 2025, o Exército demonstrou sua prontidão e polivalência em operações no multidomínio. O “Braço Forte” se fez presente na manutenção da integridade territorial, com a Operação Roraima, no combate aos ilícitos transfronteiriços, com a Operação Ágata, e, ainda, nas ações preventivas e repressivas contra o garimpo ilegal e os crimes ambientais em Terras Indígenas, com as operações Catrimani II e outras operações de desintrusão.

Além disso, participou de robustas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em eventos de projeção global, como a Cúpula do BRICS e a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 30).

Concomitantemente, a “Mão Amiga” estendeu-se por todo o território nacional, amparando a população em desastres climáticos, apoiando o combate à dengue e levando esperança por meio de missões contínuas como a Operação Acolhida e a Operação Carro-Pipa. Essa atuação integrada reafirma o papel do Exército como um dos pilares para a estabilidade e a segurança da Nação.

A base de todas as nossas ações é um sólido alicerce de probidade e governança. A gestão moderna e transparente, balizada pelo Plano Estratégico do Exército (PEEx), orienta a Força no sentido de investir os recursos para maximizar a capacidade operacional e a efetividade de nossas entregas à Nação. Isso nos permite avançar na transformação da Força, incorporando tecnologias disruptivas e preparando nossos quadros para os complexos desafios de um cenário internacional desafiador e em constante mutação.

O RGCE 2025 é, portanto, um diálogo aberto com o cidadão. Nele, registramos nossas realizações e reafirmamos a conexão profunda de nossa história com a formação do Brasil. O legado de Guararapes e o heroísmo de nossos pracinhas na Segunda Guerra Mundial não são apenas memórias; são a essência de uma cultura organizacional baseada em valores sólidos, que continua a nos guiar no presente e a pautar nosso caminho para o futuro.

Encerramos este ciclo com a certeza do dever cumprido e com o olhar firme no porvir. O Exército Brasileiro segue coeso, profissional e inabalável em seu compromisso de defender a Pátria, proteger seu povo e servir ao Brasil com a máxima dedicação.

General de Exército **FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR**
Chefe do Estado-Maior do Exército



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACE	Alto-Comando do Exército
ACISO	Ação Cívico-Social
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AGSP	Arsenal de Guerra de São Paulo
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AO	Ação Orçamentária
ASC	Área de Suprimento Cartográfico
B Fv	Batalhão Ferroviário
BE Cmb	Batalhão de Engenharia de Combate
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
C Mil A	Comando Militar de Área
CADBEN-FuSex	Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército
CAECOPAZ	Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz)
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CBMPA	Corpo de Bombeiros Militar do Pará
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CECOPAC	Centro Conjunto para Operaciones de Paz de Chile (Centro Conjunto de Operações de Paz do Chile)
CEEx	Concepção Estratégica do Exército
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CET-Rio	Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
CF	Constituição Federal
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGU	Controladoria-Geral da União
CI Eng	Centro de Instrução de Engenharia
Cia E Cnst	Companhia de Engenharia de Construção
CIDES	Centro Internacional de Desminado (Centro Internacional de Desminagem)
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIGE	Centro de Instrução de Guerra Eletrônica
Cmdo Ex	Comando do Exército
Cmt Ex	Comandante do Exército
COLOG	Comando Logístico
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação
COP30	30th Conference of the Parties (Conferência das Partes, referente à 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas)
COTER	Comando de Operações Terrestres
CREMA	Contrato de Recuperação e Manutenção Rodoviária
CVA	Cadeia de Valor Agregado
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
D A Prom	Diretoria de Avaliação e Promoções
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEF	Destacamento Especial de Fronteira

DETRAN-PA	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DFS (ONU)	Department of Field Support (Departamento de Apoio de Campo das Nações Unidas)
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DME	Diretoria de Material de Engenharia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DPO (ONU)	Department of Peace Operations (Departamento de Operações de Paz da ONU)
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMT	Estratégia Militar Terrestre
ENaDCiber	Escola Nacional de Defesa Cibernética
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EOD	Explosive Ordnance Disposal (Neutralização de Artefatos Explosivos)
EPEx	Escritório de Projetos do Exército
ESA	Escola de Sargentos das Armas
EsCom	Escola de Comunicações
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FAL	Fuzil Automático Leve
FAT	Factory Acceptance Test (Teste de Aceitação em Fábrica – TAF)
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FuSex	Fundo de Saúde do Exército
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
GATI	Grupo de Assesores Técnicos Interamericanos
GM-Rio	Guarda Municipal do Rio de Janeiro
GMB	Guarda Municipal de Belém
GMI	Grupo de Monitores Interamericanos
GOINFRA	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IESGo	Índice ESG (Environmental, Social and Governance – Índice de Governança e Sustentabilidade)
IG	Instruções Gerais
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMM	Instituto Meira Mattos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Instr	Instrução/Instrutor
IR	Indicador de Resultado
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
LOA	Lei Orçamentária Anual
LQFEx	Laboratório Químico Farmacêutico do Exército

Mat CI	Material Classe	PO	Plano Orçamentário
MB	Marinha do Brasil	PPA	Plano Plurianual
MD	Ministério da Defesa	PRF	Polícia Rodoviária Federal
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Prg EE	Programa Estratégico do Exército
MIADH	Missão de Instrutores e Assessores em Desminagem Humanitária	PSD	Política Setorial de Defesa
MINURSO	Mission des Nations unies pour l'Organisation d'un Référendum au Sahara Occidental (Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental)	Ptf EE	Portfólio Estratégico do Exército
MINUSCA	Mission Multidimensionnelle intégrée des Nations unies pour la stabilisation en Centrafrique (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana)	QAA	Quadro de Acesso por Antiguidade
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública	QAM	Quadro de Acesso por Merecimento
Mon	Monitor	RC Mec	Regimento de Cavalaria Mecanizado
MONUSCO	Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo (Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo)	RCA	República Centro-Africana
MPI	Ministério dos Povos Indígenas	RDC	República Democrática do Congo
MPM	Ministério Público Militar	RESISCOMSEx	Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército
MRE	Ministério das Relações Exteriores	RFB	Receita Federal do Brasil
Mtr	Metralhadora	RGCE	Relatório de Gestão do Comando do Exército
O Ap	Órgão de Apoio	RH	Recursos Humanos
OADI	Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército	RM	Região Militar
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena	RP	Resultado Primário
ODG	Órgão de Direção-Geral	SADLA	Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas
ODOp	Órgão de Direção Operacional	SATER/PA	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
ODS	Órgão de Direção Setorial	SC	Servidor Civil
OEA	Organização dos Estados Americanos	SCh	Subchefe, Subchefia
OEE	Objetivo Estratégico do Exército	SCmt	Subcomandante
OM	Organização Militar	SEAP-RJ	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro
OMS	Organizações Militares de Saúde	SECEx	Sistema de Educação e Cultura do Exército
ONU	Organização das Nações Unidas	SECOM	Secretaria de Comunicação Social
Op	Operação	SEDEC-RJ	Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro
OSD	Objetivo Setorial de Defesa	SEF	Secretaria de Economia e Finanças
PC	Polícia Civil	SEGUP-PA	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Nacional do Pará
PCA	Plano de Contratações Anual	SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
PCE	Produto Controlado pelo Exército	SEPM-RJ	Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	SEPOL	Secretaria de Estado de Polícia Civil
PCPA	Polícia Civil do Pará	SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
PEEx	Plano Estratégico do Exército	SESP-Rio	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro
PES	Plano Estratégico Setorial	SG2Ex	Sistema de Governança e Gestão do Exército
PF	Polícia Federal	SGEx	Secretaria-Geral do Exército
PGGOp	Plano de Governança e Gestão Operacional	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
PGGSet	Plano de Governança e Gestão Setorial	SIC-EB	Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro
PJ	Pessoa Jurídica	SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
PJFNSP	Polícia Judiciária da Força Nacional de Segurança Pública	SIEx	Sistema de Inteligência do Exército
PKSOI	Peacekeeping and Stability Operations Institute (Instituto de Operações de Paz e Estabilidade)	SIGAEB	Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual	SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
PM	Polícia Militar	SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
PMPA	Polícia Militar do Pará	SIPLEX	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro
PMT	Política Militar Terrestre	SIRE	Sistema de Registro de Encaminhamentos
PND	Política Nacional de Defesa	SisCIEx	Sistema de Controle Interno do Comando do Exército
PNR	Próprio Nacional Residencial	SISEMP	Sistema de Emprego da Força Terrestre
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos	SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
		SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
		SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
		SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
		SPU	Secretaria do Patrimônio da União
		SSFTer	Sistema de Simulação da Força Terrestre
		SSP-AM	Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
		TCR	Termo de Convênio de Receita
		TCU	Tribunal de Contas da União

TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
UE	União Europeia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UG	Unidade Gestora
UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus (Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre)
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UNISFA	United Nations Interim Security Force for Abyei (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei)
UNMHA	United Nations Mission to Support the Hudaydah Agreement (Missão das Nações Unidas para apoiar o Acordo de Hudaydah)
UNMISS	United Nation Mission in South Sudan (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul)
UNPCRS	United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas)
UNVMC	United Nations Verification Mission in Colombia (Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia)
UO	Unidade Orçamentária
VBC OAP	Viatura Blindada de Combate Obuseiro Autopropulsado
VIGIAGRO	Vigilância Agropecuária Internacional
Vtr	Viatura

LISTA DE TABELAS

Execução orçamentária dos Prg EE.....	33
Resultados das atividades de Relações Internacionais.....	58
Resultados do Preparo da Força Terrestre.....	71
Principais entregas da Doutrina Militar Terrestre.....	71
Resultados da Prontidão Logística.....	72
Resultados da Fiscalização de Produtos Controlados.....	73
Resultados da Mobilização Militar.....	73
Resultados da Gestão de TI.....	74
Resultados da Gestão de Cibernética.....	75
Resultados da Gestão do Sistema de Comando e Controle.....	75
Resultados da Gestão de Guerra Eletrônica.....	76
Resultados da Geoinformação.....	77
Resultados da Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de SMEM.....	79
Resultados da Gestão dos Projetos de Engenharia.....	80
Resultados da Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	81
Resultados do Desfazimento de Ativos.....	81
Resultados da Gestão de Obras Militares.....	81
Resultados da Gestão do Material de Engenharia.....	82
Obras de cooperação concluídas em 2025.....	84
Obras de cooperação em andamento em 2025.....	85
Entregas e recursos utilizados - Prg S PENSE.....	87
Entregas e recursos utilizados - Prg S FNF.....	88
Efetivo do Serviço Militar Inicial.....	89
Efetivo do Serviço Militar Voluntário.....	89
Execução orçamentária da Gestão de Pessoal.....	94
Tribunais de honra instaurados em 2025.....	95
Sanções administrativas aplicadas aos servidores civis em 2025 (âmbito EB).....	96
Principais causas das sanções aplicadas.....	96

Formação de oficiais.....	98
Formação de sargentos.....	99
Capacitação militar.....	100
Produção técnico-científica militar.....	101
Educação preparatória e assistencial.....	102
Resultados da Capacitação física e do Desporto.....	103
Resultados da Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural.....	103
Resultados da Comunicação Estratégica.....	104
Número de acessos e de matérias da Plataforma Digital: Portal do EB.....	104
Atendimento mediado pela Inteligência Artificial.....	106
Principais assuntos atendidos nas Mídias Sociais.....	107
Atendimentos na Ouvidoria.....	107
Pedidos de informação solicitados via SIC-EB.....	107
Execução Orçamentária do Programa 6112 - Defesa Nacional.....	111
Orçamento do Exército por Programa.....	112
Distribuição dos recursos do Programa Defesa Nacional.....	112
Distribuição de recursos em ações subsidiárias.....	113
Execução do orçamento por natureza da despesa.....	113
Despesas de custeio.....	114
Despesas de investimento.....	114
Despesas por modalidade de contratação.....	116
Detalhamento dos gastos com a administração das Unidades.....	117
Contratos de natureza administrativa.....	117
Custos por área de atuação.....	118
Composição do ativo.....	119
Composição do passivo.....	120
Ativo e passivo financeiro do Cmdo Ex e FEx.....	121
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	121
Receitas orçamentárias.....	121
Despesas orçamentárias.....	122
Restos a pagar não processados.....	122
Restos a pagar processados.....	123

LISTA DE QUADROS

Competências institucionais e os Objetivos Estratégicos do Exército.....	26
Alinhamento dos OEE aos OSD.....	26
Indicadores e metas definidos para os OEE em 2025.....	27
Relação entre Portfólio e OEE.....	32
Prg EE Forças Blindadas - principais entregas em 2025.....	34
Prg EE SISFRON - principais entregas em 2025.....	35
Prg EE Av Ex - principais entregas em 2025.....	36
Prg EE ASTROS - principais entregas em 2025.....	37
Prg EE OCOP - principais entregas em 2025.....	38
Prg EE DAAE - principais entregas em 2025.....	39
Prg EE PDCDN - principais entregas em 2025.....	41
Prg EE DCIBER - principais entregas em 2025.....	41
Prg EE Sent Pátria - principais entregas em 2025.....	42
Prg EE Amz Ptg - principais entregas em 2025.....	43
Prg EE LUCERNA - principais entregas em 2025.....	44
Prg EE SISOMT - principais entregas em 2025.....	45
Prg EE SLMT - principais entregas em 2025.....	46
Prg EE PENEK - principais entregas em 2025.....	47
Dados da Operação Catrimani II.....	50
Dados da Operação Arariboia.....	51

Dados da Operação Kayapó.....51

Dados da Operação Uru-Eu-Wau-Wau – COP 30.....52

Dados da Operação Ágata.....53

Dados da Operação Redentor-BRICS.....54

Dados da Operação Marajoara.....54

Dados da Operação Acolhida.....55

Dados da Operação Carro-Pipa.....55

Dados do Projeto Rondon.....56

Dados do Projeto Soldado Cidadão.....56

Dados do Projeto Força no Esporte e Projeto João do Pulo.....57

Dados da Operação ENEM.....57

Áreas da Prontidão Logística.....72

Alinhamento do PEEEx com o PPA 2025-2027.....111

LISTA DE FIGURAS

Etapas para elaboração do RGCE.....6

Exército em números.....7

Atuação do Exército Brasileiro.....13

Análise do ambiente externo.....14

Estrutura organizacional do Exército.....15

Instâncias de Governança e Gestão do Exército Brasileiro.....16

Modelo de Governança e Gestão do Exército.....19

Cadeia de Valor Agregado do Exército.....21

Metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx).....24

Mapa Estratégico do Exército Brasileiro.....25

Resultados dos Objetivos Estratégicos do Exército.....28

Portfólio Estratégico do Exército.....30

Estrutura de Governança do Portfólio Estratégico do Exército.....31

Militares do EB em missões individuais (ONU, UE e OEA).....61

Estrutura da Gestão de Riscos no EB - 3 Linhas de Defesa.....63

Atividades do Preparo da Força Terrestre.....70

Modelagem do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT).....70

Processo da Gestão da Tecnologia da Informação.....74

Distribuição dos Centros de Geoinformação no Brasil.....77

Processo de promoção de militares.....90

Sistema de Saúde em números.....92

Programa Valorização da Vida e seus eixos de atuação.....93

Programa Apoio à Família Militar e seus eixos de atuação.....93

Programa Ambiente Seguro e seus eixos de atuação.....93

Processo de aplicação da punição disciplinar para militares.....95

Mídias sociais do Exército Brasileiro.....105

Produtos criados e gerenciados pelo CCOMSEx.....107

LISTA DE GRÁFICOS

Resultados do iGG/IESGo do Comando do Exército.....20

Principais fontes dos fatores de risco.....64

Riscos estratégicos X Responsáveis.....64

Distribuição de recursos por atividade da Gestão da Inovação Tecnológica.....78



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999**. Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3213.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5751.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Brasília, DF: Presidência da República, [2018].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9492.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023**. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2023].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11529.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 2025**. Distribui o efetivo de oficiais e praças da ativa do Exército em tempo de paz para 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12364.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12725.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966**. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71500.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. **Lei nº 3.765, 4 de maio de 1960**. Dispõe sobre as Pensões Militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1960].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3765.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964**. Lei do Serviço Militar. Brasília, DF: Presidência da República, [1964].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.** Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9786.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, 2019) Vigência. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.** Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13954.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14802.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15121.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.** Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

_____. **Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 002-MD, de 10 de janeiro de 2017.** Dispõe sobre a prestação de tarefa por tempo certo por militares inativos das Forças Armadas. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2017]. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/739>. Acesso em: 11 dez. 2025.

_____. Ministério da Defesa. **Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019.** Aprova o Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2019]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/orgaos-vinculados/conselho-superior-de-governanca-do-ministerio-da-defesa/resolucao_n_2_consug_completa.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.

_____. Exército. **Diretriz do Comandante do Exército:** 2023 – 2026. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/central-de-conteudos/central-de-conteudos>. Acesso em: 12 dez. 2025.

_____. Exército. **Diretriz especial de economia e finanças do Comandante do Exército:** 2025/2026. Disponível em: <https://www.11cgcfex.eb.mil.br/images/conteudo/dtzesp25-26.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 001-DEC, de 26 de setembro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 003-DEC, de 19 de dezembro de 2012. Aprova o Caderno de Instrução de orientação técnica ambiental para instalação e operação dos módulos de abastecimento de combustível em apoio à Operação Pipa e demais programas, 1ª Edição, 2012. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 2, jan. 2013. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 3, jan. 2019. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 005-DEC, de 23 de janeiro de 2019. Aprova o Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas para Adequação Ambiental em Organizações Militares (EB50-CI-04.006). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 6, fev. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 044-DEC, de 7 de dezembro de 2017. Aprova o Caderno de Orientação para as práticas ambientais do Exército Brasileiro em missões sob a égide de Organismos Internacionais, 1ª Edição, 2017. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 070-DEC, de 10 de outubro de 2018. Aprova o Caderno de Instrução para Instalação, Operação e Remoção de Tanques Subterrâneos de Combustível no âmbito do Exército Brasileiro (EB50-CI-04.003). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 44, nov. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 136-DEC, de 31 de julho de 2020. Aprova as Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 33, ago. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 153, de 25 de março de 1998. Regula, para o Exército, o Serviço Militar temporário em tempo de paz e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 15, abril. 1998. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 32, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 26, jun. 2008. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 737, de 28 de julho de 2020. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 31, jul. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R - 1). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2003. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 856, de 12 de junho de 2019. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 25, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 1.127, de 20 de julho de 2018. Designa a Unidade de Gestão da Integridade no âmbito do Exército Brasileiro e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 31, ago. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 1.138, de 22 de novembro de 2010. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 47, nov. 2010. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 1.275, de 28 de dezembro de 2010. Aprova a Diretriz para adequação do Exército Brasileiro à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2010. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 1.356-Cmt Ex, de 2 de setembro de 2019. Institui a Ouvidoria do Exército Brasileiro e aprova as Instruções Gerais para o funcionamento da Ouvidoria do Exército Brasileiro (EB10-IG-01.031), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 36, set. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no âmbito do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 49, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 17 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.545, de 30 de junho de 2021. Aprova a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 27, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.586, de 10 de setembro de 2021. Aprova o Regulamento do Departamento de Engenharia e Construção (EB10-R-04.001), 1ª Edição. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 15, abril, 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.007), 1ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.002), 1ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.813, de 22 de agosto de 2022. Aprova o Regulamento do Gabinete do Comandante do Exército (EB10-R-09.001), 2ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 35, set. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022. Aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), 2ª Edição, 2022, e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 40, out. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 1.934, de 8 de fevereiro de 2023. Aprova o Regulamento da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (EB10-R-04.003), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 7, fev. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Missão do Exército (Plano) – Fase 1 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.014), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.147, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Política Militar Terrestre – Fase 3 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.016), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.148, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Concepção Estratégica do Exército (Plano) – integrante da Fase 4 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.017), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.150, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Estratégia Militar Terrestre (Plano) – integrante da Fase 4 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.018), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.405, de 12 de dezembro de 2024. Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2025 (EB10-P-13.001). 7ª Edição, 2024. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2024. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 18 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.430, de 24 de fevereiro de 2025. Aprova o Programa de Integridade do Exército Brasileiro (EB10-P-01.027), 1ª edição, 2025. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 9, fev. 2025. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria C Ex nº 2.508, de 14 de julho de 2025. Aprova a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007), 2ª edição, 2025. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 30, jul. 2025. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 505, de 9 de setembro 2021. Aprova a Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB) (EB20-P-05.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 528, de 21 de setembro de 2021. Aprova a Diretriz Organizadora do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) (EB20-D-03.018) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 39, out. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 971, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.001), 1ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 7, fev. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 1.411, de 4 de outubro de 2024. Aprova as condições de monitoramento dos Objetivos Estratégicos do Exército, conforme determina a Portaria – C Ex nº 2.147, de 20 de dezembro de 2023, do Comandante do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2024. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 1.493, de 25 de fevereiro de 2025. Aprova o Plano de Integridade do Exército Brasileiro (EB20-P-11.001), 2ª Edição, 2025. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 9, fev. 2025. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria EME/C Ex nº 1.582, de 15 de julho de 2025. Aprova as Normas para Implementação da Política de Governança do Exército Brasileiro (EB20-N-11.002), 1ª Edição, 2025. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 30, jul. 2025. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 22 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria DEC/C Ex nº 066, de 13 de março de 2023. Aprova o Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas relacionadas aos Serviços Florestais em Organizações Militares (EB50-CI-04.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 11, mar. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. Portaria DEC/C Ex nº 075, de 25 de setembro de 2023. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04-001), 2ª Edição, 2023. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 40, out. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 dez. 2025.

_____. Exército. **Transparência e prestação de contas**. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/transparencia-e-prestacao-de-contas>. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Estado-Maior do Exército. Escritório de Projetos do Exército. **Programas Estratégicos do Exército**. Disponível em: <https://epex.eb.mil.br/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)**. Disponível em: <https://ccie.eb.mil.br/index.php/links-e-servicos/raint>. Acesso em: 23 dez. 2025.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>. Acesso em: 8 dez. 2025.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022**. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso 3º e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2022]. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/prestacao-de-contas-anuais>. Acesso em: 8 dez. 2025.

EDITORIAL

COORDENAÇÃO

Assessoria de Governança e Gestão - AGG/EME

DIAGRAMAÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx

IMPRESSÃO

Gráfica do Exército

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Estado-Maior do Exército - EME

Gabinete do Comandante do Exército - Gab Cmt Ex

Comando de Operações Terrestres - COTER

Comando Logístico - COLOG

Departamento de Engenharia e Construção - DEC

Secretaria de Economia e Finanças - SEF

Departamento-Geral do Pessoal - DGP

Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT

Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx

Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx

Centro de Inteligência do Exército - CIE

Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx

Secretaria-Geral do Exército - SGEx

FORTE DE COIMBRA 250 ANOS

Fundado em 13 de setembro de 1775





EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte – Mão Amiga